



XII Encontro de Economia Catarinense

Austeridade: economia e política

10 e 11 de Maio de 2018

Local: UNIPLAC -Av. Castelo branco, 170
Bairro Universitário
LAGES - SANTA CATARINA



XII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Austeridade: Economia e Política

DE 10 A 11 DE MAIO 2018

LAGES – SANTA CATARINA

Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

REALIZAÇÃO:

Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense – APEC

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

PPGAS - Mestrado em Ambiente e Saúde – ^[L]~~[SEP]~~Uniplac

PPGE - Mestrado Educação – Uniplac

Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade - Uniarp

APOIO:

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

Comissão Organizadora – Diretoria da APEC

Tatiane Aparecida Viega Vargas - Presidente – UNIDAVI/FURB

Rogério Goulart Junior - Vice-presidente – CEPA/Epagri

Áureo Leandro Haag - Primeiro Secretário – UNOCHAPECÓ

Debora Aparecida Almeida – UnC - Segundo Secretário

Bruno Thiago Tomio- Primeiro Tesoureiro – FURB

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt - Segundo Tesoureiro – UNESC/UFPR

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Titulares:

Fabio Farias de Moraes – USP/UNESC

Anielle Gonçalves – FURB/Unidavi

Adriano Amarante – UDESC

Conselheiros Suplentes:

Silvio Antônio Ferraz Cario -UFSC

Hoyêdo Nunes Lins – UFSC

Dimas de Oliveira Estevam – UNESC

Comissão Organizadora - UNIPLAC

Cristina Keiko Yamagushi

Sabrina Lopes Ern

Patricia Miranda

Madalena Pereira da Silva

Ana Emilia Siegloch

XII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Austeridade: Economia e Política

Resumos

ANAIS

Volume I

10 a 11 de maio de 2018

LAGES – SC

**Coordenação Editorial:
Dimas de Oliveira Estevam
Hoyêdo Nunes Lins
Tatiane Aparecida Viega Vargas**

**Encontro de Economia Catarinense (2018, Lages/SC)
Austeridade: Economia e Política
Anais dos resumos do XII Encontro de Economia Catarinense,
10 e 11 de maio de 2018,
Lages, SC, APEC 2018
Edição Online p. 119.**

ISSN 2175-7313

1.Economia – Santa Catarina – Congressos. I. Título

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO	6
Programação Geral	6
Mesas de Sessões Temáticas.....	8
RESUMOS	20
1. Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental	20
2. Gestão e economia do setor público	28
3. Demografia, espaço e mercado de trabalho	34
4. História econômica e social.....	42
5. Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação	47
6. Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas	56
7. Desenvolvimento regional e urbano.....	71
8. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	80
9. Economia e política internacional.....	96
10. Temas especiais	99

APRESENTAÇÃO

Este documento contém a programação do XII Encontro de Economia Catarinense (XII EEC), acompanhada dos resumos dos trabalhos selecionados para apresentação. O evento, organizado no âmbito da Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC), ocorre na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), na cidade de Lages, em 10 e 11 de maio de 2018.

A APEC dá as boas vindas aos participantes, entre eles os autores dos 75 estudos a serem apresentados, selecionados de um total de 118 submissões, nas dez áreas temáticas definidas. Como informado na programação, além da apresentação e do debate desses trabalhos, as atividades incluem conferência e mesas redondas.

O eixo do XII EEC se expressa como “Austeridade: Economia e Política”, de uma atualidade inegável em termos internacionais e também no Brasil. Por conseguinte, esse é o assunto da Conferência que corresponde à Abertura do evento. Note-se que, ao menos no Brasil, é tema que interessa não somente à reflexão sobre questões que se colocam na escala nacional, mas, igualmente, marcam presença em nível de entes federados, tanto estados como municípios. Santa Catarina está longe de representar uma exceção com respeito a isso.

As duas mesas redondas programadas versam sobre temas diferentes, no seu escopo e na sua natureza. Uma se refere às relações entre austeridade e políticas sociais, focalizando Santa Catarina. A outra contempla o legado de um dos mais importantes pensadores contemporâneos que atuaram nas cenas acadêmica e política no Brasil: o professor Paul Singer, recentemente falecido.

Agradecemos fortemente à UNIPLAC o interesse na realização do XII EEC e o suporte institucional oferecido. Cabe uma saudação especial aos professores que integram a coordenação local, assim como a todos que se empenharam para a realização de um evento bem sucedido. Gratidão sincera também é dirigida aos membros da comissão avaliadora dos trabalhos submetidos, nas várias áreas temáticas.

Que todos tenham um excelente evento!

PROGRAMAÇÃO GERAL DO XII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Dia 10 de maio – quinta feira

Credenciamento: Início às 11h

Sessão Temática I - Mesas de 1 a 4

Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática II - Mesas 5 a 8

Horário: 16h30 min. às 18h30min

Mesa Redonda I

Abertura e Conferência do XII Encontro de Economia Catarinense

Horário: 19h30min

Tema: Austeridade: Economia e Política.

Expositor: Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto - UFPR

Coordenador: Ivo Marcos Theis - APEC

Dia 11 de maio – sexta feira

Assembleia Geral da Apec

Horário: 8h30min às 9h30min

Intervalo: 9h30min às 10h (CAFÉ)

Mesa Redonda II

Conferência Estadual

Horário: 10h às 12h

Tema: Políticas Sociais e Austeridade

Expositoras: Dra. Dalila Maria Pedrini – PUC - SP

Dra. Dunia Comerlatto - UNOCHAPECÓ

Coordenador: Dimas de Oliveira Estevam - APEC

Intervalo para almoço: 12h às 14:00h

Sessão Temática III – Mesas 9 a 12

Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática IV - Mesas 13 a 16

Horário: 16h30min às 18h30min

Intervalo: 18h30min às 19h

Mesa Redonda III

Conferência de Encerramento

Horário: 19h às 20h30min

Tema: Homenagem à Paul Singer

Expositores: Dr. Valmor Schiochet – FURB

Dr. Hoyedo Nunes Lins – UFSC

Dr. Silvio Ferraz Cário – UFSC

Coordenação: Silvio Ferraz Cário – APEC

MESAS DE SESSÃO TEMÁTICA

Dia 10 de maio de 2018 – Quinta-feira

Sessão Temática I - Mesas 1 a 4

Horário: 14h às 16h

Mesa 1 – Caio Prado Júnior

Comentarista: Lilia Kanan

1. A INFLUÊNCIA DO NETWORKING SOBRE A CARREIRA DOS
PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PÓS-VENDAS DA EMPRESA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO DTECNOLOGIA DO BRASIL

Geneia Lucas dos Santos – UFRGS; Marthiele Mendonça da Silva – UFRGS; Clarice
da Fontoura Paim – UFRGS; Jhony Pereira Moraes – UFRGS

2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM
SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

Vicente Loeblein Heinen – UFSC

3. ANÁLISE DO EMPREGO NO SETOR DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS
TÊXTEIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU-SC NO PERÍODO DE 2015 A 2017

Mayara Pereira de Souza – UNESC; Anderson Correa Benfatto - UNESC

4. CONTRAPONTO DO MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES NOS
ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC

5. O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO
BANCO DE TEMPO - FLORIANÓPOLIS

Michele Romanello – UFSC; Kamila Schneider Muller Pereira Ribas – UFSC

6. MULHER, CHAVE DO DESENVOLVIMENTO: INTERFACES ENTRE
ECONOMIA, CULTURA E REGIÃO NA OBRA DE MARIA LUIZA RENAUX

Caroline Laíza Negherbon – FURB; Luciana Butzke – FURB

Mesa 2 – Sala: Jesiel Marco Gomes

Comentarista: Ana Emilia Sieglloch

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE SOB A ÓTICA DA TEORIA ESTRUTURALISTA LATINO-AMERICANA

Carine de Almeida Vieira - Universidade Federal do ABC; Ivan Prizon - UFPR

2. DINÂMICA DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE EM SANTA CATARINA: CASO ILUSTRATIVO DA ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS AS

Kamile Theis Stadnick – UFSC; Silvio Antonio Ferraz Cario – UFSC; Débora Carrer - UFSC

3. DO ESTRUTURALISMO-HISTÓRICO À DESIGUALDADE SOCIAL E OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA NO SÉC. XXI

Darcy Ramos da Silva Neto – UFSM; Giuliano Manera Longhi – UFSM; Fernando – UFSM; Cavaleiro Krauzer – UFSM; Sibebe Vasconcelos de Oliveira – UFSM

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM SANTA CATARINA

Paloma Mariucci

5. FORMAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS REGIONAIS EM SANTA CATARINA ATÉ A DÉCADA DE 1940

Fábio Farias de Moraes – USP; Alexandre Macchione Saes

6. ECONOMIA DA SAÚDE: FERRAMENTA DE APOIO PARA GESTÃO EFICIENTE DA SAÚDE AMBIENTAL

Carla Eunice Gomes Correa – FURB

Mesa 3 – Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Lucia Ceccato

1. A CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO CRESCIMENTO SEGUIDO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, SC (ANÁLISE DE 2000 A 2015)

Tainara Rossatti – UNIDAVI

2. AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Juliano Luiz Fossá – UNOCHAPECÓ; Alyne Sehnem – UFSC

3. DINÂMICA REGIONAL E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Ricardo de Souza Tavares – UFRGS; Gerson de Souza Raimundo Júnior – UFRGS; Luís Antônio Tavares – UFRGS

4. ENSAIO SOBRE A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DOS PREFEITOS E A PROBABILIDADE DE CONCESSÃO DE CAMPI UNIVERSITÁRIOS E INSTITUTOS FEDERAIS DURANTE O GOVERNO LULA^[1]_[5]

Akua Flores Arroyo – UFSC; Francis Petterini – UFSC

5. O PAPEL DO GOVERNO E DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO INOVATIVO - UM ESTUDO DOS POLOS DE TIC DE CURITIBA E COIMBRA

Pollyanna Rodrigues Gondin – UFPR; Walter Tadahiro Shima

6. PERSPECTIVAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE LEITE NO ANO DE 2017

Carolina Zeferino - UNIDAVI

Mesa 4 – Sala: Paul Singer (RESUMOS)

Comentarista: Cleonice da Rosa

1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA

Patricia Jovita Domingos Miguel – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam – UNESC; Max Richard Coelho Verginio – UNESC

2. AGRICULTORES FAMILIARES DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM CADEIAS CURTAS: O CASO CLUBE NOSSA HORTA

Melissa Watanabe – UNESC; Filipe Ricardo Fraga – UNESC

3. AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA

Lúcia Zenoir Devalieri Cendron – UNIARP; Cristina Keiko Yamaguchi – UNIPLAC; Cleusa Aparecida Brandt Milis – UNIARP

4. AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL

Luis Augusto Araújo – EPAGRI; Reney Dorow – EPAGRI; Claudimir Rodrigues – EPAGRI; Elizabete Catapan - EPAGRI

5. CREDITO RURAL PARA ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS ASSOCIATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE SANTA CATARINA

Alexandre Luis Giehl; Marcia Mondardo; Jurandi Teodoro Gugel; Célio Havertrtoh

6. RESGATANDO MEMÓRIAS: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A HISTÓRIA E A CULTURA REGIONAL

Debora Aparecida Almeida – UNC

7. REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS EM ESTUDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Juliano Luiz Fossá – UNOCHAPECÓ

8. EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA COMO FATOR DE SUA INTEGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO (1989-2016)
Samuel Henrique Colombo Da Luz – UNESC; João Henrique Zanelatto – UNESC

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática II - Mesas 5 a 8

Horário: 16h30 min. às 18h30min

Mesa 5 - Sala: Milton Santos

Comentarista: Vanice dos Santos

1. FLERTANDO COM O TURISMO: OBSERVAÇÕES SOBRE PRAIA GRANDE (SC)

Hoyêdo Nunes Lins – UFSC; Paulo Fernandes Kieling da Rocha - UFSC

2. ESFORÇOS DE CAPACITAÇÃO INOVATIVA DO SETOR INDUSTRIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008: UM ESTUDO COMPARATIVO

Carolini Eccel Orsi – UFSC; Silvio Antonio Ferraz Cario – UFSC

3. ECONOMIA SUBTERRÂNEA E ECONOMIA INFORMAL: UMA BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL
Marçal Xavier Ferreira da Silva – UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ; Quésia Postigo Kamimura

4. POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2000-2010): UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE-FOSTER

Mayara da Mata Moraes – UFSC; Carine de Almeida Vieira - Universidade Federal do ABC; Solange Regina Marin – UFSC

5. O FOMENTO DA INOVAÇÃO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA CADEIA DE VALOR: BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE VAZIOS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS

Ivan Prizon – UFPR; Carine de Almeida Vieira - Universidade Federal do ABC

6. PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO

Ediane Canci – UNISINOS

Mesa 6 – Sala: Celso Furtado

Comentarista: Geraldo Locks

1. A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES

Geraldo Augusto Locks – UNIPLAC; João Eduardo Branco de Melo – UNIPLAC;
Juliano Branco de Moura – UNIASSELVI; Maria Aparecida da Fonseca; Elisângela de
Oliveira Fontoura; Jonatas da Silva Campos; Thais Esteves Ramos Fontana

**2. URBANIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NA PERSPECTIVA
DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL**

Luis Augusto Araújo – EPAGRI; Luiz Torezan

**3. TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Ivo Marcos Theis – FURB; Nelson A. Garcia dos Santos – FURB; Jennifer C. Ferreira –
FURB

**4. O IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM
RIO DO SUL (SC) NO PERÍODO RECENTE**

Celso Schirmer – UNIDAVI; Anielle Gonçalves de Oliveira – UNIDAVI; Tatiane Ap
Vieira Vargas – UNIDAVI – FURB

**5. JOVENS, MODERNOS E ENDIVIDADOS? O DESAFIO DOS
UNIVERSITÁRIOS HOJE**

Debora Aparecida Almeida – UNC; Aldo Dolberth – UNC

Mesa 7 – Sala: Caio Prado Júnior

Comentarista: Willian Borges

**1. UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA INDUSTRIAL DURANTE O GOVERNO
LULA (2003-2010)**

Guilherme Jorge da Silva – UFSM; Victor Jose Rocha de Lima – UFSM; Adriano José
Pereira – UFSM

**2. ANÁLISE DA ECONOMIA CRIATIVA NO SETOR DE SOFTWARE DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS: ESTUDO DE CASO**

Viviane Santos Cirio de Azevedo – UFSC; Silvio Antonio Ferraz Cario – UFSC;
William Jose Borges

**3. ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE EMPRESAS VINCULADAS
AO SETOR METAL MECÂNICO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A
PARTIR DA PERSPECTIVA NEO-SHUMPETERIANA**

Lúcia Rosa Silva Castañeda – IFSC

4. AS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO DA EMPRESA WEG

Luiz Carlos de Carvalho Júnior – UFSC; Renata Villar Pires

5. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INDÚSTRIA NO BRASIL

Lídia Silveira Arantes – UFSM; Thales de Oliveira Costa Viegas – UFSM

Mesa 8 - Sala: Jesiel Marco Gomes (RESUMOS)

Comentarista: Débora Almeida

1. AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS EXIGEM NOVAS POSTURAS PROFISSIONAIS: A CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS COMO DIFERENCIAL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC; André Leonardo Silveira – UNC

2. DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA 11ª ADR CURITIBANOS.

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC; André Leonardo Silveira – UNC

3. DIZ QUE É POUPADOR, MAS NÃO ECONOMIZA: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA CONSCIENTE.

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC; André Leonardo Silveira – UNC

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EMANCIPAÇÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS (COOPERAÇÃO)

Suzane Grimm – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam – UNESC

5. RELATO DE EXPERIÊNCIA INSERÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Mirella Martini Brun – UNIPLAC; Geraldo Augusto Locks –UNIPLAC

6. ESTRUTURA POSTAL: EXPANSÃO E RACIONALIZAÇÃO (1900-1945)

Gabriel Crozetta Mazon – UNESC; Alcides Goularti Filho – UNESC

7. VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DE EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL DO DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA – SC

Mayara Pereira de Souza – UNESC

8. PRODUÇÃO DA MALEICULTURA CATARINENSE NA SAFRA 2016/17

Rogério Goulart Junior – EPAGRI; Janice Maria Waintuch Reiter; Marcia Mondardo

Abertura e Conferência do XII Encontro de Economia Catarinense

Horário: 19h30min

Dia 11 de maio de 2017 – Sexta-feira

Horário: 8h30 às 9h30

Assembleia Geral da APEC

Intervalo: 9h30 às 10h

Mesa Redonda II

Horário: 10h às 12h

Intervalo para almoço

Horário: 12h às 14h

Sessão Temática III - Mesas de 9 a 12

Horário: 14h às 16h

Mesa 9– Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Fábio Farias de Moraes

1. A SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS
Celso Galante; Yago Hoss

2. DESEMPENHO DOS ITENS DA GESTÃO FISCAL EM CÂMARAS DE
VEREADORES DE SANTA CATARINA
Celso Galante; Chauny Steffens da Silva

3. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE
CASO EM UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA
Celso Galante; Suélen Aparecida Adona

4. O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO
NA TAXA DE JUROS
Wagner Eduardo Schuster

5. O ESTADO EMPREENDEDOR: INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR DE
TELECOMUNICAÇÃO DO BRASIL
Almir Cléydison Joaquim da Silva – UFPR; Walter Tadahiro Shima; Mônica Aparecida
Bortolotti; Lucas Henrique Gonçalves

6. VOLUNTARIADO E SETOR PÚBLICO: O CASO DOS BOMBEIROS
CATARINENSES
Francis Petterini – UFSC; Murilo Pedro Demarchi – UFSC

Mesa 10 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Tatiane A. V Vargas

1. ABORDAGENS E USOS ATUAIS DO MARKETING EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE: APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DO CUIDADO HUMANO

Geneia Lucas dos Santos – UFRGS; Jhony Pereira Moraes; Sidimar Meira Sagaz; Deison Alencar Lucietto

2. EDUCAÇÃO PARA O ECODESENVOLVIMENTO EM BLUMENAU: O USO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS REGIONAIS EM PROJETOS DE EXTENSÃO

Daniel Wandrey – FURB; Luciana Butzke – FURB; Nazareno Loffi Schmoeller – FURB; Emily Camila Batschauer – FURB

3. PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETES) EM SANTA CATARINA

Francisco Gelinski Neto – UFSC; Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski – UFSC

4. SOCIOLOGIA REGIONAL NA AMÉRICA LATINA: AS CONTRIBUIÇÕES DE FLORESTAN FERNANDES E ANÍBAL QUIJANO

Samara Mariani – FURB; Luciana Butzke – FURB

Mesa 11 – Sala: Milton Santos

Comentarista: Dimas de Oliveira Estevam

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRABALHO EM SANTA CATARINA: UM ENFOQUE NAS CARREIRAS DE APLICAÇÃO DIRETA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Patricia Bonini – UDESC; Carolina Custodio

2. ANÁLISE DA REPROVAÇÃO E DO ABANDONO DO ENSINO MÉDIO CATARINENSE USANDO OS MICRODADOS DOS BOLETINS ESCOLARES

Max Cardoso de Resende – UFSC; Francis Petterini – UFSC

3. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

Vicente Loeblein Heinen – UFSC

4. O TRABALHO FORMAL NAS COOPERATIVAS DO SUL CATARINENSE

Max Richard Coelho Verginio – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam – UNESC; Patrícia Jovita Domingos Miguel – UNESC

5. AGRICULTURA FAMILIAR E A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LAGES, SC: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES

Geraldo Augusto Locks – UNIPLAC; João Eduardo Branco de Melo – UNIPLAC; Juliano Branco de Moura – ASSELVI; Maria Aparecida da Fonseca; Elisângela de Oliveira Fontoura; Jonatas da Silva Campos; Thais Esteves Ramos Fontana

Mesa 12 – Sala: Celso Furtado (RESUMOS)

Comentarista: Ivo Marcos Theis

1. “PANNIS ET CIRCENSE”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM?

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC; André Leonardo Silveira – UNC

2. ELABORAÇÃO DE CARTILHA DE APOIO À REGULARIZAÇÃO LEGAL PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Jéssica Caronilda Almeida de Matos – UNESC; Melissa Watanabe –UNESC; Michel Alisson da Silva

3. O QUE É DESENVOLVIMENTO REGIONAL? UMA APROXIMAÇÃO INICIAL DESDE A REALIDADE BRASILEIRA

Ivo Marcos Theis – FURB

4. PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E OS GASTOS DO GOVERNO ESTADUAL COM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA (1955-2010)

Liara Darabas Ronçani – UNESC

5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: UM ESTUDO DO SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA DE FRIEDRICH LIST E O ATRASO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA DE ALEXANDER GERSCHENKRON

André Alves dos Santos – UNESC

6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS GERADOS À AGRICULTURA FAMILIAR

Lídia Silveira Arantes – UFSM; Talita Jéssica do Nascimento de Araújo; José Diego de Sousa Dias

7. DESEMPENHO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E BRASIL NO SETOR PETROLÍFERO NO PERÍODO DE 2006-2016

Domingos Joaquim Francisco – UNESC; Melissa Watanabe – UNESC

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE PAPEL E CELULOSE

Amanda Miranda Silva – UNIPLAC; Cristina Keiko Yamaguchi – UNIPLAC; Lilia Aparecida Kanan – UNIPLAC

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática IV - Mesas 13 a 16

Horário: 16h30min às 18h30min

Mesa 13 – Sala: Caio Prado Júnior

Comentarista: Hoyêdo Nunes Lins

1. IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA

Eduardo Netto Zanette – UNESC; Silvio Parodi Oliveira Camilo

2. MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS EM EMPRESAS COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Lisandro Fin Nishi –UFSC

3. O SETOR DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA DO COREDE SUL: DESEMPENHO E PERSPECTIVAS A PARTIR DE SUA ESPECIALIZAÇÃO RELATIVA^[1]_[SEP]

Ezequiel Insaurriaga Megiato – UNISINOS; Daniel Felipe Scherer; Patrícia Rafaeli Lopes; Deise Quevedo Bastos

4. O ALTO VALE DO ITAJAÍ (SC) PERANTE A OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES: ABORDAGEM EXPLORATÓRIA INSPIRADA NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Hoyêdo Nunes Lins – UFSC; Ana Paula Klaumann – UFSC

5. CONSTRUCTO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE CURITIBANOS-SC.

Debora Aparecida Almeida – UNC; Claudiane Michaltchuk Granemann – UNC

6. DEMANDA RESIDENCIAL POR ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL (2004-2015)

Víctor Henrique de Oliveira – UFRGS; Ricardo de Souza Tavares – UFRGS; Luís Antônio Tavares

MESA 14 – Sala: Jesiel Marco Gomes

Comentarista: Juliano Luiz Fossá

1. MÉTODOS QUALITATIVOS DE PESQUISA APLICADOS AOS ESTUDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Juliano Luiz Fossá – UNOCHAPECÓ; Leonel Piovezana

2. MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo – EPAGRI; Antônio Marcos Feliciano; Marcelo Alexandre de Sá; Léo Teobaldo Kroth

3. O PRONAF COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O ACESSO AOS RECURSOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Juliano Luiz Fossá – UNOCHAPECÓ

4. OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE - SC

Rosani Losi – UNIDAVI; Marcia Fuchter – UNIDAVI

5. PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DE CARNES EM SANTA CATARINA

Alexandre Luis Giehl – EPAGRI; Marcia Mondardo; Jurandi Teodoro Gugel

Mesa 15 - Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Marco Antonio Jorge

1. O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CONCÓRDIA-SC: O TEMPO DE TRABALHO ENTRE ATIVIDADES PRODUTIVAS E REPRODUTIVAS

Jordan Brasil dos Santos – UFSC; Liana Bohn – UDESC; Helberte João França Almeida – UFSC

2. FÁBRICAS RECUPERADAS: UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DURANTE AS CRISES DE 1980 E 1990

Lídia Silveira Arantes – UFSM; Talita Jéssica do Nascimento de Araújo

3. IMPACTOS DA LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS SOBRE A VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA E ALGUNS DADOS PARA SANTA CATARINA

Marco Antonio Jorge - UFS

4. O IMPACTO DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO NOS RESULTADOS DO IDEB 2013 PARA O ESTADO DA PARAÍBA

Darcy Ramos da Silva Neto – UFSM; Edna Porto da Silva – UFSM; Giuliano Manera Longhi – UFSM

5. NOVAS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO INOVADORA SOB A ÓTICA DO DOCENTE REFLEXIVO

Darcy Ramos da Silva Neto – UFSM; Renan Antônio da Silva

Mesa 16 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Adriano de Amarante

1. EXPECTATIVA DOS AGENTES E OS EFEITOS DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS E FISCAIS CRÍVEIS NOS ÍNDICES SETORIAIS DA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA

Adriano de Amarante – UDESC; Daniel Augusto de Souza; Fernando Pozzobon; Patrícia Felini

2. INVESTIMENTO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS: AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO
Eduardo Henrique de Borba – UDESC; Ana Paula Menezes Pereira – UDESC

3. RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO
Wagner Eduardo Schuster – UNISINOS; Marcos Paulo Albarello Friedrich; Marco Antonio Montoya

4. UMA ANÁLISE DO IMPACTO DE VARIÁVEIS EXÓGENAS E SEU IMPACTO NO ÍNDICE BOVESPA UTILIZANDO VETORES AUTO REGRESSIVOS
Ismael Cittadin – UNESC; Leila Fernandes Ferreira

5. DÍVIDA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E UM COMPARATIVO DA TRAJETÓRIA DE ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO EM RELAÇÃO A OUTROS EMERGENTES LOCAIS (1989-2017)
Ricardo de Souza Tavares – UFRGS; Felipe Augusto Bellé; Gerson de Souza Raimundo Júnior

Mesa Redonda III – Conferência de Encerramento – Homenagem à Paul Singer
Horário: 19h às 20h30min

RESUMOS

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE PAPEL E CELULOSE

Amanda Miranda Silva, UNIPLAC, amanda.mirandas95@gmail.com

Lilia Aparecida Kanan, UNIPLAC, lilia.kanan@gmail.com

Cristina Keiko Yamaguchi, UNIPLAC, criskyamaguchi@gmail.com

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

As indústrias do setor de papel e celulose são responsáveis pela produção e distribuição de papéis para diversas áreas de uso, como por exemplo, o comércio. Elas têm significativa representatividade na economia e desenvolvimento do País. Ao longo do tempo, quer de modo obrigatório ou voluntário, as ações de responsabilidade socioambiental (RSA) passaram a integrar o escopo de investimentos deste segmento industrial. Dessa forma, para atender os aspectos legais e ser reconhecida pela sociedade é recomendável, que a empresa desenvolva ações que diminuam o impacto ambiental e adote em suas práticas os programas de RSA, visto que tanto a comunidade como a legislação exercem pressão sobre a sua forma de atuação. Para que a empresa possa lograr êxito e prosperar em seus objetivos e metas, é importante que se realize um plano estratégico, elencando ações de cunho sustentável frente aos riscos que seu processo produtivo possa produzir para o meio ambiente. Além disso, destaca-se um novo consumidor e mercado altamente exigente e competitivo, sendo necessário que evidenciam sua legitimidade social, ou seja, por meio do alinhamento de seus negócios à esfera da lei, de sua responsabilidade e contribuições socioambientais. É natural que os empresários almejem a expansão econômica em seus negócios, alguns em âmbito nacional, outros para além deste. Entretanto, para que os resultados em termos de lucratividade sejam ampliados e possibilitem o crescimento competitivo, é recomendável que seus gestores atentem para a importância de estabelecer um posicionamento socioambiental sustentável. Nesse contexto, demonstrar ações de responsabilidade socioambiental à sociedade, tais como, à saúde e a preservação do ambiente, trata-se de uma estratégia positiva em relação ao “marketing natural” que demonstram efetivamente as ações socioambientais realizadas pelas organizações. Observa-se que as empresas brasileiras de grande porte do setor de papel e celulose publicam suas práticas em prol do meio ambiente. Tanto nos relatórios de sustentabilidade quanto em relatórios de caráter público, como por exemplo, o balanço social. Além de divulgar informações sobre seus desempenhos e investimentos sustentáveis, os relatórios de sustentabilidade também representam uma forma de prestar contas às partes interessadas. Outro fator importante, é expressividade que o setor de papel e celulose exercem referente ao impacto socioeconômico nos locais que atuam. Haja visto que, nas áreas de plantações de pinus e eucalipto para fins industriais, existe um expressivo número de trabalhadores com emprego direto e indiretamente. Tal razão justifica o interesse em se produzir conhecimentos a respeito de seus compromissos sociais e ambientais, que poderá estar evidenciada nos relatórios contábeis e no balanço social das organizações. A implementação de uma gestão ambiental adequada em cada atividade empresarial, entre outros aspectos, procura identificar e atribuir novas propriedades e métodos que instigam os gestores do século XXI para adaptarem-se aos padrões de desenvolvimento sustentável dos tempos atuais e da concorrência. Todavia, as empresas necessitam detectar os efeitos

nocivos que suas operações provocam ao meio ambiente, buscando o aperfeiçoamento em seus processos de modo a atingir positivamente o mercado e obter melhores resultados.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental; Pesquisa em Documentos Contábeis; Contribuições Socioambientais.

IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA

Eduardo Netto Zanette, UNESC, eduardozanette@outlook.com
Silvio Parodi Oliveira Camilo, UNESC, parodi@unesc.net

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

A atividade econômica de extração e comercialização do carvão mineral está relacionada fortemente com o desenvolvimento regional e foi durante muito tempo o principal segmento econômico da região sul do Brasil, onde estão localizadas as principais ocorrências de carvão mineral no Brasil. As reservas minerárias, estendem-se desde o estado de São Paulo, passando por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, a Bacia Carbonífera concentra os mais importantes centros de mineração do carvão mineral, descobertos em 1883. A energia gerada por termelétrica a carvão representa aproximadamente 2% da matriz energética nacional, com incentivos governamentais. A atividade minerária está intrinsecamente associada a interferências e alterações das características ambientais da região explorada. Historicamente, sua exploração passou por várias fases de desenvolvimento nos serviços de lavra e beneficiamento, da metodologia manual de extração à mecanização das minas. A ausência de requisitos legais ambientais, aplicáveis às atividades produtivas nas diversas áreas da economia, resultou na visão utilitária e econômica da exploração mineral. No âmbito da mineração do carvão, até início da década de 90, a forma como ocorria a exploração do minério não seguia rígidos controles ambientais. As diferentes interpretações pelos legisladores e pelos órgãos de controle na relação do Direito Minerário e Direito Ambiental, junto à fiscalização insuficiente, acarretaram grandes passivos ambientais na Bacia Carbonífera. Como consequência, ocorreu, em 1993, a intervenção em Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), que penalizou as empresas carboníferas e a união pelos danos ambientais da mineração do carvão em Santa Catarina. Neste contexto, o presente trabalho objetivou analisar os impactos na economia do sul de Santa Catarina a partir da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4 e seus posteriores desdobramentos. Refletem-se também, sobre o contexto histórico da atividade econômica de mineração de carvão na bacia carbonífera catarinense, suas potencialidades, dificuldades e influência no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. Na pesquisa, caracterizada por estudo de caso, utilizou-se o método científico dedutivo, partindo-se do tema geral para o particular, com abordagem qualitativa. Fundamentou-se teoricamente sobre o Direito Ambiental e Minerário no Brasil a partir da legislação que expressa a responsabilidade da pessoa física e jurídica no âmbito socioambiental. Na análise da trajetória da ACP, verificou-se que esta e outras ações preventivas, a partir do fortalecimento da legislação socioambiental brasileira, contribuem na evolução dos processos relacionados à mineração no contexto preventivo e na conscientização da necessidade de melhorias no âmbito da exploração mineral, com foco na qualidade de vida do meio ambiente. Verificou-se também que, atividade econômica de mineração de carvão na bacia carbonífera catarinense representou e representa um importante segmento econômico, relacionado diretamente a incentivos governamentais, contribuindo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios no qual a mesma ocorre.

Palavras-Chaves: Setor Carbonífero; Desenvolvimento Socioeconômico; Ação Civil Pública.

MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS EM EMPRESAS COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Lisandro Fin Nishi, UFSC/UDESC, lisandro.nishi@udesc.br

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

Há divergências de opinião no que tange ao impacto sobre os lucros das firmas quando estas adotam a responsabilidade socioambiental. Enquanto uma vertente defende que o objetivo da firma é maximizar o lucro, o que geraria mais emprego, renda, maior eficiência econômica e conseqüentemente bem estar social, outra vertente defende que a firma deve possuir responsabilidades sociais e ambientais. O argumento para a firma não se engajar em responsabilidade socioambiental é que tal comportamento a afastaria de seu objetivo, qual seja, maximizar o lucro, cuja conseqüência levada ao extremo seria o fechamento da firma. Entretanto, é crescente o número de firmas que adotam práticas de responsabilidade socioambiental, sendo assim reconhecidas as que vão além do exigido pela legislação, e cujo engajamento não é ocasional, tampouco apenas *marketing*. Estudos recentes, tanto nacionais como internacionais, tem demonstrado que em geral o engajamento em responsabilidade socioambiental não prejudica o desempenho econômico e financeiro das firmas, embora nem todos os estudos apontem na mesma direção. Ao menos teoricamente, é possível demonstrar que o investimento socioambiental pode acarretar tanto a piora no desempenho econômico e financeiro quanto pode melhorar tal desempenho, a depender da magnitude da modificação nos custos e receitas da firma. Neste trabalho objetiva-se mostrar via teoria microeconômica da firma, e através de pesquisa bibliográfica, que a firma, quando atua com responsabilidade socioambiental, pode inclusive incrementar seus lucros, mesmo que este incremento não ocorra de forma intencional. Conclui-se que a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, em geral, tem provocado melhora no desempenho econômico e financeiro das firmas.

Palavras-chave: Maximização de Lucros; Responsabilidade Socioambiental; Objetivo da Firma.

DINÂMICA DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE EM SANTA CATARINA: CASO ILUSTRATIVO DA ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS SA

Débora Aparecida Carrer, UFSC, de.carrer@hotmail.com
Kamile Theis Stadnick, UFSC, kamilets@hotmail.com
Silvio Antonio Ferraz Cario, UFSC, fecario@yahoo.com.br

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

A discussão acerca da temática que envolve o desenvolvimento sustentável se estendeu para vários setores da sociedade, tanto por parte dos cidadãos quanto por partes das empresas. A degradação ambiental e a escassez de recursos naturais ganham maior visibilidade a ponto de interferir na estrutura social, inserindo nas empresas a preocupação com a sustentabilidade, de forma que mobilizam recursos com atenção voltada à produção de bens e serviços que preconizam os aspectos ambientais e sociais, além do econômico. Nesse sentido, a área de produção e distribuição de energia também vem ao encontro dessas preocupações. Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo norteador descrever as políticas e as principais ações socioambientais desenvolvidas pela empresa estatal Eletrosul no período decorrente após o ano 2000. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e foi realizado através de um caso ilustrativo. No que tange à coleta de dados, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais para a coleta dos dados secundários, enquanto os dados primários foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. A partir do estudo dos principais relatórios sobre o meio ambiente emitidos pela Eletrosul, bem como das entrevistas realizadas em confronto com a pesquisa bibliográfica, este trabalho alcançou seu objetivo proposto. Entre os principais resultados pode-se inferir que a Eletrosul demonstra cumprir com sua missão de ser uma empresa com foco em energia renovável e sustentável, buscando o aprimoramento contínuo das suas ações referentes à sustentabilidade. Salienta-se que a empresa inclui em seu cotidiano os Objetivos do Milênio e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, mostrando sua colaboração as principais metas de desenvolvimento sustentável global. Entre as principais práticas sustentáveis realizadas pela empresa, podem ser evidenciadas o programa da Horta Comunitária, programa Casa Eficiente, programa Casa Aberta, programa Biogás, programa de Prevenção de Queimadas.

Palavras-chave: Energia; Meio ambiente; Sustentabilidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM SANTA CATARINA

Paloma Mariucci, palomamariucci@yahoo.com.br

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

A preocupação com a crescente e acelerada degradação do meio ambiente e o comprometimento da qualidade de vida das gerações futuras, ambos relacionados à Educação Ambiental, fizeram com que surgisse a necessidade de estudar e ressaltar a importância da Educação Ambiental aos estudantes do ensino fundamental de uma escola pública do município de Florianópolis. Sendo assim, este estudo procurou analisar a importância das questões ambientais e a educação ambiental desenvolvida na escola, compreendendo as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores neste contexto. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, durante o mês de setembro de 2011, com um grupo de 10 Professores que atuam com a temática da Educação Ambiental na Escola Municipal Luís Cândido da Luz. Como instrumentos da pesquisa foram realizadas entrevistas *in loco* com questionários semi-estruturados para coleta de dados. Procurou-se diagnosticar como os educadores percebem a Educação Ambiental dentro do contexto escolar e de que forma é possível contribuir para intensificar sua prática no sentido de sensibilizar e formar cidadãos conscientes, responsáveis e participativos nas questões que envolvem a preservação do meio ambiente. Além disto, a pesquisa buscou identificar o grau de consciência dos alunos em relação à problemática ambiental. Neste sentido, foi feita uma pesquisa, com aplicação de questionário estruturado, com 15 alunos selecionados aleatoriamente (entre 4º e 6º ano), matriculados em disciplinas de Educação Ambiental dentro da mesma Escola. Para a concretização desse trabalho foi realizada também uma pesquisa bibliográfica baseada em algumas linhas de estudo científico. Como resultados este estudo identificou algumas alternativas para que a Educação Ambiental possa se caracterizar como um processo de reconhecimento de valores, de desenvolvimento de habilidades, competências, mudança de hábitos e atitudes positivas em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Transformação Social

DO ESTRUTURALISMO-HISTÓRICO À DESIGUALDADE SOCIAL E OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA NO SÉC. XXI

Darcy Ramos da Silva Neto, UFSM, netodarcy25@gmail.com
Giuliano Manera Longhi, UFRJ, giuliano.linghi@hotmail.com
Fernando Cavalheiro Krauzer, UFSM, fe_krauzer@hotmail.com
Sibele Vasconcelos de Oliveira, UFRGS, sibele_oliveira@yahoo.com.br

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

O artigo tem o objetivo de mostrar como nos países latino-americanos são buscadas soluções para duas questões pertinentes ao desenvolvimento atualmente: o meio-ambiente e a desigualdade social. O primeiro assunto ganhou mais espaço nos debates principalmente nos anos 1990 com conferências mundiais sobre o tema – como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro – e a desigualdade social, um dos principais aspectos salientados pelos teóricos do estruturalismo histórico, que continua como ponto importante do debate sobre o desenvolvimento econômico ao redor do mundo. Ao longo do trabalho, pretende-se analisar como o debate teórico enfatiza a governança política, em publicações das principais agências sobre o desenvolvimento no mundo e, principalmente, na América Latina, que de início focavam os aspectos econômicos do desenvolvimento e evoluíram ao longo do tempo para expandir o conceito de desenvolvimento social e humano. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Confederação das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial e as Nações Unidas são exemplos de fontes básicas de bibliografias sobre o que principalmente se recomenda sobre modernas políticas de desenvolvimento sustentável inclusivo, capazes de reduzirem a desigualdade social na América Latina e algumas perspectivas futuras sobre as questões sociais no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade Social; CEPAL; Desenvolvimento Sustentável.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE SOB A ÓTICA DA TEORIA ESTRUTURALISTA LATINO-AMERICANA

Carine de Almeida Vieira, UFABC, carine.a.vieira@gmail.com
Ivan Prizon, URPR, ivanprizon@gmail.com

Área Temática 1: Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

O estruturalismo latino-americano fez um esforço para interpretação do desenvolvimento econômico dos países de acordo com fatores não somente econômicos, mas também históricos e socioculturais. Entre as várias temáticas abordadas, o meio ambiente obteve destaque principalmente após a crise do petróleo na década de 1970. Em vista disso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como o meio ambiente é tratado dentro da teoria estruturalista latino-americana e sua influência no desenvolvimento dos países periféricos. O Estruturalismo Latino-Americano apresenta a temática do meio ambiente fazendo uma crítica ao estilo de desenvolvimento ascendente mundialmente. Segundo essa visão, dado o baixo custo do petróleo o desenvolvimento adotado é baseado na exploração irracional de um recurso esgotável. Como o custo energético é baixo, não há estímulos para a pesquisa e desenvolvimento de um substituto ou de tecnologias mais eficientes do ponto de vista energético. O desenvolvimento econômico traz também uma série de efeitos colaterais para o meio ambiente, como a contaminação da atmosférica, rios e mares. A crise do petróleo, na década de 1970, colocou a necessidade de mudança em destaque mundial estimulando assim a possibilidade de mudança no estilo de desenvolvimento. Sunkel sugere um estilo alternativo, já que o transnacional dava indícios de colapso com a crise do petróleo. Um estilo que estimule o uso racional dos recursos naturais, com desenvolvimento de conhecimento para saber qual o efeito de longo prazo que a exploração dos recursos tem sobre os ecossistemas e adoção de técnicas produtivas mais adequadas para a conservação do meio ambiente. Os autores cepalinos sugerem que os países da região façam uso dessa renda para promover o desenvolvimento industrial de longo prazo como um meio para a superação de seu subdesenvolvimento. Nesse sentido, devem fazer uso da renda obtida com sua exploração para criar uma capacidade produtiva capaz de substituir essa fonte de riqueza. Ter essa fonte de riqueza é uma vantagem histórica para alcançar a superação do subdesenvolvimento que pode ser alcançado através das políticas macroeconômicas adequadas.

Palavras-Chaves: Estruturalismo Latino-Americano; Desenvolvimento; Meio Ambiente.

DESEMPENHO DOS ITENS DA GESTÃO FISCAL EM CÂMARAS DE VEREADORES DE SANTA CATARINA

Chauny Steffens da Silva, UNOCHAPECÓ, steffens16@unochapeco.edu.br
Celso Galante, UNOCHAPECÓ, galante@unochapeco.edu.br

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

O objetivo do estudo é analisar as despesas com pessoal das câmaras de vereadores da região Oeste, Meio Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como descritiva, de procedimentos documentais com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada no Tribunal de Contas do Estado e nos Portais Eletrônicos de cada um dos municípios escolhidos, tendo como instrumento de coleta um checklist. O período analisado foi de 2009 à 2016, divididos em dois mandatos diferentes, nos 120 municípios do Oeste, Meio Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. Os principais resultados apontam que os gastos com pessoal, nos dois mandatos, foram similares, apenas no ano de 2011 os gastos aumentaram 60% no Oeste e mais de 100% no Meio Oeste e Extremo Oeste, voltando a estabilizar no ano seguinte. Com as análises feitas, pode-se constatar também que, mesmo com a LRF estipulando limites e aplicando punições para os municípios que ultrapassarem os limites estabelecidos, 22 municípios durante o ano de 2011, tiveram gastos sobre a Receita Corrente líquida acima do permitido pela legislação, como o município de Ouro Verde que onde aponta um percentual de 8,40, com possibilidade de penalidades de acordo com a lei. Comparando as receitas arrecadas e os gastos do último ano de cada mandato, foi possível perceber o aumento de receitas arrecadadas sem que houvesse aumento nos gastos mantendo suas despesas na mesma proporção em períodos de menor arrecadação. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que os gestores busquem sempre fazer uma administração responsável, limpa e transparente, porém ainda há muitas coisas que precisam ser mudadas.

Palavras-chave: Pessoal; Responsabilidade; Municípios.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

Yago Hoss, UNOCHAPECÓ, yagohoss@unochapeco.edu.br
Celso Galante, UNOCHAPECÓ, galante@unochapeco.edu.br

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

Em regra, toda e qualquer entidade governamental não deve ter fins lucrativos, no entanto, é fundamental que o desempenho das finanças seja planejado, equilibrado e autossustentável. Neste contexto, o estudo objetivou analisar a situação financeira dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal para honrar seus compromissos e conduzir suas atividades no ano de 2016. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como descritiva, de procedimento documental e análise quantitativa. A coleta de dados foi realizada nos relatórios do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Dentre os principais resultados do estudo apontou-se que das 27 Unidades Federativas, 9 (33,33%) apresentam déficit, que se distribui em 79,70% na região Sudeste, conduzido principalmente pelo estado do Rio de Janeiro, 15,51% no Centro-Oeste, 4,03% no Nordeste e 0,76% no Sul. Já na região Norte, todos os estados apresentam superávit. Considerando todos os estados e o Distrito Federal encontra-se um déficit de R\$ 11.059.806.781,35. Das 27 Unidades Federativas, apenas 8 (29,63%) geram mais de 50% dos recursos financeiros totais, via tributação e 3 (11,11%) Unidades Federativas recebem mais que 50% do total de suas receitas na forma de Transferências. Em geral, os gastos com educação representam, em média, 14,18% dos gastos totais, saúde 12,96% e a segurança pública 9,56%. Em média, as Unidades Federativas dispõem de um índice de Relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida de 0,866 e um índice de Relação entre os Encargos da Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida de 0,025. Conclui-se que os estados do Norte e Nordeste, exceto Alagoas, possuem uma situação financeira favorável, oposto do que ocorre na região Sul e Sudeste, onde a situação financeira pode ser classificada como delicada e desfavorável, com exceção do estado do Paraná e Espírito Santo. Na região Centro-Oeste é possível classificar a situação financeira do estado de Goiás e Mato Grosso do Sul como desfavorável e Mato Grosso e Distrito Federal como favorável.

Palavras-chave: Unidades; Endividamento; Gestão.

VOLUNTARIADO E SETOR PÚBLICO: O CASO DOS BOMBEIROS CATARINENSES

Murilo Pedro Demarchi, CBM SC, demarchi@cbm.sc.gov.br
Francis Carlo Petterini, UFSC, f.petterini@ufsc.br

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

A lei federal N.º 9.608 (lei do voluntariado), de 18 de fevereiro de 1998, define que no Brasil o voluntariado é a “atividade não remunerada prestada por pessoa física [...] que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa”. Em 2017, em Santa Catarina, uma polêmica lei de incentivos pecuniários ao voluntariado nas atividades de bombeiros foi promulgada. A justificativa disso decorreria da carência de novos concursos e da aceleração das aposentadorias dos bombeiros militares, e do suposto sucesso de um projeto de voluntariado na área. O artigo analisa mais de 426 mil ocorrências entre 2012 e 2016, em que foi possível medir a diferença de tempo entre o acionamento e o atendimento das ocorrências, e assim modelá-las em relação à participação dos voluntários e outras covariadas; concluindo-se que o tempo-resposta de uma ocorrência é em torno de 7 ou 8 minutos, e a presença dos voluntários pode reduzi-la em torno de 30 segundos – o que pode significar a diferença entre vida/morte ou perda total/parcial de um patrimônio. Com base nisso e na revisão da literatura, discute-se a importância e o limite do voluntariado no setor público, particularmente sob o risco de que leis como essa causem problemas seleção adversa de pessoas com boa vontade, mas inaptas.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas; Bombeiros; Voluntariado.

O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO NA TAXA DE JUROS

Wagner Eduardo Schuster, UNISINOS, wagner.schuster92@gmail.com

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

O impacto que a política fiscal pode causar na taxa de juros é um tema que vem sendo abordado por diversos autores nos últimos anos. A teoria é de que aumentos dos gastos do governo impactam na demanda agregada, afetando o nível de produção e renda, sem consequente diminuição dos custos de produção (BARRO, 1981; DORNBUSCH; FISCHER, 1991; BARROS, 2012). Dessa forma, tal aumento acaba por gerar pressões inflacionárias e os países que utilizam a regra de Taylor combatem este aumento da inflação via aumento das taxas de juros (TAYLOR, 1993). Sendo assim, torna-se cada vez mais importante a combinação entre as políticas monetária e fiscal, ressaltando-se o papel da austeridade fiscal, pois esta deve fazer parte de qualquer sistema de metas de inflação para que este possa ser efetivo (SIMS, 2003; FAVERO, 2004; ROMER; ROMER, 2007; ACOSTA; COLOM; HERNÁNDEZ, 2012). São encontrados na literatura diversos modelos que buscaram explicar qual o impacto que os aumentos dos gastos do governo exercem sobre a taxa de juros. Porém, em sua maioria estes trabalhos restringem-se a economias mais desenvolvidas como os Estados Unidos e Europa. Existe, portanto, uma lacuna para trabalhos neste sentido para o caso brasileiro. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto causado pela Política Fiscal – representada pelos gastos discricionários do governo – na taxa de juros do Brasil no período compreendido entre o primeiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre de 2017. Para tanto, utilizou-se de um modelo econométrico através de uma regressão linear via método dos mínimos quadrados ordinários. O resultado encontrado foi positivo, ou seja, um aumento nos gastos discricionários do governo gera um aumento na taxa de juros.

Palavras chave: Política Fiscal; Austeridade; Taxa de Juros.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Suélen Aparecida Adona, UNOCHAPECÓ, suelen.adona@unochapeco.edu.br
Celso Galante, UNOCHAPECÓ/FURB, galante@unochapeco.edu.br

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

O objetivo do estudo é analisar os indicadores de desempenho de gestão pública da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - SC, especificamente nas últimas duas gestões do município, bem como verificar a aplicação dos recursos em educação e saúde. A relevância do tema se dá pelo atendimento às legislações, principalmente a Lei da Transparência e a Lei de acesso à Informação. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como estudo de caso por meio da análise documental, descritiva e abordagem qualitativa. A coleta dos dados ocorreu por meio de checklist com pesquisa no site eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além do portal de transparência da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta SC e do SICONFI, nos períodos de 2009 a 2016. A análise dos dados indicou que o melhor desempenho na execução orçamentária e financeira foi auferido na segunda gestão (2013 a 2016), pois nos anos de 2013 e 2016 as arrecadações da Prefeitura foram suficientes para saldar as despesas realizadas, alcançando um superávit de R\$ 7.330.670,70 e R\$ 1.413.484,62, respectivamente. Já na primeira gestão (2009 a 2012), o superávit foi alcançado apenas no ano de 2011, totalizando R\$ 1.347.669,74, porém encerrou o mandato em 2012 com um déficit de R\$ 1.373.406,76. A partir da análise dos indicadores positivos e negativos, constatou-se que os contribuintes desembolsaram mais com impostos, taxas e contribuição de melhoria na primeira gestão e no que se refere a aplicação em educação e saúde, constatou-se uma melhora nos resultados na segunda gestão. Comparando a primeira e a segunda gestão, verificou-se que a aplicação em educação e saúde foi mais relevante na segunda gestão, porém com uma diferença pequena comparada à primeira.

Palavras-chave: Indicadores; Gestão; Informação.

PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E OS GASTOS DO GOVERNO ESTADUAL COM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA (1955-2010)

Liara Darabas Ronçani, UNESC, liadarabas@hotmail.com

Área Temática 2: Gestão e Economia do Setor Público

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar a trajetória de gastos do governo do Estado de Santa Catarina com educação no período compreendido entre 1955 e 2010. São apresentados os gastos por funções, subfunções, órgãos e categorias econômicas, além do percentual empregado na manutenção e desenvolvimento do ensino, segundo as vinculações constitucionais de recursos. Analisamos ainda, a relação da trajetória de gastos com educação com as metas estabelecidas nos planos de governo catarinenses. Apresentamos as concepções gerais de cada plano de desenvolvimento e qual a participação setorial da educação. Para cumprir com os objetivos da pesquisa, foram analisados os seguintes documentos: relatórios de Prestações de Contas do Governo do Estado, encontrados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC); Anuários Estatísticos do Brasil, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); planos estaduais de governo do Estado de Santa Catarina; e as principais leis e decretos relacionados a normatização da educação no Brasil e em Santa Catarina. Por meio da pesquisa nos relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e nos Anuários Estatísticos do IBGE, verificou-se que a média de gastos do governo estadual catarinense com educação no período analisado ficou em torno de 18% do total de gastos realizados, chegando em alguns períodos a compreender até 26% da despesa total realizada. No entanto, apesar de o Estado gastar parte expressiva do seu orçamento com a função educação, os problemas educacionais e socioeconômicos têm persistido ao longo tempo. É necessário compreender, portanto, que a expansão do gasto público em educação é apenas um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento educacional e socioeconômico de uma sociedade, e que sua contribuição é limitada. Há de se considerar o desenvolvimento socioeconômico como uma totalidade que envolve o bom desempenho de um conjunto variado de setores da sociedade e da economia. Além do mais, para além do volume de gastos despendidos na educação pública, é preciso considerar de que forma e em que tipo de educação esses recursos foram empregados. Nesse sentido, a análise detalhada dos relatórios de prestação de contas, alinhada à análise das diretrizes educacionais presentes nos planos de desenvolvimento dos governos se torna fundamental para a compreensão das concepções educacionais presentes em cada época. Percebe-se ainda, ao longo da análise dos documentos, que há uma crescente instrumentalização da educação para atender as demandas empresariais e do mercado de trabalho, em detrimento de uma concepção humanista de educação.

Palavras-chave: Gastos públicos; Santa Catarina; Educação.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

Vicente Loeblein Heinen, UFSC, vicenteheinen@gmail.com

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

Neste artigo analisa-se a evolução do emprego formal no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2016, com foco na dinâmica espacial desses postos formais de trabalho. Visando compreender os possíveis impactos da crise econômica atual no mercado formal de trabalho catarinense, utilizaram-se dois períodos distintos de informações: o primeiro contempla os dados entre 2001 e 2014, enquanto o segundo analisa as informações entre 2014 e 2016, período fortemente influenciado pela crise econômica geral do país. Após fazer a análise do comportamento agregado estadual, discute-se a evolução do emprego formal nas seis grandes mesorregiões do estado, tomando-se por referência três indicadores principais: setor de atividade, remuneração e gênero dos trabalhadores. Como principais considerações aponta-se que há uma heterogeneidade regional na participação regional, sendo que duas mesorregiões (Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) se destacam no agregado estadual por deterem quase 48% de todos os postos formais de trabalho no estado. Por outro lado, notou-se uma redução da participação da mesorregião Norte Catarinense no agregado estadual, especialmente a partir de 2014 quando esta região foi fortemente afetada pela crise econômica, cujos efeitos foram mais drásticos no conjunto dos setores industriais no país e também em Santa Catarina.

Palavras-chave: Emprego Formal; Santa Catarina; Mesorregiões.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

Vicente Loeblein Heinen, UFSC, vicenteheinen@gmail.com

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

Neste artigo analisa-se a evolução do emprego formal em Santa Catarina entre 2001 e 2016, com foco na dinâmica agregada dos postos formais de trabalho do estado. Após uma breve revisão de literatura, num primeiro momento são analisados os dados agregadamente e, posteriormente, seus comportamentos em termos de ramos de atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. Visando compreender os possíveis impactos da atual crise econômica no mercado formal de trabalho catarinense, utilizaram-se dois períodos distintos de informações: o primeiro contempla os dados entre 2001 e 2014, enquanto o segundo analisa as informações entre 2014 e 2016, período fortemente influenciado pela crise econômica geral do país. Como principais conclusões, tem-se o fim da expansão do emprego formal a partir de 2014, ano que marca uma forte inflexão dos postos formais de trabalho do estado. Com isso, intensificou-se a concentração desse tipo de emprego no setor terciário da economia, ao mesmo tempo em que o setor secundário (industrial) sofreu um forte declínio. Esse movimento afetou o nível de renda dos trabalhadores, pois, frente ao período de retração econômica, o mercado formal de trabalho se ajustou reduzindo a participação das maiores faixas salariais e ampliando a das menores. No mesmo contexto, registrou-se a expansão da participação das jornadas de trabalho menos extensas no estado. No tocante à escolaridade, elevou-se a seletividade das contratações formais, posto que os trabalhadores com menores graus de escolaridade foram os principais afetados com a crise. Por fim, notou-se ainda que o cenário favorável à inserção da mulher no mercado de trabalho, que prevaleceu entre 2001 e 2014, também se reverteu a partir desse último ano.

Palavras-chave: Emprego; Santa Catarina; Postos Formais de Trabalho.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRABALHO EM SANTA CATARINA: UM ENFOQUE NA CARREIRAS DE APLICAÇÃO DIRETA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Patricia Bonini, UDESC, patriciabonini@gmail.com
Carolina Custodio, UDESC, carolinafcustodio@gmail.com

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

Este artigo apresenta resultados sobre a distribuição espacial e de gênero dos cursos de graduação ligados à ciência e tecnologia em Santa Catarina. Especificamente, enfoca-se na no perfil de gênero dos cursos de formação de aplicação direta de ciência e tecnologia agrupados acrônimo STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), tanto em termos de qualificação em nível superior quanto em termos de força de trabalho. A metodologia consiste em análise descritiva de dados primários e secundários sobre ensino universitário e mercado de trabalho. Utilizam-se dados primários da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e dados secundários do censo universitário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para o ano de 2015, quantificando os cursos de graduação em termos de pessoal entrante e pessoal formado em 2015. Para o emprego, utiliza-se a base de microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para 2015. Com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é estabelecida uma correspondência com o grupo laboral de suporte profissional e técnico nos campos de ciências da computação, matemática, engenharias, ciências físicas e da terra, que, na literatura internacional, é denominado STEM. Identificam-se 164 códigos de ocupações STEM. Os resultados indicam que os trabalhadores do grupo STEM, em Santa Catarina, são 0.8% do total, enquanto na universidade, os ingressantes e formandos são, respectivamente, 22% e 15% do total. Muitos egressos dessas carreiras universitárias trabalham em atividades de ensino e saúde, que não são classificadas como STEM. Em linha com os dados internacionais, a proporção feminina nas carreiras universitárias do grupo STEM é menor do que nas demais carreiras, assim, como a participação feminina nos postos de trabalho STEM é também reduzida.

Palavras-chave: Ensino Superior; Salários; Ciência e Tecnologia.

A INFLUÊNCIA DO *NETWORKING* SOBRE A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PÓS-VENDAS DA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DTECNOLOGIA DO BRASIL

Marthiele Mendonça da Silva, UNIRITTER, marthielemondonca@gmail.com

Clarice da Fontoura Paim, UNISINOS, cfpaim9986@gmail.com

Jhony Pereira Moraes, UFRGS, jhonymoraes@hotmail.com.br

Geneia Lucas dos Santos, UFRGS, geneialucas@gmail.com

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

A dinâmica do ambiente contemporâneo de negócios torna cada vez mais a concorrência acirrada, exigindo das organizações o investimento em processos tecnológicos superiores, sofisticados e com estruturas que garantam a competitividade. Nesse contexto a interdependência entre as organizações é crescente. As tecnologias de informação e de comunicação (TIC's) denotam importância, favorecendo o surgimento de redes entre organizações e indivíduos. Com isso, as relações colaborativas impulsionam a proliferação das redes interorganizacionais. Essas redes, habitualmente chamadas de *networking*, oportunizam benefícios, tais como o compartilhamento de recursos e informações. O *networking* tem se tornado cada vez mais relevante quando abordamos temas relacionados ao mercado de trabalho e desenvolvimento de carreira. Isso acontece porque ter bons relacionamentos tem se tornado fundamental para que os profissionais troquem informações e experiências. Além disso, essa rede de relacionamentos possibilita que os profissionais tenham acesso às melhores oportunidades de trabalho, transformando-se em um diferencial para quem a cultiva. Este estudo tem por objetivo analisar a influência do *networking* na carreira dos profissionais da área de pós-vendas de uma multinacional do setor de tecnologia da informação, denominada com nome fictício de Dtecnologia do Brasil. O estudo é constituído de uma pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada junto aos líderes e colaboradores da empresa. A interpretação dos dados foi realizada através de análise de conteúdo. Os resultados obtidos permitiram evidenciar que o *networking* influencia a carreira dos profissionais da área de pós-vendas. Os líderes reconhecem a importância destes relacionamentos bem como os colaboradores buscam construí-los pensando em seus desenvolvimentos de carreira. As informações constantes neste estudo podem auxiliar a empresa a utilizar o *networking* para aprimorar os vínculos internos, estimulando e motivando os colaboradores na busca de seu crescimento profissional.

Palavras-chave: *Networking*; Relacionamento; Desenvolvimento de Carreira.

URBANIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araujo, EPAGRI, laraujo@epagri.sc.gov.br
Luiz Torezan, EPAGRI, toresan@epagri.sc.gov.br

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

As transformações do ambiente criam desafios e oportunidades para as organizações rurais e, em decorrência, elas acabam por influenciar as estratégias e o tipo de conduta dos agricultores. Nesse contexto, o objetivo do artigo é apresentar a perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil sobre as mudanças demográficas em andamento, particularmente aquelas relacionadas à urbanização e ao crescimento populacional, com envelhecimento da população. É um estudo com agricultores da Região Sul do Brasil, optando-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, em que os dados foram obtidos utilizando-se de questionário e da técnica de grupo focal. Fez-se a opção pelo uso da técnica de análise de conteúdo para avaliação dos dados resultantes dos grupos focais. Em particular, em relação à tendência de crescimento e de envelhecimento populacional, os resultados apontam para uma percepção preponderantemente de ameaça, mas, curiosamente, se constatou baixa manifestação dos agricultores acerca desse tema. Diferentemente da tendência anterior, em relação à urbanização, prevaleceu a percepção desse fenômeno como sendo uma oportunidade, além do que as manifestações dos agricultores sobre a mesma, se deram de forma intensa. Das manifestações, emergiram sete categorias intermediárias (a partir da perspectiva dos agricultores): demanda de alimentos, relação urbano-rural e qualidade de vida, tecnologia, políticas para o campo, mercados de trabalho rural, legislação trabalhista e educação. Sinteticamente, entre as principais evidências reveladas estão, em relação à urbanização: um fenômeno que promove maior demanda por alimentos, com reflexos positivos sobre os preços agrícolas; as preocupações com a qualidade de vida e a melhoria social do rural e do urbano; a importância da força tecnológica, mas que esta força ainda é insuficiente para frear o processo de urbanização; a sinalização do esgotamento da oferta de trabalho e a consequente elevação do custo de sua contratação; a necessidade de adequações da legislação trabalhista para a realidade do rural; as inquietudes sobre a qualidade da educação e quanto a sua adequação para favorecer a permanência dos jovens no campo. Por fim, a partir dos resultados deste estudo, se espera inspirar e abrir novos caminhos de pesquisa em ciências sociais aplicadas, especialmente voltadas a compreender as transformações do mundo rural.

Palavras-chave: Urbanização; Envelhecimento da População; Agricultura Familiar.

O TRABALHO FORMAL NAS COOPERATIVAS DO SUL CATARINENSE

Max Richard Coelho Verginio, UNESC, verginio@unesc.net
Dimas de Oliveira Estevam, UNESC, doe@unesc.net
Patrícia Jovita Domingos Miguel, UNESC, patriciajovita@unesc.net

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

O cooperativismo surgiu como um movimento social e econômico alternativo às desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista no início da Revolução Industrial. Atualmente, o cooperativismo está presente nos mais diversos segmentos econômicos (agricultura, indústria, comércio, crédito e serviços). Embora, seja reconhecido como sociedades de pessoas que visam resolver problemas enfrentados pelos associados, entretanto, pouco se tem abordado sobre a geração de trabalhos formais em cooperativas. Não obstante, esse não é o objetivo principal das cooperativas, mas a maioria tem contratado trabalhadores formalmente, numa quantidade expressiva e crescente. Com a intenção de compreender o papel desempenhado pelas cooperativas na criação de empregos formais no sul catarinense, busca-se nesse artigo conhecer a quantidade e a diversidade de postos de trabalhos gerados, a remuneração, entre outras questões vinculadas ao trabalho formal em cooperativas desta Região. Objetivamente, o presente artigo busca analisar o trabalho formal nas cooperativas do sul catarinense. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foi o exploratório-descritivo sobre o mercado de trabalho e o cooperativismo no sul catarinense. Nesse sentido, fez-se um apanhado geral sobre a trajetória do cooperativismo em fontes bibliográficas; em relação ao trabalho formal na Região, buscou-se às bases de dados como o RAIS, entre outras fontes. Além de se fazer a caracterização sobre o trabalho formal no cooperativismo, de acordo com os Microdados da RAIS, disponibilizado pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). O mercado de trabalho em cooperativas demonstra certa robustez dos mercado de trabalho em relação ao ambiente do cooperativismo frente as crises provocadas pela desregulamentação do mercado.

Palavra-chave: Trabalho Formal; Mercado de Trabalho; Cooperativismo.

CONTRAPONTO DO MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Bianca Betiol UnC, bianca_betiol@hotmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br
Claudiane Michaltchuk Granemann, UnC, ccc.unc@gmail.com
Ana Paula Della Giustina, UnC, anapaula.dg@unc.br
Maricleide Lorenzini Burkhardt, Overland Park-EUA

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

Este presente artigo tem como objetivo mostrar os contrapontos do mundo do trabalho na sociedade capitalista atual nos países: Brasil e Estados Unidos, mostrando as diferentes percepções dos trabalhadores em seus países. Esses países possuem os dois maiores mercados de trabalhos das Américas. As mudanças no mundo do trabalho na última década denotam desde a competitividade até o novo perfil dos trabalhadores que adentraram ao mercado nos últimos tempos. É perceptível que o advento da globalização, as questões relativas a terceirização e a própria precarização dos postos de trabalho contribuem para uma mudança de cunho global no que tange o ambiente empresarial. Os procedimentos metodológicos foram delineados por um estudo exploratório-descritivo, permeado por uma análise. A pesquisa foi aplicada simultaneamente no Brasil e nos Estados Unidos no período de outubro de 2017, contando com 100 trabalhadores dos Estados Unidos e 101 do Brasil vinculados a segmentos diversos do mercado. Os resultados mostram que esses países apresentam semelhanças em questão de desemprego, participação econômica da população, proteção em contratos de trabalho, e incidência de empregos com baixas remunerações.

Palavras-Chave: Trabalhadores; Capitalismo; Transformações; Mercado; Empresas.

ANÁLISE DO EMPREGO NO SETOR DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU-SC NO PERÍODO DE 2015 A 2017

Mayara Pereira de Souza, UNESC, mayarapereiradesouza@hotmail.com
Anderson Correa Benfatto, UNESC, andersonbenfatto@gmail.com

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho

A indústria têxtil catarinense teve origem em 1880, com a criação da Cia. Hering, praticamente no mesmo período do surgimento do setor têxtil nacional. Encontra-se basicamente circunscrita ao Vale do Itajaí, centrada nas cidades de Blumenau e Brusque, que constituem devido as grandes empresas Blumenauenses, atualmente o segundo polo de fabricação de produtos têxteis no Brasil. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o comportamento do setor de Fabricação de Produtos Têxteis (divisão 13, CNAE 2.0) no município de Blumenau/SC, compreendidos nos períodos de 2015 a 2017. Para realização do estudo, se elencou alguns objetivos específicos tais como: i) analisar a faixa etária, escolaridade, sexo, faixa salarial; ii) mensurar o tamanho das indústrias têxteis do município de Blumenau/SC; iii) por fim, verificar a quantidade de admitidos e demitidos no período de abril de 2016 a abril de 2017. Esta pesquisa tem como enquadramento metodológico descritivo, documental com abordagem de análise qualitativa, que foi desenvolvida por meio de coleta de dados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) em que foram coletadas as seguintes informações: perfil dos trabalhadores por escolaridade, remuneração média, sexo, faixa etária; tamanho dos estabelecimentos; e número de trabalhadores admitidos e desligados. A abordagem de análise foi quantitativa. Em linhas gerais, os resultados apontam que o setor emprega equilibradamente homens e mulheres, sua faixa etária média é entre 30 a 49 anos, possuindo ensino médio completo, além disso, o setor está desligando mais funcionários do que contratando, além de contratar funcionários com salários inferiores aos trabalhadores desligados.

Palavras-chave: Fabricação de Produtos Têxteis; Blumenau; RAIS; CAGED.

MULHER, CHAVE DO DESENVOLVIMENTO: INTERFACES ENTRE ECONOMIA, CULTURA E REGIÃO NA OBRA DE MARIA LUIZA RENAUX

Caroline Laíza Negherbon, FURB, carolnegherbon@hotmail.com
Luciana Butzke, FURB, butzkeluciana@gmail.com

Área Temática 4: História Econômica e Social

O intuito deste artigo é analisar as contribuições da historiadora, e, também, empresária, Maria Luiza Renaux (1946-2017) no que se refere ao pensamento social e suas relações com questões de gênero e o desenvolvimento regional. Para tanto, foi analisada a obra *O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950*, publicada em 1995 pela EdiFurb. O papel da mulher é objeto de reflexão na obra de Maria Luiza Renaux, centralizado no protagonismo da classe social burguesa. Nessa perspectiva, o objetivo geral foi pautado na reflexão sobre o papel da mulher no desenvolvimento regional do Vale do Itajaí considerando as dimensões econômicas e culturais do Vale do Itajaí. Nesse tripé economia, cultural e região pode-se perceber alguns aspectos da vida pública e privada no período de colonização da região e como a principal atividade econômica da época (indústria têxtil) se configura. A hipótese é a de que os condicionantes socioeconômicos e de gênero influenciam na produção do conhecimento da autora que toma o Vale do Itajaí como referência. O método adotado foi o método dialético, tendo como principal referência os trabalhos de Lucien Goldmann e Michael Löwy. Ambos utilizam o materialismo histórico numa perspectiva individual e coletiva, contribuindo para pensar a vida e obra da autora. As interfaces entre economia, região e cultura são identificadas em Maria Luiza Renaux na ênfase ao papel da colonização alemã no processo de industrialização do Vale do Itajaí e da mulher como chave da estrutura familiar. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados se inserem num esforço mais amplo de pesquisa que busca ampliar as narrativas femininas no pensamento social, preenchendo algumas lacunas do conhecimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Gênero; Vale do Itajaí.

ESTRUTURA POSTAL: EXPANSÃO E RACIONALIZAÇÃO (1900-1945)

Gabriel Crozetta Mazon, UNESC, gabrielcmazon@gmail.com
Alcides Goularti Filho, UNESC, agf@unesc.net

Área Temática 4: História Econômica e Social

A pesquisa se propôs a analisar o período de 1900 a 1945, em torno dos serviços postais, dos Correios. A leituras de relatórios oficiais, bibliografias e demais documentos, foram feitas com o objetivo de encontrar um movimento, onde as questões fossem aparecendo e tomando forma. A expansão acelerada, seguida da racionalização, deixaram claro o cunho estratégico dos serviços postais. A metodologia foi de pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). A base documental são os relatórios produzidos pelo Departamento de Correios e Telégrafos e a bibliografia direcionada para contextualização. Na fundamentação foram utilizadas cinco categorias analíticas centrais: Adensamento do Estado no Território; Camadas Geoeconômicas; Sistemas Regionais de Economia; Burocratização (Racionalização dos Processos; Especialização das Técnicas. Sendo as três primeiras referentes ao território, às duas últimas ao *aperfeiçoamento da estrutura postal*. No início do século XX que o ritmo de expansão se acelerou, com maior aporte estatal. A trajetória de investimentos crescente durou décadas, apesar de os serviços postais estatais apresentarem sucessivos déficits, tem pouquíssimas agências com superávit, em cidades maiores. No interior do país, diversas vezes foi um dos primeiros vestígios de Estado presente, passando maior segurança demográfica, o *adensamento do estado no território*. O Correios, em muitas regiões, foram se consorciando em forma de *camadas geoeconômicas* com outros serviços, modernizando e sendo modernizados, incorporando novos elementos. Com segurança demográfica e modernização das estruturas de serviço públicas, somado as relações privadas, se formaram *sistemas regionais de economias*, relativamente autônomos. A racionalização da estrutura postal, em ritmo mais acelerado foi vista a partir de 1930, modernizando a estrutura postal e qualificando os serviços postais. Foram encontrados nessa pesquisa dois movimentos principais, de expansão e de racionalização. A permanência, no entanto, multissecular, foi a estrutura postal, que se manteve em poder do Estado. Apesar de algumas concessões, não perdeu o controle estratégico.

Palavras-chave: Correios; Estrutura Postal; Racionalização dos Serviços.

EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA COMO FATOR DE SUA INTEGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (1989-2016)

Samuel H. Colombo da Luz, UNESC, samuelhcolombo@gmail.com
João Henrique Zanelatto, UNESC, jhz@unesc.net

Área Temática 4: História Econômica e Social

O atual município de Forquilha fazia parte até o ano de 1989 (ano de sua emancipação) ao município de Criciúma. Oficialmente foi fundado em 1912 por descendentes de imigrantes alemães, mas a localidade foi ocupada também por grupos pertencentes a várias etnias – italianos, poloneses, luso-brasileiros..., e em 1959 foi elevada à condição de Distrito. Nas terras de Forquilha ao longo do século XX foram se constituindo pequenas comunidades que estabeleciam relações socioeconômicas com os municípios fronteiriços e muito pouco com a sede do distrito. Havia pouca relação socioeconômica entre essas comunidades. Assim, o presente estudo tem como objetivo perceber no processo de emancipação de Forquilha um fator determinante para a integração das várias comunidades que compõe a localidade, bem como, para o seu desenvolvimento socioeconômico. Este trabalho consiste em fundamentar o desenvolvimento socioeconômico, dando ênfase para as abordagens clássicas do economista Celso Furtado, um dos principais teóricos na temática e embasando em sua tese que a principal forma de desenvolvimento é a social. Foi contextualizado cada período da história do município de Forquilha, desde seu período pré-emancipatório até sua emancipação, verificando se houve integração e desenvolvimento socioeconômico, correlacionando a abordagem teórica. O presente estudo constitui de uma pesquisa de natureza descritiva, bibliográfica e documental. Os dados utilizados para a realização da análise dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico de Forquilha - SC foram extraídos de bases de dados do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual das Informações Sociais - RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED), Prefeitura Municipal de Forquilha, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e DATASUS, compreendendo o período entre os anos de 1989 a 2016. Esses indicadores foram analisados e trouxeram um esboço do que aconteceu no período pós-emancipatório de Forquilha. Analisamos diversos indicadores nas áreas sociais, como saúde e educação sendo os principais dentre eles, e na área econômica indicadores como PIB, receitas e despesas, dentre outros dados. Em ambos aspectos, social e econômico, o município apresentou desenvolvimento de forma crescente ao longo dos anos após a emancipação, acompanhando o desenvolvimento nacional e estadual, porém de forma mais eficiente em vários aspectos, motivados por políticas municipais e planos diretores executados no município visando acompanhar o acelerado crescimento que estava ocorrendo no município, além de estabelecer seu papel dentro da microrregião a qual é localizado, sendo um dos mais influentes em tão pouco tempo de regência comparado aos outros municípios. O exposto foi evidenciado através dos resultados encontrados e comparados também com os apresentados por outros municípios no mesmo período. Ao final chegou-se à conclusão que o processo emancipatório foi benevolente para Forquilha, proporcionando além da integração dentro do próprio município, um desenvolvimento social e econômico considerável.

Palavras-chave: Forquilha; Emancipação; Integração e Desenvolvimento Socioeconômico.

FORMAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS REGIONAIS EM SANTA CATARINA ATÉ A DÉCADA DE 1940

Fábio Farias de Moraes, USP, fariasdemoraes@usp.br
Alexandre Macchione Saes, USP, alexandre.saes@usp.br

Área Temática 4: História Econômica e Social

Em Santa Catarina, como no restante do Brasil, a eletrificação fez-se presente primeiro nos maiores centros, depois cidades médias, para mais tarde espalhar-se pelo interior. No país, os investimentos em sistemas elétricos foram bastante dependentes do capital externo, nas primeiras quatro décadas do século XX, mas também houve espaço ao capital privado nacional. Semelhantemente comportou-se a eletrificação catarinense, onde o movimento das primeiras concessões para exploração da atividade de fornecimento de energia elétrica iniciou ainda na década de 1900, tendo como resultados importantes investimentos em geração, que entraram em operação na década seguinte. A associação de capitais oriundos de atividades industriais e semi-industriais motoras da acumulação local foi essencial para garantir os investimentos em eletrificação em vastas regiões e contribuiu na formação dos ativos que deram a partida no processo de eletrificação regional. Só ao final da década de 1920 o capital estrangeiro se estabeleceu. Não obstante, seguindo o mesmo fenômeno que se observava em todo o Brasil, entre 1930 e o pós-Segunda Guerra, Santa Catarina experimentou o estrangulamento da oferta. Em 1955, ainda haviam apenas seis usinas catarinenses com capacidade instalada superior a 501kW, o pioneirismo e improviso eram marca da disseminação dos incrementos da produção da energia elétrica nas pequenas cidades e o racionamento no cotidiano das cidades maiores. Com outro patamar de escala e aprimoramento técnico, no pós-guerra, um novo padrão e volume de capital fixo de um sistema elétrico não foi alcançado pela acumulação periférica. Como solução, o Estado foi paulatinamente ampliando suas funções na gestão do setor elétrico.

Palavras-chave: Eletrificação; Santa Catarina; Brasil.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: UM ESTUDO DO SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA DE FRIEDRICH LIST E O ATRASO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA DE ALEXANDER GERSCHENKRON

André Alves dos Santos, andre_monges@hotmail.com
Alcides Goularti Filho

Área Temática 4: História Econômica e Social

Friedrich List e Alexander Gerschenkron são nomes aclamados no campo de teoria econômica, apesar da diferença de um século entre os dois, ambos desenvolveram teorias complementares no que tange ao desenvolvimento de uma economia nacional. List defendia dentre seus textos, um sistema nacional de economia baseado em um protecionismo onde a longo prazo as empresas nacionais poderiam competir com as estrangeiras mediante estímulo do mercado interno e, Gerschenkron postulou que em países tido atrasados economicamente teriam taxas maiores de crescimento mediante políticas de estímulo e, assim, queimando etapas, desta forma contrastando com a teoria de estágios uniformes de Rostow. Este artigo objetiva analisar as duas obras de forma explicativa tendo como estrutura textual dividida em duas partes; primeiramente a apresentação das duas obras contextualizadas em perspectiva histórica e posteriormente, apontando de forma exemplificada, a inserção do modelo de economia nacional.

Palavras Chave: Friedrich List; Alexander Gerschenkron; Desenvolvimento Econômico.

AS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO DA EMPRESA WEG

Renata Villar Pires; Luiz Carlos de Carvalho Júnior, UFSC, luiz.carvalho@ufsc.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

O presente trabalho tem como objetivo identificar as estratégias de crescimento da empresa WEG S/A, que foi fundada em 1961 na cidade de Jaraguá do Sul, no interior de Santa Catarina, e fizeram com que a empresa tivesse reconhecimento e expressividade no mercado nos últimos anos, tornando-se líder latino-americano na fabricação de motores elétricos. Para atender os objetivos deste trabalho, foram buscadas informações em artigos, dissertações, teses, reportagens e relatórios da administração da WEG. O resultados mostram que a estratégia de diferenciação na empresa está fortemente pautada em questões ambientais, de responsabilidade social, na qualidade de seus produtos e serviços; que a verticalização foi intensamente usada na década de 1980 e 1990, porém foi perdendo força para a terceirização dos anos 2000 para cá, com a utilização de fornecedores locais; que a estratégia de cooperação é mais forte com a relação universidade-empresa. A empresa adotou a estratégia de diversificação com a fabricação de novos produtos para novos mercados, isto é, além de diversos tipos de motores, a empresa passou a produzir tintas, transformadores, geradores, entre outros produtos. A estratégia de internacionalização foi utilizada para expandir seu mercado de atuação e parceiros comerciais, principalmente através de aquisições no exterior. Com isso, foi possível concluir que as estratégias adotadas pela WEG foram eficazes e serviram para a fundamentar seu crescimento ao longo dos últimos anos.

Palavras-Chave: Estratégias de Crescimento; Estratégias Competitivas; WEG.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE EMPRESAS VINCULADAS AO SETOR METAL MECÂNICO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA NEO-SHUMPETERIANA

Lucia Rosa Silva Castaneda, IFSC, luci-sjb@hotmail.com
William Jose Borges, IFSC, william.borges@ifsc.edu.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

Nesse trabalho, objetiva-se compreender como as empresas, pertencentes à indústria de máquinas e equipamentos, atuam ao inovarem no cenário econômico de Santa Catarina - SC. Observa-se que as mudanças tecnológicas e institucionais ocorridas na indústria de máquinas e equipamentos, tem contribuído com a conformação de estruturas inovativas particulares. Como as mudanças ocorrem de forma simultânea e não rotineira, as deliberações repercutem pela cadeia produtiva, fazendo com que a dinâmica do sistema se modifique ao longo dos anos. Para cumprir com o objetivo proposto, essa pesquisa se configura como teórico/empírica, de natureza qualitativa e do tipo descritiva. A intenção é que a partir de um corte transversal e com perspectiva longitudinal, os métodos de coleta de dados contribuam com a interpretação dos dados primários e secundários coletados e analisados por meio do método de análise de conteúdo. Assume-se, portanto, a preexistência de uma influência entre a inovação e as instituições do setor na conformação da trajetória tecnológica. Essa complementaridade na trajetória ocorre ao passo em que todas as instituições, em suas diversas intensidades, estão a exercer estímulos no ambiente. Com isso, entende-se que os avanços institucionais (planos e políticas nacionais para a inovação, centros de pesquisas, serviços de extensão tecnológica, instituições de ensino, sistema de crédito, entre outros) e tecnológicos (mudanças técnicas nas máquinas, equipamentos, entre outros) contribuíram para uma mudança na forma com que as empresas se posicionam para inovar. Contudo, foi possível analisar os dados em termos de inovação, observando o porte de estabelecimentos; número de trabalhadores por gênero; admissões e desligamentos dos funcionários; valor da transformação industrial; índice de produtividade; intensidade tecnológica; tipos de inovação; gastos em atividades inovativas e o nível de escolaridade dos funcionários.

Palavras-chave: Inovação; Setor de máquinas e equipamentos; Economia industrial.

UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA INDUSTRIAL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Guilherme Jorge Silva, UFSM, guijorge2004@hotmail.com
Victor José Rocha de Lima, UFSM, victorjl@live.com
Adriano José Pereira, UFSM, adrianoeconomia@ufsm.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Governo Lula (2003-2010) teve o mérito de recolocar as políticas industriais na pauta do dia em um cenário de ausência de mais de vinte anos que privilegiava a estabilização econômica. As duas políticas - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) - não apenas introduziram novos recursos regulatórios e legislativos como também mapearam a indústria brasileira na luz do século XXI em um nítido esforço amplo e conjunto dos agentes econômicos para o crescimento e desenvolvimento nacional. A pretensão deste estudo é discutir os principais pontos propostos por essas duas políticas dentro do arcabouço teórico do chamado estado desenvolvimentista e das linhas teóricas da economia industrial. Para isso será realizada uma breve revisão teoria sobre as linhas teóricas industriais (desenvolvimentista, ortodoxa e heterodoxa evolucionária) e uma retomada da história brasileira recente (1975-2002). Em seguida descrevemos a metodologia aplicada e ambas políticas - PITCE e PDP - para finalmente pontuarmos as considerações finais. Concluímos que, apesar dos esforços para a promoção da indústria, há uma série de equívocos não apenas com a manutenção da política macroeconômica ortodoxa baseada no Tripé câmbio flutuante, superávit primário e metas inflacionárias, como na própria formulação e execução das políticas industriais.

Palavras-chave: Política industrial; PITCE; PDP; Desenvolvimento industrial.

ANÁLISE DA ECONOMIA CRIATIVA NO SETOR DE *SOFTWARE* DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – ESTUDO DE CASO

Viviane Santos Cirio De Azevedo, UFSC, cirio.viviane@gmail.com
Silvio Ferraz Cário, UFSC, fecario@yahoo.com.br
William Jose Borges, IFSC, william.borges@ifsc.edu.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

A ideia de economia criativa surgiu no Reino Unido no final da década de 1990 e se dissemina internacionalmente com grande interesse de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa nova economia tem sua diferença justamente na forma em que gera valor econômico que se dá através da combinação entre economia e criatividade. Nesta economia as atividades são regidas pelo conhecimento, tratando o capital intelectual como seu motor. O setor de *Software* surge então como um forte impulsionador da economia criativa no Brasil e principalmente na região da Grande Florianópolis. A constante mudança que o setor de *software* sofre, como nascimento de novos produtos e de novos nichos, é gerada através do processo de inovações tecnológicas que dita o ciclo de vida do produto. Essa característica do *software* o conecta com a criatividade, ambos possuem o conhecimento como insumo principal, sendo assim possível discutir o setor de produção de *software* de acordo com o conceito de Economia Criativa. Com uma economia fundamentada no conhecimento, sua mão de obra necessita ser especificamente qualificada, além de sofrer mudanças periódicas com o surgimento de novas tendências, novas demandas e inovações do mercado, é um setor que carece do desenvolvimento de seus profissionais. O presente trabalho busca analisar a contribuição da economia criativa para o desenvolvimento do setor de software da Grande Florianópolis. Foi possível diagnosticar o caráter criativo do ecossistema do setor de software, a região da Grande Florianópolis possui boas instituições de ensino, capacitando e formando mão de obra especializada para o setor.

Palavras-chave: Conhecimento; Economia Criativa; *Software*.

O FOMENTO DA INOVAÇÃO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA CADEIA DE VALOR: BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE VAZIOS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS

Ivan Prizon, UFPR, ivanprizon@gmail.com
Carine de Almeida Vieira, UFABC, carine.a.vieira@gmail.com

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

Através de um referencial teórico neoschumpeteriano, este trabalho compila informações a respeito da estrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. Objetiva fazer um mapeamento inicial, identificando os atores e seus papéis nesse complexo sistema econômico. Partindo das iniciativas recentes do Estado brasileiro de impulso da CT&I, principalmente a partir de 2000, é questionado o desempenho da economia aquém do esperado, visto que o referencial teórico embasa afirmações da correlação entre investimentos em CT&I e desenvolvimento econômico. Portanto, traz se o conceito de “fomento” em sentido abrangente, identificando que o aumento dos investimentos por parte do Estado, apesar de necessário, não são condição suficiente para incentivar o crescimento econômico. Devendo, portanto, ser levado em considerações outras variáveis, como o papel do empresário, do consumidor, das organizações, das agências e órgãos de regulação e da infraestrutura, possibilitando assim além do financiamento das fases críticas de desenvolvimento produtivo, um aparato legal seguro, estrutura físico e humana para dar manutenção e abastecimento do mercado, dando assim suporte como um todo para a CT&I. Se tratando de um trabalho inicial e dada a característica exploratória da pesquisa, os resultados encontrados foram bastante marginais, tais como a evidente descontinuidade dos programas e linhas de financiamento, que mais parecem experiências de políticas do que políticas em si. Sendo assim, outros trabalhos futuros devem ser feitos, para um mapeamento com maior fidelidade da estrutura econômica e institucional, para evidenciar com maior riqueza de detalhes, podendo recorrer a análises comparativas entre países, sem deixar de lado as características próprias do Brasil.

Palavras-Chave: Fomento; Inovação; Brasil; CT&I; Política Pública.

ESFORÇOS DE CAPACITAÇÃO INOVATIVA DO SETOR INDUSTRIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008: UM ESTUDO COMPARATIVO

Carolini Eccel Orsi, UFSC, carolinorsi@hotmail.com
Silvio Antônio Ferraz Cario, UFSC, fecario@yahoo.com.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

Este trabalho tem o propósito de investigar os esforços inovativos executados pelas empresas do estado de Santa Catarina e do Brasil para superar a crise econômica de 2008. A análise será realizada com base nos fundamentos da teoria neo-schumpeteriana e nos dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) dos triênios de 2006-2008, 2009-2011 e 2012-2014, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma pesquisa descritiva explicativa, onde os dados são expostos através de tabelas e gráficos, e analisados no decorrer do texto. A pesquisa possibilitou uma análise de categorias como: as principais atividades de inovação feitas pelas empresas e seus valores investidos, suas fontes de financiamento, as fontes de informação mais utilizadas, as relações de cooperação e os benefícios trazidos pelas inovações às empresas que dispenderam gastos em atividades inovadoras. Foi constatado que entre os principais esforços inovativos no Brasil e no estado catarinense figura-se a aquisição de máquinas e equipamentos como a atividade inovativa predominante; que as empresas catarinenses investem, em média, 2% do total de sua receita líquida de vendas em atividades de inovação, e apenas 0,46% em atividades de P&D, enquanto o país investe 2,3% em atividades de inovação e 0,66% em atividades de P&D. Também, foi verificado que as inovações, tanto brasileiras quanto catarinenses, ainda estão muito concentradas em processos novos para a empresa, o que gera um impacto com proporções mais reduzidas do que aconteceria com as inovações de produtos para o mercado.

Palavras-chave: Economia Industrial; Inovação; Pesquisa Industrial Tecnológica.

O PAPEL DO GOVERNO E DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO INOVATIVO – UM ESTUDO DOS POLOS DE TIC DE CURITIBA E DE COIMBRA

Pollyanna Rodrigues Gondin, UFPR, pollygondin@gmail.com
Walter Tadahiro Shima, UFPS, waltershima@ufpr.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o papel do Estado, das políticas públicas e das universidades frente ao processo inovativo que ocorre nos polos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de Coimbra (IPN) e de Curitiba (APL de Software). Busca-se verificar a relevância desses atores nos processos de interação, cooperação e inovação. Assim, verificar-se-á se ocorreu interação, cooperação e consequente aprendizado entre os diversos atores durante o período analisado, bem como suas formas, sejam elas, formais ou informais, fatores condicionantes e seus impactos para as empresas. A partir da análise da teoria e das entrevistas realizadas, pretende-se comparar os dois polos, bem como as diversas formas de interação que ocorrem neles, verificando como potencializam a transferência de conhecimento e aprendizado entre os agentes e a atuação das universidades e do governo. Ao mesmo tempo, busca-se verificar a dinâmica inovativa específica de cada aglomeração no contexto local, tendo como base, também, a dinâmica e políticas de incentivo à inovação em âmbito nacional. O referencial teórico adotado refere-se as aglomerações de empresas segundo a abordagem neoschumpeteriana. Para a realização desse estudo, a técnica de pesquisa empregada pautou-se em entrevistas orientadas por questionário, que foram realizadas nas empresas e em instituições de apoio pertencentes as duas aglomerações, nos anos de 2015 (Coimbra) e 2016 (Curitiba) durante pesquisa de campo para tese de doutorado. Ao todo foram entrevistadas 18 empresas em Coimbra, e nove empresas em Curitiba, além de instituições de apoio. Defende-se que o ambiente institucional vai impactar decisivamente nos processos de cooperação, de transferência de conhecimento e aprendizado, tanto formal quanto informal. Ao final, foi possível confirmar a relevância do ambiente institucional, das políticas públicas e dos diversos atores nessa dinâmica. Além da atuação primordial da Universidade de Coimbra como parceira do IPN e das empresas nele inseridas.

Palavras-chave: Sistema de Inovação; Políticas Públicas; Inovação

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INDÚSTRIA NO BRASIL

Lídia Silveira Arantes, UFSM, lidiaarantes@gmail.com
Thales de Oliveira Costa Viegas, UFSM, thales.viegas@gmail.com

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

O presente trabalho debate a relevância da política industrial e apresenta as principais iniciativas dessa natureza realizadas desde a década de 60, a partir de quando é possível observar mudanças importantes no âmbito dessa política no Brasil. A análise histórica sugere que em determinados períodos ocorreram processos de expansão e diversificação da capacidade produtiva, os quais merecem destaque por resultarem de políticas com planejamento e efetividade. Aponta-se que, em alguns momentos, a eficácia das políticas está condicionada às questões de cunho internacional. Nesta lógica, cabe avaliar, de forma geral, em que medida os investimentos públicos avançaram ou ainda são incipientes. Ademais, essa análise faz-se necessária uma vez que se defende a tese de que esses investimentos são imprescindíveis para que haja desenvolvimento regional e/ou local. Eles são capazes de ampliar a capacidade inovativa e permitir que diferenciais competitivos aflorem. Cabe, portanto, salientar o fato de que a inovação é a força motriz do aumento de produtividade e de competitividade (nacional e internacional) das forças produtivas. Os governos, então, devem fomentá-la a partir de políticas de cunho micro e macroeconômico. Neste sentido, transformação e reformulação das políticas tecnológicas são necessárias, com vistas, a incentivar a inovação e promover intervenções em fatores sistêmicos para que novas bases sejam criadas a fim de estimular a competitividade no longo prazo. Desta forma, é preciso reduzir os gargalos de infraestrutura, bem como é necessário maior adensamento tecnológico das cadeias produtivas, o que pode ser alcançado por meio do incremento na capacitação para a inovação. O governo pode atuar na formação de mão-de-obra e construção de laboratórios e estruturas de apoio à inovação; como fornecer apoio indireto, via incentivos fiscais, para a redução do custo de realização de P&D. Pode, ainda, realizar políticas de apoio direto, com medidas como subvenção direta às empresas e fomento à parcerias com instituições de pesquisas públicas, entre outras ações.

Palavras-chave: Política; Industrial; Inovação.

O ESTADO EMPREENDEDOR: INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÃO DO BRASIL

Almir Cléydison Joaquim da Silva, UFPR, almirjoaquim@ufpr.br
Lucas Henrique Gonçalves, UFPR, lucas.goncalves@ufpr.br
Mônica Aparecida Bortolotti, UFPR, monica_economia@yahoo.com.br
Walter Tadahiro Shima, UFPR, waltershima@ufpr.br

Área Temática 5: Economia Industrial, da Ciência, Tecnologia e Inovação

Nas sociedades contemporâneas, o Estado tem, cada vez mais, atuado para alicerçar e impulsionar setores econômicos considerados estratégicos para o país e, conseqüentemente, despendido esforços no fomento à garantia de níveis mínimos de bem estar social para a população. Neste último caso, a partir do fornecimento de serviços e produtos por parte de empresas atuantes nestes setores. Exemplo disso é a Internet – tecnologia advinda do Setor de Telecomunicações –, cujo desenvolvimento só foi possível devido ao apoio do Estado nas áreas de tecnologias de comunicação. Feita essas considerações, o presente trabalho objetiva apresentar uma discussão sobre o Setor de Telecomunicações brasileiro, com foco para a atuação estatal em políticas de estímulo ao mercado de Internet. O direcionamento dado à atuação estatal centra-se em estratégias para a manutenção do desenvolvimento econômico, da inovação e do bem-estar para a sociedade. Enquanto aspecto analítico, considera-se as abordagens apresentadas por i) Peter Evans, a respeito das intervenções do Estado (custódio, demiurgo, parteiro e pastoreio), e ii) Mariana Mazzucato, sobre o Estado Empreendedor. As abordagens convergem ao indicar para o fortalecimento do papel empreendedor do Estado, alicerçado pelas intervenções que o mesmo exerce sobre os diversos setores econômicos e a sociedade. Em um breve histórico do início da Internet no mundo, verifica-se que esta tecnologia só foi desenvolvida devido à atuação estatal no seu cerne. Analisando o cenário brasileiro, de maneira sucinta são expostas e descritas algumas políticas públicas adotadas pelo Estado para o desenvolvimento do Setor de Telecomunicações e para a universalização da oferta de acesso à Internet aos cidadãos. São também apresentados dados e informações que contextualizam o Setor de Telecomunicações no Brasil, destacando a necessidade constante de evolução deste setor. Como resultado, é possível identificar que, no Setor de Telecomunicações, o Estado brasileiro se comporta como custódio (regulador), demiurgo (produtor) e pastoreio (acompanhador) nos dias atuais, enquanto que no início da organização do setor, o Estado atuou como parteiro (protecionista).

Palavras-chave: Intervenção estatal; Estado Empreendedor; Setor de Telecomunicações.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA

Patrícia Jovita Domingos Miguel, UNESCO, patriciajovita@unesc.net
Max Richard Coelho Verginio, UNESCO, verginio@unesc.net
Dimas de Oliveira Estevam, UNESCO, doe@unesc.net

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

A economia solidária pode ser definida como o conjunto de atividades de produção, consumo e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Essas atividades são organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras. Angola é rica em recursos naturais, tendo o petróleo como o principal produto, do qual sua economia depende diretamente, e que mantém o país refém desta commodity, sujeitando a população a conviver numa situação de insegurança devido a variação do preço deste produto. Vindo o fim do ciclo de alta do preço, o país entrou em um período de recessão desde 2014. Em consequência disso a taxa de desemprego no país aumentou significativamente. Neste sentido, a economia solidária é considerada uma alternativa de geração de trabalho e renda para grande parte da população excluída. Levando em conta que existem diferenças entre a economia solidária vivenciada no Brasil e em Angola, por não ser algo consolidado e difundido como no Brasil, a experiência de economia solidária vivida no Brasil pode ser um exemplo, embora se reconheça as realidades distintas entre os países. Desta forma de que maneira a economia solidária poderá representar uma fonte de renda e trabalho para a população excluída de Angola? Considerando que Angola vive um momento em que a taxa de desemprego é alta e, conseqüentemente, a exclusão social é significativa. Diante disso, o objetivo deste resumo é abordar a contribuição da economia solidária na geração de trabalho e renda em Angola. A metodologia será pesquisa de natureza descritiva e comparativa, por meio de base de dados, para identificar experiências de economia solidária difundidas em Brasil e Angola. Em Angola, por iniciativa da população excluída, diversas atividades econômicas são organizadas conjuntamente, contudo, a economia solidária é algo pouco difundido, sendo um espaço aberto para discussão.

Palavra-chave: Economia Solidária; Angola; Desenvolvimento Socioeconômico.

O IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RIO DO SUL (SC) NO PERÍODO RECENTE

Celso Schirmer Neto, UNIDAVI, celso@omegasistemas.com
Anielle Gonçalves de Oliveira, UNIDAVI, anielleg20@gmail.com
Tatiane Aparecida Viega Vargas, UNIDAVI/FURB, tatianeviega@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

As Políticas Públicas e as Políticas Sociais desempenham um importante papel, através de uma relação entre a sociedade e o poder público. São ações do Governo para atender as principais demandas da população, ou seja, o bem-estar social e o interesse público. O Programa Bolsa Família - PBF é uma das principais Políticas Públicas e Sociais, elaborada e executada pelo Governo Federal. Tem o intuito de transferir renda diretamente às famílias que se encontram em uma situação de extrema pobreza e de pobreza em todo o Brasil, como também de incentivar a saúde e a educação por meio de algumas condicionalidades. O PBF tem por objetivo combater a fome e a pobreza, promover segurança alimentar e nutricional e acesso aos serviços públicos como, saúde, educação, segurança e assistência social. Neste contexto, o presente trabalho buscou analisar, no município de Rio do Sul, localizado na região do alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, o reflexo do Programa Bolsa Família nas áreas social e econômica entre os anos de 2008 a 2016. Metodologicamente a pesquisa contou com uma revisão bibliográfica, seguida da análise de dados quantitativos levantados no Atlas Brasil e Portal da Transparência. Verificou-se que os indicadores estatísticos de atuação do programa apresentaram uma evolução positiva durante o período analisado, entretanto ainda existem pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Em relação a averiguação das metas do PBF, foram alcançados em Rio do Sul por meio dos reflexos nos indicadores sociais e econômicos da cidade. A população extremamente pobre diminuiu ao longo do período, sendo de menos de 1% em 2010. A população considerada pobre também diminuiu, porém representa uma parcela maior, cerca de 2% da população. Já os recursos repassados diretamente às famílias em condições de pobreza e extrema pobreza ao longo dos 9 anos analisados, obteve uma média de R\$985.511,00 com aumentos expressivos a partir de 2011, e quedas a partir de 2015. Esses recursos cresceram em média 6% ao longo dos anos. Em relação ao número de favorecidos houve um crescimento de 0,73% ao longo dos anos, sendo que acompanhou o mesmo comportamento de recursos apenas até o ano de 2014, a partir de 2015 os recursos diminuiram e os favorecidos aumentaram.

Palavras-Chave: Política Pública; Política Social; Programa Bolsa Família; Rio do Sul; Santa Catarina.

TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Ivo Marcos Theis, FURB, theis@furb.br
Nelson A. Garcia Santos, FURB, nelgarcia@furb.br
Jennifer C. Ferreira, FURB, jenniferccf99@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O ponto de partida deste estudo é a constatação de que o desenvolvimento capitalista é em sua natureza desigual. A desigualdade econômica e social é geograficamente identificável, seja em âmbito local e/ou regional. Visando participar da reflexão sobre as possibilidades de diminuição das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista, buscamos identificar, primeiramente, na bibliografia sobre o tema, aproximações entre tecnologia social e economia solidária, para, em seguida, examinar experiências de implantação de tecnologia social em âmbito local a partir da Fundação Banco do Brasil. Os dados selecionados dizem respeito à economia solidária no sul do Brasil, com especial atenção para a experiência da ENLOUCRESCER, da cidade de Blumenau. Os resultados mostraram que a Economia Solidária vem avançando no Brasil ao longo dos últimos anos, com projetos inovadores e visando contribuir para um desenvolvimento local mais justo e mais sustentável. O estudo da ENLOUCRESCER permitiu verificar que iniciativas locais comprovam o caso mais geral, cabendo acrescentar apenas que parte do “êxito” pode ser atribuído à Incubadora Tecnológica de Economia Solidária/FURB, junto à qual encontrou apoio e assessoria. As considerações finais indicam que tecnologias sociais podem minimizar desigualdades locais, contribuindo para o aumento da renda das famílias envolvidas e possibilitando-lhes acesso a produtos e serviços antes indisponíveis. Também permitem às famílias o controle e a gestão dos meios de produção e comercialização de seus produtos, sofrendo menor influência das grandes corporações no mercado local. Também nas atividades da ENLOUCRESCER foi possível identificar a presença da Tecnologia Social. Nela se efetiva a autogestão, a dimensão coletiva e participativa e a dimensão pedagógica do trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Geográfico Desigual; Economia Solidária; Tecnologia Social.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2000-2010): UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE-FOSTER

Mayara da Mata Moraes, UFSC, mayaradamatamoraes@gmail.com
Solange Regina Marin, UFSC, solange.marin@ufsc.br
Carine de Almeida Vieira, UFABC, carine.vieira@ufabc.edu.br

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

Com o decorrer dos anos, o conceito de pobreza evoluiu da perspectiva da subsistência, que relaciona pobreza com o mínimo necessário para sobrevivência, para as necessidades básicas, que promove questões vinculadas ao atendimento de serviços como educação e saúde e para a concepção da privação relativa que incorporou o contexto socioeconômico e o padrão de vida da sociedade em questão. Na concepção da abordagem das capacitações, que entende a privação como falta de realização de determinados funcionamentos e capacitações, tem-se a pobreza em seu aspecto multidimensional. As medidas também evoluíram das linhas de pobreza medidas como: *headcount index*, *poverty gap index*, *squared poverty gap index* e *Sen index* para Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o Índice de Pobreza Humana (IPH) e com Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que é baseado no método Alkire-Foster (2009). O objetivo desse estudo é aplicar o método Alkire-Foster (2009) para os municípios de Santa Catarina nos anos de 2000 e 2010. Alguns resultados revelam que a pobreza multidimensional tem diminuído no estado: a incidência de pobreza multidimensional diminuiu de 26,66% em 2000 para 15,07% em 2010.

Palavras-chave: Pobreza uni e multidimensional; Medidas de pobreza; Método Alkire-Foster.

IMPACTOS DA LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS SOBRE A VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA E ALGUNS DADOS PARA SANTA CATARINA

Marco Antonio Jorge, UFS, mjorge@ufs.br

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

Governos ao redor de todo o mundo têm despendido somas vultosas no combate ao tráfico de drogas. Apesar disso, em 2014, estima-se que 247 milhões de pessoas, ou 5% da faixa etária de 15 a 64 anos de idade, fizeram uso de pelo menos uma droga ilícita, sendo a maconha, a mais consumida, por cerca de 183 milhões de indivíduos. Estes dados mostram que o imenso esforço feito no combate às drogas não está produzindo os resultados esperados diante do custo envolvido. Diante disso, nos últimos anos, oito estados norte-americanos legalizaram o consumo de maconha para fins recreacionais; recentemente Portugal descriminalizou o consumo, enquanto o Uruguai – caso único no mundo - aderiu à legalização, transferindo ao Estado o controle e a regulação das atividades de importação, produção, aquisição, armazenamento, comercialização e distribuição de maconha ou de seus derivados no país, além de permitir o plantio para consumo próprio de até seis pés, bem como a formação de clubes de cultura com entre 15 e 45 associados. Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar os possíveis impactos da legalização das drogas sobre a violência, mais especificamente sobre os crimes contra a pessoa e contra a propriedade. Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, além da introdução: na primeira faz-se uma revisão dos argumentos teóricos envolvidos na discussão, enquanto na segunda apresentam-se alguns resultados de estudos empíricos realizados no exterior. Na terceira seção são apresentados alguns dados referentes à disseminação das drogas nas unidades da Federação brasileiras, com destaque para o estado de Santa Catarina. A última seção, por fim, elenca as conclusões do trabalho, dentre as quais, a de que a legalização das drogas poderia contribuir para a diminuição da violência, em especial, dos homicídios.

Palavras-chave: Drogas; Legalização; Santa Catarina.

FÁBRICAS RECUPERADAS: UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DURANTE AS CRISES DE 1980 E 1990

Lídia Silveira Arantes, UFSM, lidiaarantes@gmail.com
Talita Jéssica do Nascimento de Araújo

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O trabalho que aqui se apresenta busca compreender o processo político e econômico que proporcionou o surgimento e a expansão de novas formas de gestão da produção, com valores contrastantes aos propostos pelas formas tradicionais, mais especificamente através da análise do caso das empresas em processo falimentar que foram recuperadas por trabalhadores, no decorrer da crise dos anos 1980, deflagrada através da ruptura do ciclo de industrialização no Brasil. Verifica-se, no referido período, o registro de sinais expressivos de regressão ocupacional, mesmo depois de cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho. Para os trabalhadores, os resultados desse contexto de crise foram muito severos, com aumento do desemprego, perda de direitos sociais e precarização das relações trabalhistas. Diante de tais circunstâncias, estes se viram impelidos a buscar novas formas de trabalho e de obtenção de renda, como o trabalho associado e autogestionário. As fábricas recuperadas, uma das formas como a economia solidária se apresenta no país, representam a iniciativa de alguns grupos de trabalhadores que, diante de circunstâncias de crise ou falência das empresas em que trabalhavam, se unem na tentativa de gerirem coletivamente os empreendimentos. A partir do que é exposto no artigo, pode-se perceber que as condições de vida da classe trabalhadora e as condições do mercado de trabalho no Brasil atuam como impulsionadoras da economia solidária. O trabalho conclui que muitas dessas experiências autogestionárias de recuperação se mostram viáveis até os dias atuais, com cerca de 67 empreendimentos em atividade, no entanto, há forte demanda por parte do movimento de economia solidária por apoio estatal para expansão do acesso ao mercado para as empresas recuperadas.

Palavras-chave: Crise econômica; Fábricas recuperadas; Economia Solidária.

A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES

Geraldo Augusto Locks, UNIPLAC, geraldolocks@gmail.com
João Eduardo Branco de Melo, UNIPLAC, joaoeduardo1@gmail.com
Juliano Branco de Moura, UNIPLAC, julianobranco5@gmail.com
Maria Aparecida da Fonseca, UNIPLAC, mdmariafonseca24@gmail.com
Elisângela de Oliveira Fontoura, UNIPLAC, elisangeladeoliveirafontoura@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O objetivo deste texto é colocar em cena a feira de economia solidária e a correspondente política pública no município de Lages, Santa Catarina, tendo como referência de análise a percepção dos feirantes agricultores familiares que comercializam seus produtos na Feira Municipal de Economia Solidária. Contextualiza-se brevemente a economia solidária em âmbito de Brasil, Santa Catarina e da região do Planalto Catarinense, seguido da caracterização da feira municipal destacando sua relevância e lógica mercantil distinta do mercado capitalista. Busca-se saber as motivações para participar da feira, sua importância e conhecimentos relativos à economia solidária e à política pública. A relevância desta investigação reside no fato de Lages, desde 2014, ter uma Lei Municipal e um Conselho de Economia Solidária, portanto, desenvolve-se uma política pública colocando a feira num lugar de proeminência por materializar e publicizar empreendimentos e os produtos gerados pela economia solidária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Para alcançar seus objetivos metodologicamente realiza-se uma pesquisa bibliográfica e de campo no qual aplica-se um questionário semiestruturado para realização de entrevistas com os feirantes. Dos resultados esperados, a expectativa é de que esta reflexão proporcione maior visibilidade desta “outra economia”, fortaleça a presença da feira e gere estimule o engajamento dos entes que compõem e desenvolvem a política pública municipal: empreendimentos econômicos solidários, entidades apoiadoras e o poder público.

Palavras-chave: Economia Solidária; Feira de Economia Solidária; Política Pública.

AGRICULTURA FAMILIAR E A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LAGES, SC: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES

Geraldo Augusto Locks, UNIPLAC, geraldolocks@gmail.com
João Eduardo Branco de Melo, UNIPLAC, joaoeduardo1@gmail.com
Juliano Branco de Moura, UNIPLAC, julianobranco5@gmail.com
Maria Aparecida da Fonseca, UNIPLAC, mdmariafonseca24@gmail.com
Elisângela de Oliveira Fontoura, UNIPLAC, elisangeladeoliveirafontoura@gmail.com
Jonatas da Silva Campos, UNIPLAC, campos@agronomo.eng.br
Thais Esteves Ramos Fontana, UNIPLAC, thaisrfontana@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O objetivo deste texto é refletir sobre agricultura familiar e sua relação com a feira municipal de economia solidária de Lages, SC, a partir das percepções dos agricultores familiares feirantes. São colocados em cena alguns tópicos que fazem esta pesquisa inédita, tais como, qualidade dos produtos e relação com os consumidores; dificuldades encontradas na agricultura familiar; o significado da comercialização direta; a feira e o desenvolvimento da agricultura familiar; vivências e percepções de consumidores, evolução da comercialização; expectativas sobre o futuro da feira. Historicamente a agricultura familiar nunca teve relevância na economia da cidade pois o que predominou na região foi a estrutura fundiária assentada no latifúndio. Da fundação de Lages em 1776 até 1940, predominou economicamente a criação de gado de modo extensivo em grandes fazendas, sendo esta atividade sucedida pela atividade da exploração da madeira (1940-1970). Neste contexto os agricultores familiares ocuparam terras dobradas, situadas em regiões ribeirinhas ou fundos de fazenda. A produção de subsistência se caracterizava pela plantio de milho e feijão de modo convencional, criação de animais de pequeno porte, sendo o excedente comercializado na cidade de Lages. O Estado em todas as suas esferas, conseqüentemente, focou suas políticas públicas no desenvolvimento da agropecuária, um modelo de desenvolvimento fundado no que contemporaneamente se conhece por agronegócio. A Administração Municipal de 1976-1982, denominada “A Força do Povo” desenvolveu projetos significativos voltados para a agricultura familiar, fortalecendo inclusive o associativismo e o cooperativismo no meio rural. Na Administração de 2012-2016 a Secretaria de Agricultura e Pesca voltou a priorizar a agricultura familiar, com especial atenção para a organização de feiras de comercialização na cidade. Uma delas, que veio identificada como “feira municipal de economia solidária” acumulava ganhos históricos por ter em sua base o movimento social da economia solidária no município desde o ano de 2001. Em 2014 o movimento conquistou status de política pública. Inicialmente a feira tinha sua edição anual, depois mensal e recentemente semanal. Além dos agricultores familiares, participam outros empreendimentos solidários urbanos. A feira vem num processo de consolidação gerando visibilidade e valorização de seus protagonistas, como nunca aconteceu na história da agricultura familiar na região. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica, associada a pesquisa de campo no qual entrevista-se quatro integrantes da feira por meio de um roteiro semiestruturado, seguido da apresentação e análise dos dados recolhidos. Espera-se que este trabalho fortaleça a feira como uma manifestação da política pública de economia solidária, provoque a participação de outros empreendimentos solidários do meio rural e urbano, bem como aponte para lacunas existentes no desenvolvimento da agricultura

familiar como importante setor da economia regional e garantia da soberania alimentar saudável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Feira Municipal; Economia Solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EMANCIPAÇÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS (COOPERAÇÃO)

Suzane Grimm, UNESC, suzane.grimm@gmail.com
Dimas de Oliveira Estevam, UNESC, doe@unesc.net

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

As mulheres foram historicamente ocultadas e tratadas como coadjuvantes numa história protagonizada pelos homens. Dessa maneira, os homens exercem funções na vida pública, consideradas de maior importância, enquanto as mulheres desempenham atividades de menos destaque, realizadas no âmbito familiar, ditas como menos qualificadas. Embora, na atualidade, os tempos sejam outros, mas a realidade, ainda é dura para as mulheres que enfrentam dupla jornada de trabalho, com diferenças salariais, dificuldade ao acesso a cargos executivos, e uma lista extensa de atos discriminatórios em função do seu sexo. Contudo, apesar das desigualdades em relação aos homens serem persistentes e naturalizadas, a luta por igualdade e direitos tem sua trajetória marcada desde a primeira metade do século XIX. Dentre os movimentos das mulheres por igualdade, pode-se citar a economia solidária que se apresenta como um movimento, que inclui diversas lutas de causas minoritárias e humanitárias, trazendo à tona questões-tabus: principalmente as deixadas de lado pela “falta de interesse” da economia tradicional em resolvê-las, ou até mesmo pelo interesse em que não sejam resolvidas. Uma das manifestações de resistência da economia solidária reside na organização de cooperativas. Em Santa Catarina, um dos modelos de cooperativas difundidos é a cooperativa descentralizada. Essas cooperativas, se diferenciam do modelo tradicional de cooperativas, por que o patrimônio pertence ao cooperado, ou seja, a produção é realizada na propriedade do/a agricultor/a, que utiliza a cooperativa para formalizar as atividades da propriedade e comercializar seus produtos. Com isso, os custos operacionais são diluídos entre os/as cooperados/as, que conseguem viabilizar seus empreendimentos. Inspiradas no modelo de cooperativa descentralizada, foi criado em 2013, no município de São Ludgero, a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação), com o objetivo de comercializar diretamente seus produtos no mercado, e com isso, valorizar o trabalho das mulheres e da cultura local. Cabe ressaltar que a organização da Cooperação teve importante contribuição da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). Atualmente a Cooperação é constituída por 23 cooperadas/os, sendo a maioria mulheres agricultoras. Desta forma, o objetivo deste resumo é apresentar o processo de constituição da Cooperação, tendo como protagonistas as mulheres e o papel da economia solidária na emancipação destas agricultoras e artesãs. O procedimento metodológico utilizado para realização do presente resumo foi a pesquisa documental e de campo, por meio de observação sistematizada do cotidiano da feira da Cooperação realizada semanalmente.

Palavras-chave: Economia Solidária; Emancipação Feminina; Cooperativismo.

O IMPACTO DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO NOS RESULTADOS DO IDEB 2013 PARA O ESTADO DA PARAÍBA

Darcy Ramos da Silva Neto, UFSM, netodarcy25@gmail.com
Giuliano Manera Longhi, UFRJ, giuliano.linghi@hotmail.com
Edna Porto da Silva, UFSM, ednaportos@hotmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o impacto dos gastos com alunos e professores no nível de educação no Estado da Paraíba. Faz parte do senso comum uma defesa de que um dos grandes problemas da educação é o baixo nível de inversões feitas na mesma. Isso, porém, vai de encontro com testes econométricos feitos no Brasil e também ao redor do mundo, que apontam não haver nenhuma importância significativa entre aumentar-se gastos com educação causando uma melhora nos índices. Utiliza-se no trabalho, para o estudo da significância do impacto, os gastos *per capita* com alunos e professores e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para cada município da Paraíba, e a partir da modelagem econométrica, analisar as eventuais contrapartidas de variações em cada um dos gastos que possam se demonstrar no nível do IDEB. Os resultados mostraram que os gastos, seja com alunos ou professores, não tem impacto no índice educacional.

Palavras-chave: Educação; Gastos Públicos; IDEB.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS GERADOS À AGRICULTURA FAMILIAR

Talita Jéssica do Nascimento de Araújo, UFSM, araujo-talita@hotmail.com

José Diego de Sousa Dias, FURG, diih.dias@gmail.com

Lídia Silveira Arantes, UFSM, lidiaarantes@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

A abertura do mercado às importações e a deflagração do processo de desindustrialização no Brasil desencadearam as crises das décadas 1980 e 1990, marcadas pelo alto índice de desemprego. Como resposta às vulnerabilidades socioeconômicas geradas a partir desse contexto de crise, a Economia Solidária (ES) irrompe no Brasil. Por meio da inserção de uma parcela da população que se encontra à margem do mercado formal de trabalho, da geração de renda e bem-estar, a ES constitui-se como importante instrumento de inclusão social. Em se tratando do meio rural, já existindo forte precarização desses trabalhadores, com baixas remunerações mesmo em momentos de crescimento econômico, a crise acaba por tornar ainda pior o acesso à renda. Assim, no meio rural, a ES assume um papel de modificação das relações de trabalho, fortalecendo a cooperação entre os pequenos produtores, agregando valor de mercado aos seus produtos, além de fomentar novas formas de lidar com a natureza, impulsionando um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo. O desenvolvimento territorial sustentável é meta perseguida há décadas por diversos governos no Brasil. Dessa forma, uma vez que a ES pode agir como fomentadora de qualidade de vida no meio rural, é papel do Estado a proposição de políticas públicas que atuem na manutenção e ampliação da ES, visando alcançar melhores formas de inserção do trabalhador rural no mundo do trabalho, garantindo renda e condições dignas de vida para a população do campo. A partir da análise das políticas públicas de fomento à ES nas últimas duas décadas, tal como a e a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o trabalho demonstra que, apesar do vanguardismo na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, as políticas instauradas desde então ainda se apresentam incipientes, de modo que há a necessidade de uma maior vinculação dos projetos governamentais às demandas do movimento de economia solidária no Brasil. Portanto, ainda há um longo percurso para que o estado atue de fato como impulsionador desse modo alternativo do fazer econômico, ocasionando, em consequência disso, um desenvolvimento rural mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura familiar; Economia Solidária.

O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO BANCO DE TEMPO – FLORIANÓPOLIS

Michele Romanello, UFSC, romanello.michele@gmail.com
Kamila Schneider Muller Pereira Ribas, Uninter, ksmpmk@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O Banco de Tempo pode ser visto como um sistema que funciona por meio de uma moeda da comunidade – o tempo - utilizando o princípio de que o tempo de todos é valorizado igualmente. O presente artigo analisa um dos primeiros sistemas de banco de tempo criado no Brasil: o “Banco de Tempo – Florianópolis” (BTF). BTF tem um breve período de tempo de vida, mas se demonstra um sistema em rápido crescimento: foi criado em meados de 2016 e, em poucos meses, aumentou consideravelmente o número de membros, atingindo aproximadamente 3.200 membros em dezembro de 2017. O artigo tem como objetivo principal estimar qual é o valor dos bens e serviços que foram objeto de transações dentro do BTF, de modo a demonstrar a importância e o tamanho do BTF na economia local. A análise desenvolvida no artigo estima que o valor econômico dos bens e serviços trocado no BTF ao longo de um ano e quatro meses é superior a um milhão de reais, que pode ser considerado um valor relevante dado o fato que o BTF está nos primeiros anos de vida. A mesma importância do BTF pode ser verificada com os números relativos à média do gasto por parte de cada membro. Enfim, pode ser verificado que um número maior de transações aconteceu para compra de bens e serviços da faixa de preços inferior que da faixa de preço média e superior, levando à hipótese que os membros aderem ao BTF mais por motivos ideológicos que por motivos econômicos.

Palavras-chaves: Moedas sociais; Banco de tempo; Brasil

ANÁLISE DA REPROVAÇÃO E DO ABANDONO NO ENSINO MÉDIO CATARINENSE USANDO OS MICRODADOS DOS BOLETINS ESCOLARES

Max Cardoso de Resende, UFSC, max.resende@ufsc.br
Francis Petterini, UFSC, petterini@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

Esta pesquisa busca identificar as variáveis individuais, familiares e escolares que influenciam o desempenho acadêmico e o abandono dos estudantes de Ensino Médio de Santa Catarina – particularmente para a rede pública no período entre 2008 e 2012. Para tanto, foram utilizados os microdados provenientes do sistema SERIE-Escola, descontinuado em 2011, e do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC), os quais contêm informações para mais de 400 mil alunos matriculados em 649 escolas. Tal base de dados é analisada de forma inédita e com a peculiaridade de se acompanhar os mesmos indivíduos ao longo do tempo – diferentemente do que acontece com os dados do Censo Escolar. No exercício empírico, usam-se as metodologias econométricas de modelos probabilísticos univariados e bivariados para identificadores de desempenho acadêmico e abandono. Trabalham-se com três especificações básicas em tais modelos. A primeira contém apenas características familiares e individuais, a segunda adiciona aspectos da estrutura escolar, as quais o poder público exerce controle direto, e a terceira engloba, além das variáveis presentes nas duas primeiras especificações, fatores que ilustram o comportamento e o interesse do aluno. Dentre os vários resultados observados, em especial se verificou que a 1ª Série do Ensino Médio é a que merece maior atenção por parte dos formuladores de política, em virtude dos altos índices de reprovação e latência. Além disso, observa-se que as características familiares preponderantes no que tange ao comportamento acadêmico do jovem, e que, de certa forma, pode-se inferir que a situação de aprovação/reprovação é uma função de uma miríade de elementos, intra e extra escolar. Além disso, encontrou-se uma evidência robusta de que a permanência na escola está, sobretudo relacionada com a situação de reprovação, o que seria um argumento a favor de políticas de progressão continuada.

Palavras-chave: Ensino Médio; Abandono Escolar; Modelos Probabilísticos Bivariados.

RELATO DE EXPERIÊNCIA INSERÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Mirella Martini Brun, UNIPLAC, miribrun@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

Como estudante de Arquitetura e Urbanismo, meu olhar a respeito do comportamento territorial e sua dinâmica na paisagem rural e urbana da região do Planalto Catarinense, sempre foram aspectos muito eminentes e discutidos no decorrer do curso. Neste sentido, procurei ampliar minha experiência no campo da prática através da participação em projeto de extensão que pudesse oportunizar contato com a realidade regional, com ênfase nas questões socioeconômicas. Pudesse investigar como os interesses de comunidades, sejam eles pessoais ou profissionais, causam impacto e modificam o fluxo territorialurbano rural. Estas fronteiras são muito tênues transcendendo as decisões político administrativas. Minha opção foi participar no Projeto de Pesquisa e Extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC) instituída em 2013. Trata-se de uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários que praticam valores e princípios da economia solidária: autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com o entorno social. Nos processos de incubação, atualmente, o foco maior da incubadora reside na organização de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Participando das ações e experiências educativas vivenciadas junto aos grupos incubados, passei a compreender para além de análises estatísticas e teóricas, atenta às especificidades e complexidades que acompanham os processos organizativos de comunidades, de grupos sociais e emancipação de sujeitos individuais e coletivos. Compreender porque os indicadores de desenvolvimento humano se mantêm baixos, sobretudo, devido às condições de empobrecimento da população, mas que busca na economia solidária estratégias de emancipação social e econômica. No enfrentamento às situações de exclusão social e produtiva, ainda na condição de estudante, contribuimos como universitários envolvidos em pesquisa e extensão, na busca de soluções alternativas por meio da educação popular que considera o diálogo, conhecimento da realidade e encontro dos saberes populares e acadêmicos. Com o trabalho da incubadora buscamos a melhoria da qualidade de vida ao promover a inserção de grupos, comunidades social e produtivamente excluídas em âmbito da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES). Embora o trabalho esteja localizado em três municípios, eles têm impacto no conjunto dos deztoito da região pela via do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA). Historicamente o desenvolvimento socioeconômico da região tem sido marcado pela desigualdade social, distribuição injusta dos bens socialmente produzidos, gerando inúmeras formas de exclusão para a maioria da população. A condição de estudante de Arquitetura e Urbanismo numa equipe interdisciplinar como o é a ITCP UNIPLAC permitiu alargar minha visão de mundo para além de formas e superfícies, para ter o ser humano como centro da formação humana e profissional. O que buscamos, podemos afirmar a partir de nosso projeto de vida, uma sociedade justa, solidária, inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Relato De Experiência; Economia Solidária; Estudante de Arquitetura e Urbanismo.

VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DE EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL DO DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA - SC

Mayara Pereira de Souza, UNESC, mayarapereiradesouza@hotmail.co

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

O presente estudo tem como objetivo analisar a viabilidade socioeconômica de emancipação municipal do distrito de Rio Maina, Criciúma- SC. Este trabalho consiste em fundamentar o desenvolvimento socioeconômico, dando ênfase para as abordagens e estratégias de desenvolvimento regional e local, emancipação política e administrativa de municípios no Brasil, indicadores de viabilidade socioeconômica, bem como leis relacionadas ao tema. O presente estudo constitui de uma pesquisa exploratória e explicativa. Para a coleta de dados, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. Os dados populacionais foram extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os dados educacionais colhidos via contato telefônico e por meio do portal da educação de Santa Catarina; os dados sobre saúde foram coletados diretamente com os postos de saúde. Por impossibilidade de reunir dados desagregados sobre as despesas e receitas do distrito do Rio Maina, foi utilizada uma aproximação de valores através de uma regressão linear simples, com base nos dados de receita e despesa do município de Criciúma no ano de 2003, disponibilizados pela Comissão Emancipacionista do distrito do Rio Maina, os quais foram corrigidos e atualizados a dados correntes, conforme a inflação. Posteriormente, foi aplicado o modelo Arima com auxílio do software EViews, para projetar os dados encontrados de receita e despesa do distrito para um período seguinte. Um dos pontos mais relevantes quando se trata de finanças municipais é a dependência das transferências intergovernamentais, o distrito depende principalmente do ICMS e tem como principal fonte de receita própria as taxas. Diante dos dados e das análises realizadas, pode-se estimar que o distrito possui condições socioeconômicas para a emancipação política e administrativa.

Palavras-chave: Emancipação Política e Administrativa; Indicadores Socioeconômicos; Viabilidade Emancipatória.

RADARES FIXOS REDUZEM ACIDENTES DE TRÂNSITO? ANÁLISES PARA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE NO RS

Marco Túlio Aniceto França, PUC-RS, marco.franca@puers.br
Guilherme Irffi, UFC, irffi@caen.ufc.br
Luís Eduardo dos Santos Bernicker, PUC-RS, luisbernicker@gmail.com
Ismael Cittadin, UNESC, ismaelcittadin@unesc.net

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

Esse trabalho visa verificar a eficácia de radares fixos na redução no número de acidentes de trânsito em Porto Alegre. As observações compreenderam os anos de 2000 a 2014 e empregou-se uma regressão de Poisson com método de diferenças-em-diferenças e dados em painel a fim de medir a influência de três ondas de instalação de radares. Três modelos foram estimados com resultados ligeiramente diferentes entre eles: efeitos fixos (FE), efeitos aleatórios (RE) e empilhado. Os dados foram oriundos de diversas fontes, sendo extraídas do portal #DATAPOA. Os resultados mostram que as duas primeiras ondas foram significativas sobre os indicadores de impacto. A ocorrência de radar fixo se mostrou eficaz na redução da probabilidade de ocorrência de acidentes. Caminhões, táxis, lotações e automóveis foram os modais que apresentaram maiores reduções no número de acidentes. O acidente com incêndio mostrou a mais forte redução após a instalação dos equipamentos de monitoramento, seguido pelo acidente com colisão. No geral, o número de acidentes com atropelamento, capotagem e queda não apresentaram reduções após a instalação dos equipamentos. Tempo chuvoso e tempo bom não responderam por reduções no número de acidentes após a instalação dos radares, e nenhum efeito sazonal significativo foi captado através das *dummys* de tempo (mensais). A região central da cidade apresentou a maior queda no número de acidentes, seguida da região norte e da região leste. Ao final, fazem-se as conclusões gerais e recomendações sobre como otimizar a utilização de equipamentos de monitoramento em regiões com tráfego denso tais como Porto Alegre.

Palavras-chave: Controle de Velocidade; Radares Fixos; Feridos; Severidade; Regressão de Poisson.

AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Alyne Sehnem, UFSC, alyneufscs@gmail.com
Juliano Luiz Fossá, UNOCHAPECO, j.fossa@unochapeco.edu.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

O objetivo geral que permeou este estudo consistiu na realização de uma análise dos indicadores oficiais sobre o desenvolvimento sócio econômico (durante o período de 2000 e 2010) da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional da região Oeste catarinense no período em que configuravam como Secretarias de Desenvolvimento Regional. Buscou-se fazer uma análise dos indicadores oficiais (IBGE) disponíveis da região Oeste de Santa Catarina tendo como referência os anos 2000 e 2010 a fim de se aconteceram melhorias nos índices e quais as áreas que necessitam mais atenção da população e dos gestores públicos. Constatou-se que os resultados dos 104 municípios da região Oeste catarinense apresentaram melhoria no ano de 2010 comparativamente aos mesmos resultados do ano 2000. Percebeu-se, especialmente, que na região o número de pessoas com faixa etária superior a 60 anos subiu nos últimos 10 anos, observando as alterações registradas em nível nacional. Outros resultados importantes foram observados nos índices de taxa de fecundidade total (que apresentou diminuição) e na dimensão Educação do IDH, cujos resultados estão abaixo das médias nacional e estadual. Concluiu-se que uma observação e acompanhamento por parte de órgãos públicos e instituições privadas se fazem necessária, a fim de se obter um melhor posicionamento de ações no que diz respeito à promoção de políticas e práticas para o desenvolvimento regional direcionadas para essa região. A melhoria na qualidade de vida, que teve como consequência o aumento na expectativa de vida da população faz com que os resultados obtidos possam ser justificados.

Palavras chave: ADR; Santa Catarina; Desenvolvimento Regional.

SOCIOLOGIA REGIONAL NA AMÉRICA LATINA: AS CONTRIBUIÇÕES DE FLORESTAN FERNANDES E ANÍBAL QUIJANO

Samara Mariani, FURB, samara.mariani@hotmail.com
Luciana Butzke, FURB, butzkeluciana@gmail.com

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

Este artigo tem por tema a relação entre sociologia e teoria do desenvolvimento na América Latina. A questão norteadora é: que contribuições os sociólogos Florestan Fernandes e Aníbal Quijano trazem à teoria do desenvolvimento da América Latina? Dentre as questões auxiliares, destacam-se: (a) quem são e quais as principais obras de Florestan Fernandes e Aníbal Quijano? (b) que autores regionais (latino-americanos) inspiram seus principais escritos? (c) como a sociologia regional se expressa nesses escritos? O objetivo principal deste artigo foi o de mapear as contribuições da sociologia regional latino-americana à teoria do desenvolvimento, com ênfase na contribuição dos sociólogos Florestan Fernandes (Brasil) e Aníbal Quijano (Peru). Para tanto, perseguir-se-ão os seguintes objetivos específicos: (a) contextualizar vida e obra de Florestan Fernandes e Aníbal Quijano; (b) identificar os/as autores/as regionais citados por Florestan Fernandes e Aníbal Quijano; (c) verificar como a sociologia regional se expressa em seus escritos. Quanto ao método, a pesquisa foi delineada pelo método analético e pesquisa bibliográfica. Foram consultadas biografias e suas respectivas Antologias publicadas pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) em 2014 e 2015. A contribuição de Florestan Fernandes e Aníbal Quijano para a sociologia regional se refere a aplicação de teorias considerando diferentes contextos e momentos históricos, a indissociabilidade entre teoria e prática e a adoção de teorias e práticas voltadas à mudança social.

Palavras chave: Planejamento Urbano e Regional; Sociologia do Desenvolvimento; Desenvolvimento Regional; América Latina; Florestan Fernandes; Aníbal Quijano.

DINÂMICA REGIONAL E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Ricardo de Souza Tavares, UFRGS, s17tavaresricardo@gmail.com
Gerson de Souza Raimundo Júnior, PUC/RIO, gerson.souza@phd.iag.puc-rio.br
Luís Antônio Tavares, IFSULDEMINAS, luis.tavares@ifsuldeminas.edu.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

A partir da década de 1970 ocorreu um processo de desconcentração industrial de São Paulo, em que indústrias deixaram de ter a Zona Metropolitana de São Paulo como foco de suas instalações, seguindo para outras regiões do país com novas opções de localização. Dentre as regiões que passaram a receber um maior número de indústrias estava a mesorregião do Sul Minas e principalmente o município de Pouso Alegre. A investigação tratada nesse artigo vai além de fatores históricos que contribuíram para esse processo, pois aborda teorias da localização industrial que explicam esse acontecimento. O objetivo principal é analisar a dinâmica regional e a especialização produtiva do município de Pouso Alegre. Para tal é realizada descrição de dados acerca do nível de emprego, renda salarial e produção dos setores da agropecuária, serviços e indústria, evidenciando as transformações ocorridas nesses setores no período 2002-2011. Além disso, são calculados, com o auxílio desses dados, índices de especialização e concentração regional (componentes regionais). A descrição dos dados e os resultados aferidos por meio dos componentes regionais indicam importantes alterações na economia local. Nesse sentido, houve redução da participação da agropecuária na produção do município. O setor de serviços apresentou aumento de produção significativo se consolidando como setor de maior importância na produção municipal. Por sua vez, a indústria apesar de ter elevado sua produção em termos reais, apresentou crescimento menor que o setor de serviços. A economia do município no período analisado apresentou um grande crescimento real, no qual o número de trabalhadores formais quase dobrou e a renda salarial real destes mais que dobrou. Com relação a especialização produtiva do município notou-se pelo índice de Theil que ele se tornou mais especializado no setor de serviços. Além disso, quanto a especialização do emprego na indústria observou-se que o município se tornou mais especializado relativamente nesse setor, comparado ao estado de Minas Gerais. Em contrapartida, sua especialização relativa no setor da indústria em relação à mesorregião se tornou menor. Assim, a especialização da indústria se tornou mais homogênea com relação ao restante da mesorregião.

Palavras chave: Dinâmica Regional; Pouso Alegre; Economia Regional e Urbana.

O QUE É DESENVOLVIMENTO REGIONAL? UMA APROXIMAÇÃO INICIAL DESDE A REALIDADE BRASILEIRA

Ivo Marcos Theis, FURB, theis@furb.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

Este artigo é consagrado à problemática do desenvolvimento regional. Problemática é um termo que, aqui, se refere a algo que requer atenção e demanda algum tipo de solução. Mas, o que, de fato, se procura fazer nas páginas a seguir é oferecer uma compreensão um pouco mais contextualizada do que seja, ou possa ser, desenvolvimento regional. Se bem tem havido sucessivas tentativas de precisar melhor o que se pode entender por desenvolvimento regional, elas podem ser consideradas malsucedidas. É evidente que nada assegura que precisamente esta tentativa experimente maior sorte. Entretanto, em contraposição aos louváveis esforços realizados até o presente, procurar-se-á, nos limites de um artigo breve e tão objetivo quanto possível, definir minimamente o contexto no qual se possa formular uma noção mais precisa de desenvolvimento regional. Assim, a preocupação maior é com o quadro no qual se pode elaborar uma compreensão de desenvolvimento regional. Uma advertência importante: a preocupação de se oferecer um entendimento um pouco mais contextualizado de desenvolvimento regional precisa, ela mesma, ser contextualizada. Isto é, cabe informar devidamente em qual âmbito tal preocupação emerge e ganha sentido. Concretamente: o contexto é dado pelo subcampo do desenvolvimento regional, da área de Planejamento Urbano e Regional, que, como estabelece a CAPES, integra as chamadas Ciências Sociais Aplicadas. Portanto, sem excluir *ex ante* quaisquer outros interlocutores interessados ou afetos à problemática, procura-se, com este artigo, dialogar com aquelas e aqueles que militam – isto é, ensinam, orientam e pesquisam – nesta subárea da avaliação da pós-graduação brasileira. Que não haja dúvidas, pois, que, a despeito de simpatias e mesmo de afinidades com a produção intelectual que tem lugar fora da academia, mira-se uma interlocução, sobretudo, com aquelas e aqueles que se encontram vinculados a programas de pós-graduação em desenvolvimento regional. Ainda a respeito do âmbito: referir à CAPES e à pós-graduação brasileira significa limitar a problemática à realidade sociocultural brasileira - Que, evidentemente, é condicionada pelas condições materiais próprias ao modo de produção dominante (o capitalismo), no contexto de uma formação social periférica e dependente em relação às formações sociais que vêm comandando a economia-mundo. Não se trata nem de desprezar o que vai fora das fronteiras nacionais nem de reear o enfrentamento do tema em um contexto internacional mais amplo. Se a preocupação é de contribuir para a construção do quadro acima referido no qual se pode elaborar uma compreensão mais precisa de desenvolvimento regional, então se define o Brasil como lócus privilegiado e suas características socioculturais (como o idioma, a institucionalidade educacional etc.) como referências inamovíveis.

Palavras-chave: Brasil; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Desigual; Economia-Mundo; Formação Social Periférica e Dependente; Planejamento Urbano e Regional.

A CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO CRESCIMENTO SEGUIDO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, SC (ANÁLISE DE 2000 A 2015)

Tainara Rossatti, UNIDAVI, rossattitai@gmail.com
Jeancarlo Visentainer, UNIDAVI, jv@unidavi.edu.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

Esta pesquisa tem como objetivo analisar quais são os fatores que mais contribuem no crescimento/desenvolvimento do município de Presidente Getúlio/SC. Localizado na microrregião do Alto vale do Itajaí e pertencente a ADR de Ibirama/SC, este município apresentou nos últimos anos, um crescimento seguido de desenvolvimento muito significativo, assim, tem-se o intuito de averiguar quais são os reais impulsionadores destes fenômenos. É algum setor econômico o grande responsável? ou existe alguma política pública por trás deste cenário? Através desta inquietação certificou-se que o setor que mais contribuiu na formação do PIB do município no período analisado foi o setor terciário, pois como estão localizadas grandes indústrias há a necessidade de um volume maior de prestadores de serviços. Mesmo que a indústria chegou a crescer aproximadamente 302%, enquanto o setor de serviços aumentou cerca de 287% no período de 2007 a 2017, embora que em números de estabelecimentos temos muito mais prestadores de serviços do que indústrias. A balança comercial do município é extremamente favorável, pois a quantidade exportada é superior a quantidade importada. No ano de 2016 exportou-se R\$ 70.833.928 e importou-se R\$ 275.878, ou seja, a quantidade exportada representa aproximadamente 257 vezes a mais que as importações. Como excelente indicador de desenvolvimento, apresentamos a evolução do bolsa família, embora a população chegou a aumentar 7,86% com relação ao ano de 2012 para 2015, o número de beneficiados pelo bolsa família caiu 37% no mesmo período.

Palavras-Chave: Crescimento; Desenvolvimento; Políticas Públicas.

ENSAIO SOBRE A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DOS PREFEITOS E A PROBABILIDADE DE CONCESSÃO DE CAMPI UNIVERSITÁRIOS E INSTITUTOS FEDERAIS DURANTE O GOVERNO LULA

Akauã Flores Arroyo, UFSC, akaua777@gmail.com
Francis Carlo Petterini, UFSC, f.petterini@ufsc.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

Durante o governo Lula houve uma grande expansão de unidades educacionais do ensino técnico e superior através de programas federais, como o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Nesse período foram criados 214 novos Institutos Federais e 126 novos *campi* universitários. Diante disso, o presente ensaio avalia se as decisões de implementação dessas unidades educacionais do ensino técnico e superior (*campi* Universitários Federais e Institutos Federais) tiveram como fator decisivo a orientação política dos prefeitos dos municípios durante o período do governo Lula. Para tanto, usa-se um modelo *probit bivariado* (BIPROBIT) com o objetivo de mitigar os vieses de simultaneidade (e endogeniedade) decorrentes da correlação entre implantar um novo Instituto Federal e implantar um novo *campus*. Para a estimação do modelo, utilizam-se dados socioeconômicos dos municípios coletados nos Censos de 2000 e 2010 realizado pelo IBGE, dados acerca dos partidos dos prefeitos disponibilizados pelo TSE e dados do MEC acerca dos locais das implementações das unidades. Foram encontrados indícios de que houve um impacto significativo na probabilidade de concessão dos IFs (na ordem de 1,22 p.p) em municípios fora da região Nordeste, devido à orientação política dos prefeitos, porém não foram encontrados indícios do impacto na implantação dos *campi* em nenhum dos dois casos (com todo o país e com o país sem a região Nordeste). Assim, o estudo conclui que a orientação política dos prefeitos teve influência na concessão dos IFs no período analisado, em detrimento as verdadeiras necessidades das economias regionais.

Palavras-chave: Política Pública Regional; Institutos Federais; REUNI

FLERTANDO COM O TURISMO: OBSERVAÇÕES SOBRE PRAIA GRANDE (SC)

Hoyêdo Nunes Lins, UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br
Paulo Fernandes Kieling da Rocha, UFSC, paulo.fkieling@terra.com.br

Área Temática 7: Desenvolvimento Regional e Urbano

A fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul exhibe, a leste, um grande complexo de cânions, patrimônio que ensejou a criação do Parque Nacional de Aparados da Serra, em 1959, e, ao lado, do Parque Nacional da Serra Geral, em 1992. A área consta dos roteiros turísticos do sul do Brasil e tem sido visitada por interessados em ecoturismo e turismo de aventuras. No lado catarinense, o município de Praia Grande constitui passagem praticamente obrigatória para quem demanda esses atrativos, pela sua contiguidade ao referido complexo. Tal fato confere sentido à ideia de que o setor de turismo tem presença nesse município. O estudo aborda esse assunto, procurando tanto caracterizar Praia Grande como destino turístico, ainda que na condição de acesso para a área dos cânions, como formar uma ideia sobre reflexos socioeconômicos locais. Mostra-se que a economia do município é muito modesta historicamente, sendo eloquente a respeito a redução populacional ao longo do tempo, e que a posição perante os atrativos dos cânions torna-o destino (sazonal) para visitantes oriundos de vários estados brasileiros e diferentes países, sobretudo do Cone Sul. Ligada a isso, a oferta de serviços (hospedagem, alimentação) expandiu-se com velocidade desde meados da década de 2000, proporcionando ocupações que incluem, talvez majoritariamente, relações informais protagonizadas no âmbito familiar (em pousadas, por exemplo). Na esfera institucional, registram-se algumas iniciativas de promoção e planejamento turístico, que são tímidas e não representam, de fato, engajamento efetivo em torno do desenvolvimento do setor. Todavia, os acenos econômicos e sociais do turismo podem vir a provocar mudanças.

Palavras-chave: Complexo de Cânions; Turismo; Praia Grande (SC).

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS EM ESTUDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Juliano Luiz Fossá, UNOCHAPECÓ, j.fossa@unochapeco.edu.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A agricultura familiar se constitui em uma temática de estudo com amplas possibilidades e olhares sobre a realidade social. Os estudos sobre o desenvolvimento rural e consequentemente sobre a agricultura familiar têm se difundido nas mais diversas áreas do conhecimento e consequentemente contribuído significativamente para o avanço multidisciplinar da ciência nesse campo (CONTERATO, RADOMSKY e SCHNEIDER, 2014). O Pronaf na atualidade se coloca como a principal política pública de apoio para agricultura familiar e têm sido amplamente debatido no meio acadêmico (BIANCHINI, 2015). O objetivo da realização deste trabalho acadêmico constitui-se em refletir sobre os aspectos epistemológicos de publicações recentes sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este estudo se baseia numa abordagem qualitativa apoiando-se no levantamento bibliográfico. A delimitação deste estudo se deu por meio da seleção e análise de três publicações recentes de estudos sobre o Pronaf. Os textos selecionados foram: *Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil*; *O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro*; *Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul*. Após a realização da leitura e reflexão dos textos, procedeu-se a análise em relação aos aspectos epistemológicos constantes nos textos selecionados, sendo a organização e estruturação da análise de forma descritiva, ou seja, elencando os principais traços epistemológicos utilizados pelos autores. Inicialmente partimos para identificação quanto ao enquadramento dos estudos, os três textos caracterizam-se como pesquisas empíricas. O segundo aspecto epistemológico presente nos três estudos é valorização dos aspectos históricos na concepção de entendimento da temática de estudo. O terceiro aspecto epistemológico observado nas construções teóricas dos autores em análise evidência o caráter da interdisciplinaridade. Essa interdisciplinaridade condiz com os principais estudos que abordam a temática do desenvolvimento rural e consequentemente também com a temática da agricultura familiar e do Pronaf. O quarto aspecto observado em termos epistemológicos diz respeito à contínua crítica, valorização de aspectos e ponderações quanto à continuidade do programa, ou seja, uma posição que envolve três momentos (crítica » valorização » ponderações futuras). Este posicionamento também está presente nos três textos selecionados para análise. A análise dos textos demonstrou uma visão histórica, como fruto de lutas e conquistas de um segmento social rural organizado. Os autores também valorizaram a trajetória evolutiva – alterações e reformulações - do programa Pronaf após sua criação. Outro resultado da análise foi à constatação da qual classificamos de três momentos de construção epistemológica dos trabalhos, ou seja, o momento da crítica, da valorização e por fim das ponderações futuras. A realização deste trabalho consiste em um esforço contributivo para a compreensão do entendimento de traços epistemológicos inerentes aos estudos sobre o Pronaf. Do mesmo, modo reforça-se a importância e necessidade de estudos com este objetivo, pois estudos que envolvam a construção do conhecimento assumem relevância para avanço das ciências em qualquer campo de estudo.

Palavras-chave: Epistemologia; Agricultura Familiar; Pronaf.

CRÉDITO RURAL PARA ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS ASSOCIATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE SANTA CATARINA

Jurandi Teodoro Gugel, Epagri/CEPA – jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Alexandre Luís Giehl, Epagri/CEPA – alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Márcia Mondardo, Epagri/CEPA – mmondardo@epagri.sc.gov.br
Célio Haverroth, Epagri – celio@epagri.sc.gov.br

Área Temática 8: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

O crédito rural para a agricultura familiar cresceu nas últimas décadas, principalmente em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Apesar da ampliação no número de contratos, volume de recursos e da sua capilaridade atual em todas as regiões do país, são recorrentes questionamentos acerca da eficácia do programa na promoção do desenvolvimento rural. Dentre outras questões, aponta-se o fato de o programa priorizar crédito rural para custeio e investimento de forma individualizada, em detrimento do fortalecimento e valorização das formas associativas e cooperativas. A política de compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (PNAE) é indutora da organização dos agricultores para acesso ao mercado e também impulsiona a demanda por crédito de apoio à comercialização. O presente trabalho busca dimensionar o acesso das organizações econômicas da agricultura familiar do estado de Santa Catarina ao crédito do Pronaf, de forma a avaliar o alcance dessa política. Os avanços no Pronaf são reconhecidos por agricultores, lideranças e na própria academia. Contudo, têm surgido críticas acerca de sua ineficiência no fortalecimento da organização econômica associativa e cooperativa dos agricultores. Para avaliar estas percepções, foram identificadas as organizações econômicas da agricultura familiar (pessoas jurídicas) de Santa Catarina que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Jurídica, documento identitário obrigatório para acesso ao Pronaf, que comercializaram produtos com o governo do estado e prefeituras municipais. Levantou-se também a quantidade de contratos e recursos acessados via Pronaf no estado entre 2013 e 2017. Este artigo apresenta o resultado preliminar de estudo mais amplo que visa nas etapas posteriores, identificar as principais barreiras para acesso das organizações ao crédito e propor alternativas. Entre 2013 e 2017 foram contratadas no país sob o amparo do Pronaf 1,4 mil operações de crédito com pessoas jurídicas (num montante total de R\$4,05 bilhões). Em Santa Catarina, nesse período foram celebrados somente 282 contratos (no total de R\$906 milhões), dos quais 52 em 2017 (R\$123,8 milhões). Nesse ano existiam no estado 195 organizações com DAP Jurídica ativa, o que indica que somente 26,7% das entidades potencialmente demandantes do Pronaf acessaram o crédito (partindo-se do pressuposto de que nenhuma celebrou mais de um contrato). Em 2017, para efeito comparativo, em SC foram 88,1 mil operações com pessoas físicas, o que representa 78,7% das 111,9 mil DAPs - PF válidas nesse ano. Esses dados demonstram que as organizações econômicas têm acesso limitado ao crédito, o que corrobora e respalda as críticas e reforça a necessidade de atualizar o marco legal dessa política, bem como construir mecanismos de superação das barreiras, ampliando seu papel no processo de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Crédito Rural; Agricultura Familiar; Organizações Econômicas.

O SETOR DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA DO COREDE SUL: DESEMPENHO E PERSPECTIVAS A PARTIR DE SUA ESPECIALIZAÇÃO RELATIVA

Ezequiel Insaurriaga Megiato, UNISINOS/UCPel, ezequiel.megiato@ucpel.edu.br

Daniel Felipe Scherer, UNISINOS, dfsadm@gmail.com

Deise Quevedo Bastos, UNISINOS, deisebastos@gmail.com

Patrícia Rafaeli Lopes, UNISINOS, patriciarafaeli76@gmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Localizado no sul do Rio Grande do Sul, o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Sul congrega 22 municípios. A região ocupa 17% do território gaúcho, representa 8% da população e 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O COREDE Sul possui salientes desigualdades internas. No que se refere aos segmentos que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE, a Agropecuária representa 9,9%, a Indústria representa 22,4% e os Serviços representam 67,7%. Esses dados indicam uma participação levemente superior da Agropecuária e dos Serviços e inferior da Indústria em relação à média do Rio Grande do Sul. O COREDE contribui com 7,7% do VAB da Agropecuária do estado, 5,8% do VAB da Indústria e 6,7% do VAB dos Serviços. O objetivo do estudo foi analisar o quão especializado é o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura do COREDE Sul, em relação ao estado do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2015. O método empregado foi o Quociente Locacional (QL) e os resultados obtidos revelaram O COREDE Sul é relativamente especializado neste setor; em relação ao QL estabelecimentos, no período avaliado, o indicador se manteve constante, resultado da estagnação econômica nessa área; e com relação ao QL vínculos empregatícios, a ligeira queda demonstra já os primeiros impactos dessa estagnação e a provável migração dos empregos para outros setores, o que é demonstrado na análise do perfil produtivo do COREDE Sul. Ressalta-se, portanto, a importância de apoio às potencialidades regionais nas áreas vitivinícola, cadeia do leite e olivicultura.

Palavras-chave: Agricultura; COREDE Sul; Especialização Relativa.

O ALTO VALE DO ITAJAÍ (SC) PERANTE A OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES: ABORDAGEM EXPLORATÓRIA INSPIRADA NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Hoyêdo Nunes Lins, UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br
Ana Paula Klaumann, UFSC, anaklaumann96@gmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A histórica convivência do Vale do Itajaí com inundações reflete a configuração da sua bacia hidrográfica e o processo de ocupação da área. O Alto Vale do Itajaí (AVI) sobressai nesse quadro, produzindo imagens dramáticas e danos enormes. O estudo focaliza esse problema inspirado no debate sobre desenvolvimento territorial rural (DTR), em que se destacam os aspectos históricos, econômicos e socioculturais dos territórios e, principalmente, as iniciativas de índole cooperativa perante os problemas e as possibilidades de desenvolvimento. O trabalho inicia com considerações sobre o DTR, em geral; prossegue com comentários sobre desastres naturais; aborda o AVI, mormente a frequência de inundações; faz uma aproximação às perdas na agricultura, com dados recentes, e – baseado em pesquisa direta mediante entrevistas – fala das impressões e indicações de problemas, e dos comportamentos diante das dificuldades, em instituições locais e em quatro propriedades rurais que aceitaram fornecer informações.

Palavras-chave: Inundações, Alto Vale do Itajaí, Desenvolvimento Territorial Rural

O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CONCÓRDIA-SC: O TEMPO DE TRABALHO ENTRE ATIVIDADES PRODUTIVAS E REPRODUTIVAS

Jordan Brasil dos Santos, UFSC, diordaosanto@hotmail.com
Liana Bohn, UDESC/FIESC, libohn@gmail.com
Helberte João França Almeida, UFSC, helberte.almeida@ufsc.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A pluratividade desempenhada pelas mulheres é essencial nas pequenas unidades produtivas rurais, mas economicamente seu trabalho não é percebido com a mesma importância dada às atividades tradicionalmente masculinas da agricultura. Buscando evidenciar os esforços femininos em termos de trabalho remunerado e não-remunerado, o presente estudo, a partir de entrevistas com agricultores e agricultoras familiares de Concórdia (SC), questiona se é possível afirmar que o trabalho da mulher é invisibilizado na agricultura familiar por desconsiderar o tempo de trabalho reprodutivo. Ao utilizar um município catarinense como objeto de estudo, a pesquisa assume um caráter local, respeitando suas características culturais, econômicas e sociais, mostrando que há trabalho fora do trabalho formal, e que, além do trabalho remunerado, existem diferentes atividades que devem ser reconhecidas para a compressão da posição da mulher na economia e, especialmente, na agricultura familiar. Mediante as respostas da pesquisa de campo, é possível dizer que a dupla jornada entre as mulheres agricultoras justifica a visão de que elas não têm participação ativa no trabalho produtivo, servindo apenas como uma ajuda. Além disso, há uma percepção, por parte dos cônjuges, relativamente próxima do tempo que realmente é dispendido na jornada de trabalho do parceiro, o que não tem significado a adoção de uma postura mais colaborativa nos casais. Como há certa reprodução da divisão do trabalho quando se analisa o tempo gasto nas atividades dos filhos, fica evidente que conhecer a estrutura de gênero por detrás das atividades rurais é uma forma de balizar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e à promoção da equidade de gênero via empoderamento feminino.

Palavras-chave: Gênero; Divisão do Trabalho; Jornada de Trabalho.

AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL

Luis Augusto Araujo, EPAGRI, laraujo@epagri.sc.gov.br
Claudimir Rodrigues, SOUZA CRUZ, claudimir.rodrigues@souzacruz.com.br
Elizabete Catapan, UFSC, catapanbet@gmail.com
Reney Dorow, EPAGRI, reney@epagri.sc.gov.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Segundo o Censo Agropecuário Brasileiro (2006), 440 mil estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul buscam construir o seu futuro a partir da prática de gestão e da criação de estratégias. As possibilidades de sucesso dessa prática da gestão e de suas estratégias serão maiores, quanto maior for sua aderência às novas realidades do ambiente em que atuam, e, principalmente, quanto maior for sua capacidade de interpretar as variáveis que podem influenciar os resultados de suas ações. Portanto, para serem bem-sucedidos nas suas escolhas, o agricultor precisa perceber o ambiente em que opera, sendo este ambiente moldado por influências da economia, da sociedade, da regulação e legislação governamental, da tecnologia e dos mercados. O objeto deste artigo é apresentar a perspectiva de agricultores familiares sobre um conjunto de variáveis do ambiente externo e interno de estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul. Fez-se a opção pela abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com amostra selecionada intencionalmente. Os dados primários foram obtidos utilizando-se de questionário estruturado, concebido para obter a avaliação do agricultor e o grau de importância atribuído a variáveis do ambiente externo e interno, previamente definidas. Os resultados demonstraram o predomínio da percepção de ameaças, em relação às variáveis associadas ao ambiente externo. Entre as variáveis percebidas pelos agricultores como maior ameaça estão, sem a pretensão de detalhar a todas: os preços dos insumos; as alterações na legislação tributária; a entrada de novas unidades de produção; e, as alterações na legislação trabalhista. Em contrapartida, em relação as variáveis do ambiente interno, prevaleceu a percepção de fortaleza. No mesmo seguimento, ainda assim, entre as variáveis mais intensamente percebidas como fraqueza estão: a participação em atividades de educação ambiental; as condições climáticas na propriedade; o uso do computador para a gestão; o uso da internet para a gestão; e, a situação das vias de acesso. Essas variáveis ressaltadas anteriormente representam ameaças e fraquezas, que associadas as fortalezas e oportunidades percebidas pelos agricultores, vão influenciar a criação de estratégias e as práticas de gestão. De forma mais abrangente, pensar novas estratégias e produzir inovações, a partir de seus recursos internos e das transformações do ambiente externo em que operam, são desafios dos agricultores na busca pela prosperidade de sua família e negócio agrícola.

Palavras-chave: Ambiente Externo e Interno; Agricultura Familiar; Perspectiva.

MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo, EPAGRI, laraujo@epagri.sc.gov.br
Antônio Marcos Feliciano, EPAGRI, feliciano@epagri.sc.gov.br
Marcelo Alexandre de Sá, EPAGRI, marcelodesa@epagri.sc.gov.br
Léo Teobaldo Kroth, EPAGRI, leokroth@epagri.sc.gov.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

As mudanças nos padrões alimentares das pessoas estão ocorrendo em todo o mundo, impactando significativamente a agricultura, os mercados e comércio de alimentos globais, e, com consequências para o bem-estar e a saúde humana. Este artigo objetiva apresentar uma perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil sobre as mudanças em andamento no padrão de consumo alimentar da sociedade. Fez-se a opção pela abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Os dados foram obtidos utilizando-se da técnica de grupo focal e de questionário estruturado. As mudanças nos padrões de consumo são fortemente percebidas como oportunidade pelos agricultores. Em decorrência da aplicação de grupo focal, se permitiu aproveitar da tendência humana de formar opiniões, quando da interação entre os agricultores durante as sessões realizadas. Além disso, pelo fato das discussões terem sido conduzidas com diferentes grupos, se identificou também as narrativas mais presentes e as tendências na percepção sobre os assuntos abordados nas reuniões. A partir da narrativa dos agricultores emergiram cinco categorias intermediárias de análise sobre as mudanças nos padrões de consumo: (1) mercado; (2) qualidade; (3) alimentos orgânicos; (4) tecnologia; e, (5) tabaco. Sinteticamente, entre as principais evidências reveladas, constam: a preocupação com a necessidade de acompanhar o mercado e de produzir para atender a sua demanda; a necessidade de entregar qualidade para atender as expectativas do mercado, como um meio para ter renda e sobreviver; a produção de alimentos orgânicos, entre as tendências e projeções do consumo de alimentos; a valorização e a percepção sobre as mudanças tecnológicas em andamento como uma oportunidade, evidenciando a necessidade da modernização tecnológica; e, a justificativa da opção pelo cultivo de tabaco, em decorrência de trabalharem num contexto de pequenas propriedades rurais. O entendimento de como os agricultores percebem as mudanças no consumo alimentar é relevante para se estabelecer estratégias e se definir as ações a serem implementadas, especialmente, no âmbito dos estabelecimentos agropecuários e nas cadeias de produção em que operam.

Palavras-chave: Padrão de Consumo Alimentar; Agricultura Familiar; Grupo Focal.

AGRICULTORES FAMILIARES DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM CADEIAS CURTAS: O CASO CLUBE NOSSA HORTA

Melissa Watanabe, UNESC, melissawatanabe@unes.net
Filipe Ricardo Fraga, SENAR, filipe@clubenossahorta.com.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

O consumo consciente acompanhado de informação, aporta em possibilidades que derivam à junção do comportamento do consumidor aliado às ferramentas que potencializam e multiplicam formas de consumir e influenciar pessoas. Assim, plataformas que conectam consumidores conscientes e produtores orgânicos engajados, direcionam a uma nova relação de consumo. O Clube Nossa Horta, localizado na região sul de Santa Catarina, é um modelo com pouco mais que 3 anos no qual os consumidores não compram produtos, mas sim, associam-se ao clube e pagam uma mensalidade que, em troca, recebem em suas casas semanalmente uma cota de produtos orgânicos. Este é um modelo de economia participativa na qual há um engajamento entre produtores de orgânico e consumidores. O objetivo do presente trabalho é descrever como o modelo Clube Nossa Horta impacta nos agricultores familiares produtores dos produtos orgânicos a partir da formação de uma rede participativa. Para isso apresenta-se uma característica metodológica de estudo qualitativo descritivo. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com produtores rurais associados, bem como observação participante. A observação participante ocorreu em duas reuniões organizadas pelo Clube unindo nas propriedades rurais, os agricultores orgânicos e associados. As entrevistas ocorreram à 3 (três) produtores rurais em suas propriedades. Como resultado, observou-se que o primeiro impacto observado foi que os produtores rurais presentes no clube migraram da produção do fumo para a produção orgânica. Relatos mostram que segundo eles era “muito sacrificante” e que muitos se endividavam com as indústrias fumageiras. Também, segundo relato dos agricultores, consideram a substituição de ramo agrícola como “uma mudança de vida”. Os agricultores acreditam que tal modelo pode ser considerado um fator multiplicador à sociedade de consumidores mais conscientes de todo o processo de produção até a chegada à casa do associado. Ressaltaram a importância da divulgação da causa em suas redes de relacionamento pelos associados consumidores. Com a observação participante, evidenciou-se que as chamadas rodas de conversas, foram mencionadas pelos agricultores como um processo “ganha-ganha”, pois os associados conhecem os produtores rurais que produzem os produtos que eles irão consumir, bem como é gratificante para os agricultores ao receber os associados em sua propriedade. Vale ressaltar que o caso em si não é original, porém o fator principal de destaque é ser altamente replicável às outras regiões, pois a ideia de difusão deste formato foca em consumo de alimentos orgânicos e produção local.

Palavras-chaves: Cadeias Curtas; Produtos Orgânicos; Consumo Consciente.

PRODUÇÃO DA MALEICULTURA CATARINENSE NA SAFRA 2016/17

Rogério Goulart Junior, EPAGRI, rogeriojunior@epagri.sc.gov.br
Janice Maria Waintuch Reiter, EPAGRI, janice@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo, EPAGRI, mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Santa Catarina se destaca como o maior produtor nacional de maçã, com mais de 51% da produção brasileira da fruta de 1,24 milhões de toneladas na safra 2016/17. A produção é caracterizada pela presença, em grande parte, de pequenos e médios produtores organizados em cooperativas. Com menor representatividade na produção estão as grandes empresas, mas, estas são as principais compradoras e distribuidoras da fruta no mercado nacional e internacional. Este resumo é resultado de um projeto referente ao “Estudo e levantamento de dados sobre a fruticultura catarinense nas safras 2016/17 e 2017/18”, coordenado pelo Epagri/Cepa, com coleta, análise crítica regional e estadual, tratamento estatístico e validação de dados e informações municipais de 22 frutas produzidas no estado. Conforme este estudo, Santa Catarina produziu 637,5 mil toneladas de maçã, sendo, 52,2% de cultivar de maçã Gala, 45,7% de cultivar Fuji e 2,1% de variedades de maçãs precoces (clones de Gala). A produção estadual da fruta contou com mais de 2.600 pomicultores, com área colhida total de 15.701 hectares, com valor bruto da produção (VBP) total estimado em R\$ 643,2 milhões, na safra 2016/17. Na composição do VBP, 51% foram gerados com a comercialização da maçã Gala, 46,6% da maçã Fuji e 2,3% de maçãs precoces. A principal mesorregião produtora catarinense é a Serrana, que foi responsável por 82% da produção da fruta, com mais de 523,7 mil toneladas. Nesta, a microrregião dos Campos de Lages com 11.781 hectares de área colhida produziram 488 mil toneladas, ou seja, 76,5% da produção total do estado. Da produção microrregional, 50,8% foram de maçã Fuji, com produtividade média de 37,6 mil quilos por hectare, 48,8% de maçã Gala com produtividade de 46,3 mil quilos por hectare e 0,3% de maçãs precoces com produtividade de 32,5 mil quilos por hectare. A outra microrregião é a de Curitibanos que contribuiu com uma produção de 35,7 mil toneladas (5,6% do total) em 966 hectares de área colhida, na safra. A principal produção foi de maçã Gala com 63% e produtividade de 34,4 mil quilos por hectare, seguida da maçã Fuji com 33,2% e produtividade de 45,0 mil quilos por hectare e sendo os 3,8% restantes de maçãs precoces. A segunda mesorregião produtora estadual é a do Oeste Catarinense, com destaque para a microrregião de Joaçaba. A microrregião produziu 17,3% da produção de maçã na safra, com 110,2 mil toneladas da fruta em uma área colhida de 2.815 hectares. Nesta produção regional, 64,2% foram de maçã Gala com 38,9 mil quilos por hectare de produtividade média, 28,4% de maçã Fuji com 43,5 mil quilos por hectare e 7,4% de precoces com produtividade de 29,3 mil quilos por hectare. No cenário estadual, entre as lavouras permanentes frutícolas responsáveis por mais de R\$ 1,6 bilhão de VBP, a maleicultura representa, em média, 48% do valor bruto da produção gerado pela fruticultura catarinense nos últimos anos, o que justifica estudos, pesquisas e políticas direcionadas para o setor.

Palavras chaves: Economia agrícola; Fruticultura; Maleicultura; Santa Catarina.

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DE CARNES EM SANTA CATARINA

Alexandre Luís Giehl, EPAGRI, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Jurandi Teodoro Gugel, EPAGRI, jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Márcia Mondardo, EPAGRI, mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A produção de carnes de frangos e suínos são as duas principais atividades agropecuárias catarinenses, responsáveis por 38,9% do Valor Bruto da Produção do estado. Santa Catarina destaca-se nacionalmente na produção de suínos e frangos, ocupando a primeira e a segunda colocações no ranking, respectivamente. O desenvolvimento da suinocultura e da avicultura no estado está associado ao processo de ocupação do território, marcado pela predominância da agricultura familiar. No entanto, nas últimas décadas percebeu-se um processo de verticalização da produção, com a redução no número de produtores e aumento das escalas. Diante desse cenário, surge o questionamento quanto à atual participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes do estado de Santa Catarina. Para dimensionar a importância do segmento familiar nesse ramo, utilizou-se um conceito operacional de agricultura familiar. Partiu-se da relação de agricultores catarinenses que possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa no período de 2013 a 2017. Esses dados foram cruzados com as Guias de Trânsito Animal emitidas pelo órgão estadual de sanidade animal cuja finalidade era o abate em estabelecimentos com inspeção sanitária. Foram identificados os agricultores familiares detentores de DAP que abateram frangos ou suínos nessas condições no período em análise. A partir das informações supramencionadas verificou-se que o número total de produtores de frangos caiu 10,96% no período em questão, enquanto o número de produtores de suínos teve queda de 13,60%. Levando em consideração a média dos cinco anos, os agricultores familiares representaram 76,00% dos produtores de suínos. Observou-se certa estabilidade nesse percentual, com queda mais significativa em 2017, quando o índice atingiu 73,88%. No caso dos frangos, na média os agricultores familiares representam 79,06% dos produtores, com oscilação negativa mais significativa em 2017. Em ambos os casos, as variações negativas podem ser decorrentes tanto do processo de verticalização das cadeias produtivas pecuárias vivenciada nos últimos anos, quanto da redução significativa no número de DAPs ativas verificadas a partir de 2016. A partir desse trabalho é possível concluir que, embora esteja em curso um processo de concentração da produção, evidenciado principalmente pela redução no número total de produtores das duas atividades, a agricultura familiar continua sendo um ator de grande relevância na produção de carnes em Santa Catarina. Contudo, a gradativa redução da participação desse segmento no total de avicultores e suinocultores merece atenção, sob o risco dessas atividades perderem ainda mais importância social nos próximos anos. Outrossim, acredita-se que a adoção de conceitos menos operacionais e mais generalistas resultaria em números distintos daqueles aqui apresentados e, provavelmente, apontaria para uma participação ainda mais expressiva da agricultura familiar nessas cadeias produtivas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Carnes; Pecuária.

OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE – SC

Rosani Losi; Márcia Fuchter, UNIDAVI, rosani_losi@hotmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A região do Alto Vale do Itajaí, no qual está localizado o município de Mirim Doce, desenvolveu a mais de três décadas a atividade avícola. Fomentando a arrecadação do município e a vida das famílias que desenvolviam essa atividade. Desde o início das atividades na região na década de 80, a Perdigão exerceu parceria com os avicultores, mas paralisou suas atividades em novembro de 2012. Após a paralisação pela empresa, os produtores ficaram um determinado espaço de tempo com os aviários fechados. Em seguida a então Empresa Tyson Multinacional Americana, líder em processamento de proteína animal no mundo, firmou parceria com os avicultores. No fim de julho de 2014, a JBS anunciou acordo para compra dos negócios de aves da norte-americana Tyson Foods no Brasil e no México. Para a JBS, o negócio possibilitou a absorção de novas oportunidades decorrentes da expectativa de crescimento do mercado nacional de carne de frango. Mas em fevereiro de 2016, a empresa anunciou a paralisação das atividades na região do Alto Vale do Itajaí, devido a alguns fatores, principalmente referente a logística, o aumento dos custos no transporte e a inviabilidade da produção de aves na região. Avicultores que investiram muito dinheiro no negócio ao longo de 30 anos e que tinham promessas de instalação de um frigorífico agora não sabem o que fazer. Um dos problemas apresentados é a falta de asfalto que liga o Alto Vale com a BR 116, no Planalto serrado entre Santa Terezinha e Monte Castelo, que reduz o caminho de frete em 110 km. Mas a obra é esperada há duas décadas. Com esperança de conseguir rever a suspensão com o comprador de frangos, lideranças regionais pedem agilidade na construção de uma rodovia para baratear o transporte do milho e da soja, além de subsídios para evitar a falência. Outra alternativa seria a parceria com uma Cooperativa da região. Após o encerramento das atividades avícolas na região do Alto Vale do Itajaí, surgiu alguns questionamentos, referente a paralisação das atividades. Para isso será necessário ir a campo para entrevistar os proprietários dos aviários no município, bem como as autoridades envolvidas no contexto. A presente pesquisa terá como finalidade, investigar o impacto causado na vida das famílias e na arrecadação do município de Mirim Doce, em decorrência da paralisação das atividades. Buscará também identificar quais as alternativas encontradas pelas famílias que desenvolviam a avicultura no município, mas que no momento não sabem o que fazer com o capital investido durante anos, para poderem permanecer em suas propriedades. E o que pensam as autoridades locais sobre o problema enfrentado pelos avicultores, bem como, a queda na arrecadação do município em decorrência da paralisação.

Palavras-chave: Avicultura; Paralisação; Alternativas.

O PRONAF COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O ACESSO AOS RECURSOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Juliano Luiz Fossá, UNOCHAPECÓ, j.fossa@unochapeco.edu.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

O trabalho apresentado tem por objetivo é discutir a distribuição e acesso aos recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado de Santa Catarina. Inicialmente realizou-se uma revisão da literatura em relação ao desenvolvimento a partir da uma concepção de Celso Furtado, na sequência, ainda quanto ao referencial teórico foram apresentados aportes iniciais sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar e sobre o Pronaf. Nesse sentido foram pesquisados os dados quanto ao acesso no período compreendido entre 1996 e 2016. Para tanto, foram selecionados e analisados indicadores de distribuição no acesso ao Pronaf no estado de Santa Catarina, entre os quais o número de contratos, o volume de recursos, a finalidade, distribuição por região e valores médios dos contratos. Os resultados apontam que o volume de recursos no período de 1996 a 2016 cresceu o equivalente a 5,5 vezes, em contrapartida o número de contratos não apresentou oscilações consideráveis, permanecendo praticamente constante. A maior parcela dos recursos contratados pertence a linha de crédito para custeio, o que não impediu o registro de significativos incrementos, especialmente a partir da criação do Pronaf Mais Alimentos para a linha de crédito investimento. Os valores médios dos contratos apresentaram significativos aumentos tanto na linha de custeio como para a linha de investimento. Constata-se que praticamente 60% dos recursos contratados no período em análise foram acessados por agricultores pertencentes à região Oeste, concentração que ressalta a significativa presença da agricultura familiar na região bem como seu estágio de desenvolvimento frente às demais regiões do estado. É possível concluir que o Pronaf consiste de importante política pública de apoio ao segmento familiar rural do estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que aponta para o crescimento da necessidade de recursos financeiros para a viabilização das atividades produtivas realizadas pelos agricultores familiares do estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Agricultura Familiar; Pronaf.

AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA

Lúcia Zenoir Devalieri Cendron, UNIARP, luciacend81@gmail.com
Cleusa Aparecida Brandt Milis, UNIARP, cleusabrandt.cb@gmail.com
Cristina Keiko Yamaguchi, UNIARP, criskyamaguchi@gmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A agricultura mesmo sendo uma atividade antiga, representa a manutenção e desenvolvimento da vida, visto que proporciona alimentos para a população e insumos para a indústria. No Brasil, essa atividade destaca-se pela liderança mundial na produção e produtividade de alimentos na América Latina. A agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes e absorve 40% da população economicamente ativa do País. Ainda, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A agricultura familiar representa, com expansionismo, o êxito da produção agrícola brasileira. Esse tipo de atividade agropecuária consiste na caracterização de familiares produzindo em suas próprias terras. No entanto, a agricultura familiar enfrenta desafios que vão além de seu alcance. Para isso o associativismo contribui para que possam expandir suas atividades e tornarem-se mais sólidos perante o mercado de grandes produtores. Nesse contexto, as cooperativas são importantes para que os trabalhadores do campo possam se fortalecer, dividindo princípios e trabalharem em prol dos mesmos resultados. Para fins dessa pesquisa, buscou avaliar os desafios e perspectivas das cooperativas na agricultura familiar. Constatou-se que de um modo geral, a gestão dos negócios agropecuários familiares possui um vínculo emocional e sentimental nas atividades e o produtor. E a forma eficaz para inserir os pequenos produtores no mercado, pode ser a partir de cooperativas, por meio de um núcleo de gerenciamento, treinamento e informação aos produtores. No cooperativismo é possível transformar o pequeno produtor em empresário rural, melhorar a qualidade da produção e de vida, ter a assistência técnica sempre presente nas propriedades e o aumento da rentabilidade financeira, garantindo-lhes assim uma participação igualitária no mercado perante os grandes produtores. Constatou-se no caso do estado de Santa Catarina, muitos dos agricultores familiares optaram por iniciativas como a agroindustrialização rural de pequena escala, o turismo rural, o artesanato e as atividades de prestação de serviços, e, paralelamente a isso, construírem formas de organização que contribuam para a viabilização dessas iniciativas.

Palavras chave: Agricultura familiar; Cooperativismo; Empreendedorismo.

MÉTODOS QUALITATIVOS DE PESQUISA APLICADOS AOS ESTUDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Juliano Luiz Fossá; UNOCHAPECÓ; j.fossa@unochapeco.edu.br
Leonel Piovezana; UNOCHAPECÓ; leonel@unochapeco.edu.br

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

O texto deste artigo apresenta uma análise dos métodos qualitativos de pesquisa utilizados em teses publicadas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) em temáticas referentes aos estudos da agricultura familiar. Ressaltamos as características dos métodos qualitativos, bem como sua importância nas investigações científicas e compreensões da realidade social. Selecionamos 12 teses que abordam a temática da agricultura familiar e se utilizam de métodos qualitativos de pesquisa no quadriênio compreendido entre 2013-2016. As análises apontaram que na totalidade dos trabalhos a principal estratégia do método materializou-se pela realização de entrevistas, compreendida como técnica para coleta de dados. Quanto à forma, em 100% (cem por cento) das teses, as entrevistas foram semiestruturadas e possibilitaram oportunidades e interações de conhecimentos nos momentos de suas realizações. Ressaltamos que houve utilização de outras técnicas para a coleta de dados, que ajudaram na assimilação e compreensão das informações de campo, como por exemplo: informantes-chave e anotações em diários de campo. As técnicas para análise dos dados coletados foram a partir de conteúdo por meio de categorias de análise. Consideramos que a utilização dos métodos qualitativos são aspectos positivos, pois ressaltam a importância social, a diversidade e complexidade que integram esta categoria. Concluímos que a diversidade encontrada nas teses analisadas permitem inúmeras possibilidades de investigações sociais sobre a agricultura familiar por meio do método qualitativo. Nessa perspectiva de olhares, percebemos que o método qualitativo, assume também, uma perspectiva multifacetária ao se apresentar como caminho metodológico adequado de investigações sociais.

Palavras-chave: Pesquisa; Agricultura; Familiar; Métodos Qualitativos.

PERSPECTIVAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE LEITE NO ANO DE 2017

Carolina Zeferino, UNIDAVI, carolina.zeferino@gmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A agricultura familiar e a produção de leite no Alto Vale do Itajaí são objetos de estudo do presente artigo. Procura-se demonstrar, como, com o passar dos anos, a inovação e tecnologia atingiram o meio rural, implicando em um serviço menos braçal e oneroso. Este cenário, mesmo facilitando os processos produtivos, gerou pequeno desconforto ao agricultor que realizava sua produção de maneira cultural, concedendo o espaço para seus filhos. A partir destas observações, objetivo central desta pesquisa é analisar as perspectivas para a agricultura familiar nos municípios de Atalanta, Agrolândia, Braço do Trombudo, Rio do Oeste e Trombudo Centra, no ano de 2017. Como metodologia, utilizou-se primeiramente a pesquisa bibliográfica para a elaboração do referencial teórico, seguindo com estudo de campo nas propriedades rurais. Concluiu-se que, como as demais atividades, a bovinocultura de leite enfrenta diversos desafios, entretanto, as famílias constataram melhor qualidade de vida e condições de trabalho. Pôde se perceber o quanto o conhecimento adquirido através de cursos oferecidos pelos programas rurais, cursos técnicos e até mesmo graduação, contribuem para aprimorar a atividade na agricultura, auxiliando na adequação da tecnologia em seu meio. Nota-se que através dos métodos tecnológicos aplicados, aumenta-se consideravelmente a permanência dos jovens, que antes trabalhavam fora da propriedade, reduzindo o êxodo rural na região analisada.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Produção de leite; Êxodo rural; Tecnologia; Inovação.

CREDITO RURAL PARA ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS ASSOCIATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE SANTA CATARINA

Jurandi Teodoro Gugel, EPAGRI/CEPA, jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Alexandre Luís Giehl, EPAGRI/CEPA, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Márcia Mondardo, EPAGRI/CEPA, mmondardo@epagri.sc.gov.br
Célio Haverroth, EPAGRI, celio@epagri.sc.gov.br

Área temática 8: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

O crédito rural para a agricultura familiar cresceu nas últimas décadas, principalmente em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Apesar da ampliação no número de contratos, volume de recursos e da sua capilaridade atual em todas as regiões do país, são recorrentes questionamentos acerca da eficácia do programa na promoção do desenvolvimento rural. Dentre outras questões, aponta-se o fato de o programa priorizar crédito rural para custeio e investimento de forma individualizada, em detrimento do fortalecimento e valorização das formas associativas e cooperativas. A política de compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (PNAE) é indutora da organização dos agricultores para acesso ao mercado e também impulsiona a demanda por crédito de apoio à comercialização. O presente trabalho busca dimensionar o acesso das organizações econômicas da agricultura familiar do estado de Santa Catarina ao crédito do Pronaf, de forma a avaliar o alcance dessa política. Os avanços no Pronaf são reconhecidos por agricultores, lideranças e na própria academia. Contudo, têm surgido críticas acerca de sua ineficiência no fortalecimento da organização econômica associativa e cooperativa dos agricultores. Para avaliar estas percepções, foram identificadas as organizações econômicas da agricultura familiar (pessoas jurídicas) de Santa Catarina que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Jurídica, documento identitário obrigatório para acesso ao Pronaf, que comercializaram produtos com o governo do estado e prefeituras municipais. Levantou-se também a quantidade de contratos e recursos acessados via Pronaf no estado entre 2013 e 2017. Este artigo apresenta o resultado preliminar de estudo mais amplo que visa nas etapas posteriores, identificar as principais barreiras para acesso das organizações ao crédito e propor alternativas. Entre 2013 e 2017 foram contratadas no país sob o amparo do Pronaf 1,4 mil operações de crédito com pessoas jurídicas (num montante total de R\$4,05 bilhões). Em Santa Catarina, nesse período foram celebrados somente 282 contratos (no total de R\$906 milhões), dos quais 52 em 2017 (R\$123,8 milhões). Nesse ano existiam no estado 195 organizações com DAP Jurídica ativa, o que indica que somente 26,7% das entidades potencialmente demandantes do Pronaf acessaram o crédito (partindo-se do pressuposto de que nenhuma celebrou mais de um contrato). Em 2017, para efeito comparativo, em SC foram 88,1 mil operações com pessoas físicas, o que representa 78,7% das 111,9 mil DAPs - PF válidas nesse ano. Esses dados demonstram que as organizações econômicas têm acesso limitado ao crédito, o que corrobora e respalda as críticas e reforça a necessidade de atualizar o marco legal dessa política, bem como construir mecanismos de superação das barreiras, ampliando seu papel no processo de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: crédito rural; agricultura familiar; organizações econômicas.

GUERRA E DÍVIDA: OS CONFLITOS NA BACIA DO PRATA E A DÍVIDA EXTERNA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Talita Alves de Messias, UNISINOS, talita-alves@hotmail.com

Área Temática 9: Economia e Política Internacional

Desde seu processo de independência iniciado em 1822 até a Proclamação da República em 1889, o Império do Brasil contraiu dezessete empréstimos externos, todos nominados em libra. Nesse mesmo período, o novo país enfrentava as disputas e conflitos de sua construção nacional, assim como ocorria com as antigas colônias espanholas da Bacia do Rio da Prata (que ocupa porções dos atuais territórios do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia). O processo de construção nacional desses países, aliado a razões econômicas e geopolíticas, culminou em algumas guerras que envolveram não apenas a região platina, como também governos europeus que se diziam prejudicados pelas hostilidades da região. Nesse contexto, a partir de 1850, quando o Império do Brasil já havia garantido uma relativa pacificação de seu território, ele passou a atuar nos conflitos platinos também como credor, ao fazer empréstimos aos seus aliados nas guerras do Prata. Essa atuação visava garantir seus interesses regionais, sobretudo no que diz respeito à livre navegação no estuário platino e nos rios que davam acesso ao interior de seu território. Foi esse um dos fatores que ajudou a consolidar a supremacia brasileira na geopolítica platina até pelo menos a Guerra do Paraguai, quando a balança de poder regional se moveu em favor da Argentina. Nesse sentido, o objetivo do trabalho, oriundo da pesquisa de dissertação da presente autora, foi fazer uma análise alternativa sobre o endividamento externo do Império do Brasil, analisando a dívida pública como instrumento de poder, ao combinar o papel brasileiro de devedor e de credor aos conflitos bélicos que se desenrolaram na região do Rio da Prata pelo controle do acesso a essa bacia. A pesquisa tem então uma natureza histórica, baseada em trabalhos, fontes e dados já desenvolvidos e apresentados por diversos autores, mas que pretende uma análise e uma perspectiva distinta, entendendo a dívida pública como um instrumento de poder, e percebendo nos conflitos em que o Império do Brasil se envolveu estratégias que fazem parte dessa disputa no âmbito regional. Assim, une-se a análise dos empréstimos aos conflitos geopolíticos.

Palavras-chave: Dívida Pública Externa; Conflitos Geopolíticos; Bacia do Rio da Prata.

DÍVIDA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E UM COMPARATIVO DA TRAJETÓRIA DE ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO EM RELAÇÃO A OUTROS EMERGENTES LOCAIS (1989-2017)

Ricardo de Souza Tavares, UFRGS, s17tavaresricardo@gmail.com

Felipe Augusto Bellé, UFRGS, felipebelle@hotmail.com

Gerson de Souza Raimundo Júnior, PUC/RIO, gerson.souza@phd.iag.puc-rio.br

Área Temática 9: Economia e Política Internacional

Nos últimos anos as questões relacionadas ao endividamento público brasileiro têm tomado conta do debate econômico e a situação de desequilíbrio fiscal do país fica evidente toda vez que novas informações referentes a variáveis fiscais são divulgadas. Em dezembro de 2017, a dívida pública bruta atingiu R\$ 4,85 trilhões e passou a representar 74% do produto brasileiro, o resultado primário, que vem já vem de uma sequência negativa, apresentou um déficit de R\$110,5 bilhões no mesmo ano. Diante desta grave situação fiscal, o presente estudo traz uma discussão teórica acerca do endividamento público e as decisões de política fiscal, com atenção especial ao caso brasileiro e demais emergentes, passando por alguns trabalhos empíricos realizados ao longo do tempo que evidenciam os impactos da dívida nas demais variáveis econômicas tais como crescimento e taxa de juros. É feita uma sucinta elucidação do processo de endividamento público e sua dinâmica em uma abordagem intertemporal, na qual se evidencia os fatores que causam variações no estoque da dívida pública ao longo do tempo. E partir de dados do FMI e Banco Mundial é realizada uma análise descritiva e comparativa de alguns componentes fiscais da economia brasileira com outros emergentes locais – Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai, escolhidos pelas semelhanças socioeconômicas e relevância regional – para o período posterior a elaboração do Consenso de Washington (1989). E pela observação das variáveis fiscais ao longo dos anos analisados fica evidente o quão grave é a situação brasileira, que vem convivendo com déficits nominais que beiram ou chegam a passar de 10% do PIB nos últimos anos e apesar de as previsões apontarem melhoras, continuarão acima de 5% no próximo quinquênio. O estudo conta previsões elaboradas pelo FMI para as variáveis fiscais até o ano de 2022, e estas não apontam para um quadro de estabilização fiscal da economia brasileira em um horizonte curto de tempo. Além disso, pode-se constatar que dentre os países analisados, os que adotaram uma política fiscal mais sensata conviveram com níveis mais estáveis de endividamento e melhores resultados em termos de elevação de renda e renda per capita. E de todos os países abordados, o Brasil foi o que apresentou o pior quadro fiscal, trazendo à tona a importância de políticas estabilizadoras da economia e acima tudo a necessidade de um diálogo franco de como esse processo de estabilização fiscal pode ser conduzido.

Palavras-chave: Dívida Pública; Gestão Fiscal Dos Países Emergentes; Ajuste Fiscal.

DESEMPENHO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E BRASIL NO SETOR PETROLÍFERO NO PERÍODO DE 2006-2016

Domingos Joaquim Francisco, UNESC, domingos@unesc.net
Melissa Watanabe, UNESC, melissawatanabe@unesc.net

Área Temática 9: Economia e Política Internacional

Neste trabalho pretende-se explicar sobre o intercâmbio comercial entre Angola e Brasil, especificamente no setor petrolífero e frisar sobre a importância da economia internacional para os dois países. Nesta proposta de trabalho procurou-se usar como método de pesquisa, uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter descritivo pois tem como objetivo apresentar, ou seja, descrever os fatores que determinam ou contribuem para o desenvolvimento do mercado petrolífero aberto entre Brasil e Angola. No entanto, delinea-se especificamente em um caráter de pesquisa bibliográfica, ou seja, documental (livros, revistas, artigos, jornais). Como procedimento de coleta de dados serão analisados e coletados através de instituições governamentais como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Banco Central do Brasil (Bacen), Banco Nacional de Angola (BNA), organizações independentes como Banco Mundial, Petrobrás e Sonangol. Como resultados preliminares, observa-se que historicamente o Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola como independente em 1975. A partir daí o Brasil passou a ser um dos maiores aliados comerciais de Angola. Portanto, nos anos setenta, as relações econômicas entre Angola e Brasil foram estruturadas de acordo com o fluxo comercial: o Brasil exportou produtos manufaturados e semimanufaturados e Angola exportou petróleo e derivados. Contudo, a empresa petrolífera brasileira, isto é, a Petrobrás tem atuado em Angola desde 1979 e Sonangol. Para fundamentar a teoria deste trabalho, referencia-se como os principais autores do comércio internacional, como: Krugman e Obstfeld (1997), Blanchard(2011), Almeida(2001), Cassano(2002) e outros. Para Krugman e Obstfeld (1997), o estudo da economia internacional tem sido cada vez mais importante no nosso tempo do que nos tempos anteriores. Por causa do comércio internacional de bens e serviços, os países estão mais inter-relacionados economicamente como jamais estiveram. Consequentemente, as barreiras econômicas estão sendo cada vez mais rompidas. Esses autores fazem uma menção da relevância que a economia internacional, tem para o crescimento econômico do Estados Unidos de América, e se a economia internacional foi e é crucial para o crescimento da economia Norte Americana, ela também pode ser crucial para países como Brasil e Angola. Espera-se assim com este trabalho, criar dados, identificar as principais vantagens das relações econômicas entre Angola e Brasil especificamente no comércio voltado ao petróleo e verificar o efeito da balança comercial entre os dois parceiros.

Palavras chaves: Economia Internacional; Relação Econômica; Balança Comercial.

DIZ QUE É POUPADOR, MAS NÃO ECONOMIZA: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA CONSCIENTE

Vinícius Alves Garcia, UnC, casaraopisos@gmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática 10: Temas Especiais

Este trabalho apresenta a estrutura do projeto de Educação Financeira e os relatos da experiência no desenvolvimento com a comunidade, acerca da temática principal, teve como objetivo geral implementar um Programa de Educação Financeira Regional que possa prevenir e auxiliar as pessoas no que se refere ao controle financeiro familiar e ao consumo consciente. Os objetivos específicos foram: a) compilar dados e informações que possam contribuir para o controle financeiro e o consumo consciente; b) elaborar material educativo que possa ser socializado gratuitamente para população regional sobre as diretrizes anti-endividamento; c) divulgar os resultados disponibilizando o material online em entidades representativas governamentais e não governamentais. O estudo propiciou como prática a integralização o meio social e promover a consciência econômica em prol de melhor utilização dos recursos disponíveis aos participantes. No decorrer do estudo foram realizados eventos com a comunidade, além da divulgação do propósito do estudo pode-se divulgar a cartilha de educação financeira e aplicar as entrevistas; para isso utilizou-se de uma planilha em Excel com as principais despesas no ambiente doméstico demonstrando no decorrer da entrevista boas práticas para possíveis correções potenciais nos riscos financeiros e como colocar em prática a metodologia exposta ao entrevistado. O método de pesquisa pautou-se em uma pesquisa-ação, no sentido de tornar o tema em estudo fundamento da prática do pesquisador. Pretende-se por meio deste estudo propor o uso de uma ferramenta de auto avaliação dos níveis básicos de endividamento para que sirva de auxílio para as famílias de baixa renda. A pesquisa em questão contou com levantamento bibliográfico, bem como, com a sistematização de uma proposição de planos composta pela implementação do uso da ferramenta podendo avaliar as facilidades e dificuldades encontradas pelos usuários, por meio da utilização de um instrumento técnico de suporte não somente na busca de resoluções para o endividamento, mais também para a prevenção de problemas financeiros que acabam por ocasionar diversos problemas pessoais e profissionais. A participação em eventos comunitários em bairros da periferia do município de Curitiba/SC, permitiu *a priori* estabelecer uma conclusão parcial do estudo: em uma amostra de 20 pessoas, 70% dos entrevistados (14 pessoas), relataram estar com suas contas em dia e possuir algum valor financeiro como reserva; a outra parte 30% (7 pessoas) relatou estar com as contas em atraso, alegando motivos diversos como: falta de controle dos gastos, compras por impulso, problemas de saúde e falecimento de familiar. No projeto classificaram-se dois perfis econômicos, o **poupador** e o **endividado**, adequando a amostra conforme já citado. É de salientar que durante o desenvolvimento do projeto houve interesse da comunidade acerca do assunto e o reconhecimento da iniciativa do bolsista; onde promoveu um marco na região, valorizando as pessoas e abrindo a oportunidade de melhores práticas pessoais na educação financeira; bem como fomentando a discussão no planejamento público á fim de elucidar maior visibilidade também nas finanças públicas de cada município.

Palavras-chave: Educação Financeira; Pesquisa-Ação; Parcerias.

“PANNIS ET CIRCENSE”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM?

Cheila Almerinda Nunes, UnC, cheila_nunes@yahoo.com.br
Edson Fagundes Júnior, UnC, junior_fagundes96@hotmail.com
Renata Peretto Carniel, UnC, renatacarniel@hotmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática 10: Temas Especiais

A verdadeira finalidade do Estado é proporcionar ao cidadão o bem comum, ou seja, uma vida com o mínimo de dignidade para cada ente sem distinção. Qual é a melhor forma de resolver essas divergências? O que precisa ser feito para mudar? O objetivo geral foi de analisar a prática dos atendimentos sociais itinerantes vinculados a oferecimento de serviços públicos e atividades culturais. E os objetivos específicos se propuseram a compreender a função de uma política pública e sua eficácia; observar o funcionamento de um mutirão e a articulação dos serviços públicos em benefício da "comunidade"; levantar dados qualitativos sobre a opinião da população participante; avaliar de forma crítica a (in)competência do Estado perante a carência da população com relação às necessidades básicas. A pesquisa foi de cunho qualitativo e permeou-se em entrevistas durante a ação de um mutirão articulado por uma prefeitura municipal de pequeno porte no interior do estado de Santa Catarina. A análise de dados pautou-se em uma análise de conteúdo categorizada de acordo com a temática das questões delineadas no roteiro da entrevista. Durante a coleta foi possível entrevistar também o prefeito municipal que contribuiu para o fechamento das análises ora postas. As pessoas quando questionadas se exigem seus direitos perante a esfera pública dizem que sim, porém a maioria (cerca de 60%) não sabe exatamente o que são direitos. Quando questionados se lembravam em quem tinham votado na última eleição cerca de 70% dos entrevistados não lembrava ou não tinha plena certeza. Quando indagados se tem exigido resultados dos representantes públicos que foram eleitos 60% afirmam que não exigem nada, e outros 40% dizem que cobram e acompanham o trabalho desenvolvido pela Câmara de Vereadores. Durante a atividade houve a oportunidade de se questionar o Prefeito Municipal sobre os seguintes aspectos: Quais são os fundamentos, aparatos que o senhor usa como objetivo para externar os atos referentes à administração pública? R: 1º a honestidade. 2º baseado em gestão pública, o que é realmente necessário para ser executado. 3º a necessidade da população. 4º temos um município com um baixo IDH, então é trabalhado essa situação, gerando empregos, rendas. De um lado gerar o emprego e do outro lado ter programas de incentivo ao cultivo de novas variedades, que vão gerar riqueza. Sendo esses projetos a médio e em longo prazo. O prefeito ressaltou que- “Estou trabalhando pensando no futuro”. Por fim, é perceptível que grande parte da população não tem clareza sobre o que são as políticas públicas, muitas delas nem conhecem seus direitos, outras parecem só ter “direitos”. É notório que ações em mutirão nem sempre são as melhores no que se refere às políticas de cidadania, visto que, quando inseridas juntamente com atividades culturais e educacionais são compostas por um certo encantamento e alegria, que no cotidiano não mais existirá. Quiçá um dia possamos clamar ao povo que exija seus direitos, que cumpra seus deveres e que não precisemos mais de “pão e circo.”

Palavras-chave: Pão e Circo; Políticas Públicas; Município de Pequeno Porte.

CONSTRUCTO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE CURITIBANOS-SC

Fabiano Rezer Machado, UnC, rezerfrm@gmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br
Claudiane Michaltchuk Granemann, UnC, ccc.unc@gmail.com

Área Temática 10: Temas Especiais

Um dos grandes problemas contemporâneos é o trânsito, independente do porte da cidade, o número de veículos tem aumentado substancialmente e isso revela um dos grandes desafios do planejamento urbano para as próximas décadas. A pesquisa, ora apresentada, propõe-se a mensurar as relações que envolvem o sistema municipal de estacionamento pago no município de Curitiba/SC. Entre os objetivos deste estudo, devem ser referidos como mais relevantes os seguintes: traçar o perfil dos usuários de acordo com as variáveis de perfil e utilização do sistema de estacionamento rotativo; avaliar as variáveis latentes vinculadas à satisfação, expectativa, qualidade, imagem, valor percebido, lealdade e reclamação; levantar as variáveis manifestas pelos usuários de acordo com os índices de satisfação. O método utilizado foi a pesquisa descritiva permeada por uma análise estatística. A população caracterizou-se por uma amostragem aleatória de usuários do Sistema de Estacionamento Rotativo (SER) maiores de 18 anos de idade. Os resultados demonstram que nenhum item da média geral está acima de 70%, apenas os indicadores de imagem expectativa e satisfação estão acima de 60%. E o índice mais baixo refere-se ao valor percebido, ou seja, o serviço não está, de fato, satisfazendo a exigência da clientela. Por consequência, os indicadores de insatisfação de maneira global são preocupantes e aqueles relacionados ao valor percebido e a qualidade do serviço lideram o ranking da insatisfação dos usuários. Vale recomendar aos gestores públicos que avaliem a sistematização dos serviços e analisem se, de fato, o sistema está sendo profícuo não somente quantitativamente, mas também qualitativamente.

Palavras-Chave: Mobilidade Urbana; Sistema de Estacionamento Rotativo; Satisfação dos Usuários.

RESGATANDO MEMÓRIAS: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A HISTÓRIA E A CULTURA REGIONAL

Joseane Lisboa, UnC, josylisboa_96@hotmail.com
Tatiane Nadal, UnC, tatynadal215@gmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática 10: Temas Especiais

A tecnologia nos mundos atuais têm sido algo de extrema importância para os jovens do século XXI, as redes sociais, os aplicativos, os jogos online são “febre” entre a juventude. Existe um grande avanço com o uso da tecnologia, entretanto a história está sendo esquecida, e junto com ela a cultura está sendo enterrada. Os livros que antigamente eram fonte de pesquisa junto à sala de aula hoje deixaram de ser utilizados rotineiramente. Contudo, a cultura e a tradição de um povo são muito importantes, haja vista que o conhecimento reforça e incentiva o desenvolvimento de uma região. Saber a história de uma nação significa resgatar e preservar a tradição daqueles que contribuíram para que chegássemos ao ponto em que nos encontramos. Trata-se de uma oportunidade única para compreender, inclusive, a nossa própria identidade. Foi com esse intuito que se desenvolveu uma pesquisa descritiva de cunho quantitativo com análise estatística a fim de elucidar e fortalecer alguns pontos sobre a relação do adolescente com sua história e suas raízes. A coleta de dados foi feita na escola de Campo Leoniza Carvalho Agostini Localizada no distrito de Marombas Caçador no município de Curitiba/SC, e foi aplicada com 21 adolescentes entre 15 e 16 anos. Quando questionados se já tinham ouvido falar em Guerra do Contestado, 100% deles responderam positivamente e comentaram que ainda ouvem muitas coisas a respeito dos fatos ocorridos na Guerra por parte dos moradores mais antigos da localidade. Outro ponto interessante refere-se que 71% deles conhecem algum monumento histórico da região. Com relação às marcas deixadas pela guerra nas cidades mais afetadas com relação ao desenvolvimento, 80,95% concordam que os atrasos do desenvolvimento e os problemas principalmente de cunho social, como o empobrecimento da população tem relação direta com essa herança histórica. Todos disseram que a história da nossa região é um fato importante de ser ter o conhecimento e também consideram a cultura e tradição da região fatores importantes para o desenvolvimento. Conclui-se que os adolescentes vinculados ao interior têm na sua base raízes muito sólidas, tanto da história, da tradição quanto da cultura regional, porém é fato notório que é necessário maior investimento público em programas, projetos e ações que fortaleçam e mantenham vivo o interesse e o respeito pelos seus antepassados. **Palavras-chave:** História do Contestado; Cultura; Desenvolvimento Regional.

DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA 11ª ADR CURITIBANOS

Ariane dos Santos, UnC, arimorenass@hotmail.com
Elisângela Pereira Simão, UnC, elisymouns@hotmail.com
Rubia Carlise dos Santos, UnC, rubiastos25@gmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática 10: Temas Especiais

A economia regional de Curitiba/SC é centrada em industrial extrativista, comércio e serviços, percebe-se uma restrição em aspectos relacionados à indústria de transformação, nos últimos tempos, é perceptível o avanço no sentido da instalação de empresas no ramo industrial, comercial e de serviços e essa mudança tem oportunizado a inserção de novos cargos no mercado de trabalho, porém nem sempre a mão-de-obra se qualifica e os trabalhadores acabam vindo de fora, ocupando um espaço que poderia ser suprido internamente. O objetivo geral foi desenvolver um levantamento regional sobre os interesses empresariais na área de qualificação e requalificação da mão-de-obra e cursos pretendidos pelos jovens. A pesquisa foi caracterizada por um estudo descritivo de cunho bibliográfico e de campo. A pesquisa de campo foi composta por uma coleta com 324 jovens de 18 a 29 anos de idade da região de abrangência da 11ª ADR Curitiba. O instrumento de pesquisa foi elaborado de acordo com as diretrizes do MEC para curso técnicos. Análise de dados permeou-se por análise estatística descritiva. O propósito da pesquisa atendeu ao seu objeto conseguindo mapear doze áreas prioritárias de interesse para qualificação por parte dos jovens que vivem na região de abrangência de Curitiba/SC. Os resultados apontam que na área de controle e processos a preferência foi o curso de técnico em eletrônica, na área educacional e social foi o curso técnico em laboratório de ciências, na área de gestão de negócios tiveram três áreas principais Técnico em Marketing, Técnico em Finanças e Técnico em Contabilidade. Na área de informação e comunicação a preferência foi para o curso técnico em informática e técnico em computação gráfica. Na área de infraestrutura foi o curso de técnico em desenho de construção civil, na área de produção alimentícia foi o curso técnico em alimentos, nas áreas artística, cultura e design os cursos preferidos foram técnico em comunicação visual e em artes visuais. Na área de produção industrial foi o curso técnico em móveis. Na área de recursos naturais foi o curso técnico em agricultura. Na área de segurança as duas áreas disponíveis foram igualmente escolhidas às quais: técnico em segurança do trabalho e técnico em defesa civil. Na área de hospitalidade e lazer a preferência foi para o curso técnico em cozinha. Na área de saúde e estética tiveram três áreas com igual preferência as quais são: técnico em enfermagem, técnico em estética, e técnico em farmácia. Um dos grandes desafios é preparar mão-de-obra para a indústria local e regional, desta forma quando efetuado o levantamento das áreas foi possível fazer um contraponto entre o interesse dos jovens e a demanda existente no mercado. Os resultados apontam que na maioria das áreas os cursos oferecidos atendem aos desejos e necessidades da juventude, porém ainda há um enorme paradoxo entre o que querem e o que de fato conseguem fazer.

Palavras-chave: Juventude; Qualificação; Região.

JOVENS, MODERNOS E ENDIVIDADOS? O DESAFIO DOS UNIVERSITÁRIOS HOJE

Amanda de Souza Moraes, UnC, aamandasouza_@hotmail.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br
Aldo Dolberth, UnC, prof.aldo@yahoo.com.br

Área Temática 10: Temas Especiais

Atualmente percebe-se a inclusão de jovens universitários no mercado consumidor e como consequência nota-se um aumento na facilidade de acesso ao crédito que são oferecidas pelas instituições financeiras, tendo como resultado o endividamento excessivo e precoce. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar e identificar quais os fatores que influenciam no endividamento dos universitários da Universidade do Contestado - Campus de Curitiba. A pesquisa realizada é descritiva e bibliográfica, de abordagem quantitativa. Para isto, foi realizada a coleta de dados que se deu por meio de um questionário adaptado com base em pesquisas anteriores, o questionário foi encaminhado para que os acadêmicos pudessem responder de forma on-line através da central do aluno do site da Universidade do Contestado. As análises estatísticas constataram que os jovens consumidores encontram-se pouco endividados e são capazes de arcar com seus compromissos financeiros sabendo exatamente quanto estão devendo e pagando suas contas em dia. Dentre os principais fatores que influenciam no endividamento estão: a falta de planejamento, o desemprego e a queda na renda, sendo o cartão de crédito o meio mais utilizado como produto financeiro. O principal tipo de dívida é o financiamento. Tomando como base o resultado da pesquisa, os jovens pesquisados aparentemente não possuem dificuldade para controlar seus gastos e reconhecem o quanto é necessário o planejamento financeiro, como resultado evitam tornarem-se jovens modernos e endividados futuramente.

Palavras-Chave: Endividamento; Consumo; Jovens; Inadimplência.

ECONOMIA DA SAÚDE: FERRAMENTA DE APOIO PARA GESTÃO EFICIENTE DA SAÚDE AMBIENTAL

Carla Eunice Gomes Corrêa, UNIASSELVI/FURB, carla.eunice@hotmail.com

Área Temática 10: Temas Especiais

Este artigo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a importância da economia da saúde como ferramenta de apoio para a gestão eficiente da saúde ambiental nos municípios brasileiros, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. O tema saúde e meio ambiente tem sido discutidos nas últimas décadas devido à preocupação com as alterações ambientais e a influência destas, na saúde humana. Neste contexto, se destacam duas áreas do conhecimento a economia da saúde, com o objetivo de através das ferramentas da economia orientar a aplicabilidade dos recursos escassos da área da saúde de forma eficiente e a saúde ambiental, que é um ramo da saúde pública que investiga o quanto sociedade pode estar expostas aos riscos ambientais. A economia da saúde ainda é uma área do conhecimento pouco explorada por economistas, entretanto, tanto a economia da saúde, como a saúde ambiental são áreas complexas e abrangentes, pois, envolvem vários aspectos formais das atividades econômicas e do setor de saúde de um território, que vai desde a análise de políticas públicas governamentais sobre o financiamento da saúde por parte do Estado, o desenvolvimento econômico sustentável dos municípios, as questões particulares sobre o perfil epidemiológico de determinada população, as alterações climáticas e os desafios dos serviços de saúde em atender a necessidade da sociedade. Embora os estudos das duas áreas venham evoluindo com o passar dos anos, observa-se ainda uma lacuna em relação às pesquisas e publicações. Para subsidiar ações de vigilância em saúde ambiental o Ministério da Saúde tem destinados verbas específicas para o desenvolvimento de ações que levem ao monitoramento da saúde da população, entretanto, nem sempre a verba caba sendo destinada para este fim. Portanto a ideia é utilizar as ferramentas da economia da saúde no cálculo de custo-efetividade para a melhor gestão dos recursos destinados a Vigilância em Saúde Ambiental. Sendo assim, o presente artigo foi dividido em quatro partes: a primeira corresponde a introdução ao tema, a segunda parte trata da questão conceitual de economia da saúde e sua evolução ao longo dos anos, a terceira parte apresenta evolução da saúde ambiental no Brasil e a quarta parte apresenta uma reflexão sobre os desafios sobre a interrelação entre saúde e meio ambiente nos municípios brasileiros.

Palavras-Chave: Economia da Saúde; Saúde Ambiental; Municípios.

AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS EXIGEM NOVAS POSTURAS PROFISSIONAIS: A CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS COMO DIFERENCIAL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Fernanda Balbinott, UnC, fernanda_balbinott@hotmail.com
Thaís Suppi dos Santos, UnC, thaissuppidossantos@yahoo.com
Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática 10: Temas Especiais

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Neles se incluem o direito à vida, à liberdade de opinião, à liberdade de expressão, direito ao trabalho e educação, entre tantos outros. O processo de formulação desses direitos é longo, e tem como característica a luta e persistência dos mais variados povos, buscando uma melhor convivência e uma sociedade sem abusos. O objetivo centra-se em Propor um programa aplicado em outras instituições de ensino, denominado como “Clínica de Direitos Humanos”. A proposta trabalha com as carências do público em geral, esse projeto busca unir profissionais das mais variadas áreas como: jurídica, saúde, educacional, ambiental, dentre outros. A experiência brasileira de educação jurídica através de clínicas de direitos humanos ainda é insuficiente se comparada às realidades educacionais de outros países. Dentre os mais de 1300 cursos jurídicos de funcionamento no país foram mapeadas poucas clínicas de instituições de ensino jurídicas, dentre essas se incluem: Universidade de São Paulo, a Universidade de Joinville e a Universidade Federal do Pará. O foco principal das Clínicas de Direitos Humanos é promover formas de aprendizagem dinâmicas que considerem aplicabilidade das ferramentas jurídicas, com auxílio de outras áreas, a partir de uma perspectiva crítica, na qual se incluem aspectos do contexto social, cultural e econômico em que vivem as populações vulneráveis e marginalizadas. A produção de conhecimento interdisciplinar é a única forma de compreender os fenômenos sociais que circundam a aplicação da lei de forma mais abrangente. A adequada análise dos problemas encontrados na realidade e a busca pela solução deles não podem ser alcançadas apenas com as ferramentas providas pelas ciências jurídicas. Para seu efetivo funcionamento, a Clínica de Direitos Humanos contará com alguns mecanismos: projetos jurídicos, projetos de intervenção, seminários temáticos, dentre outros. Tendo em vista os fatos apresentados constatamos de início a incidência e importância da aplicabilidade dos direitos humanos. Por se tratar de garantias fundamentais e declaradas, é necessária uma maior atenção para afrontas a tais princípios. Enquanto estudantes é interessante à participação prática na dissolução desses dissídios. Durante a formação acadêmica, ocorre a iniciação, até então teórica, em tal assunto. Promover um aprendizado mais completo e conciliar o auxílio à comunidade necessitada é o caminho para unir cada vez mais ensino, pesquisa e extensão. Identificar as necessidades, reunir profissionais das áreas competentes, promover palestras, fóruns de discussão e, se necessário, elaborar uma demanda judicial para que questões aparentemente sem resposta sejam solucionadas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Ciências Jurídicas; Ensino, Pesquisa e Extensão.

RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

Wagner Eduardo Schuster, UNISINOS, wagner.schuster92@gmail.com
Marcos Paulo Albarello Friedrich, FURB, marcos.banrisul@gmail.com
Marco Antonio Montoya, USP, montoya@upf.br

Área Temática 10: Temas especiais

A definição da meta para a taxa básica de juros – SELIC – vem sendo utilizada como ferramenta pelo Governo Federal para controle e combate à inflação. Sendo que a maioria dos fundos de investimentos de renda fixa no Brasil têm sua remuneração atrelada a títulos públicos federais – e estes por sua vez são atrelados à taxa SELIC – o mercado de fundos de investimentos brasileiro sofre grande influência destas alterações na taxa básica de juros. Portanto, as mudanças na taxa de juros impactam diretamente sobre o patrimônio líquido dos fundos de investimentos. Desta forma, este trabalho analisa o comportamento do patrimônio líquido de quatro fundos de investimento de um banco comercial do Rio Grande do Sul comparados com os índices da taxa SELIC. Verificou-se através das correlações de Pearson que o patrimônio líquido dos fundos apresentou comportamentos distintos, com correlação negativa no período inicial e, logo após positiva, passando a oscilar de acordo com a Selic. Na análise feita ao fundo Master (maior fundo do banco em análise) verificou-se que existe uma correlação quase perfeita entre o PL do fundo e a taxa SELIC quando analisados separadamente períodos de alta e queda na taxa de juros. Para períodos de aumento na taxa SELIC (2013/03 a 2016/10) a correlação encontrada foi de 0,928, enquanto que para um período de queda na taxa de juros (2011/07 a 2013/03) a correlação foi de 0,919. Portanto, conclui-se a existência de forte relação entre a taxa de juros e o patrimônio líquido dos fundos de investimento analisados, em especial o fundo Master.

Palavras chave: Fundos de Investimento; Patrimônio Líquido dos Fundos de Investimento; Taxa de Juros.

ABORDAGENS E USOS ATUAIS DO MARKETING EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE: APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DO CUIDADO HUMANO

Sidimar Meira Sagaz, UFRGS, sidimarsagaz@gmail.com
Deison Alencar Lucietto, UFF, deisonlucietto@hotmail.com
Jhony Pereira Moraes, UFRGS, jhonymoraes@hotmail.com.br
Geneia Lucas dos Santos, UFRGS, geneialucas@gmail.com

Área Temática 10: Temas especiais

Evoluções no marketing e nos saberes de saúde, ao buscarem a melhor compreensão das necessidades humanas, têm mudado a forma com que organizações e profissionais prestam serviços. As transformações no mercado em saúde requerem respostas afinadas às necessidades e aos desejos dos indivíduos. Em função disso, as organizações de saúde demandam formas alternativas para aprimorar seu gerenciamento (MAGALHÃES et al., 2009). Dessa forma, a incorporação da lógica do cuidado nas práticas representa a possibilidade de ganho terapêutico e satisfação ao promover o retorno da dimensão humanizada na rotina dos profissionais da saúde. Tal perspectiva, por sua vez, vem ao encontro da concepção de marketing que valoriza o ser humano pleno e não apenas um mero consumidor (KOTLER; SHALOWITZE; STEVENS, 2010). Tendo como pressuposto que o cuidado deve ser o eixo norteador das práticas assistências no setor saúde, este artigo teve por objetivo descrever abordagens e usos do marketing em organizações de saúde em sua relação com a perspectiva da teoria do cuidado humano. Justifica-se a partir do entendimento que o alcance da qualidade da atenção envolve o manejo de diferentes tecnologias em associação ao uso de ferramentas do marketing, especialmente em tempos de novas necessidades, velhos desafios e elevada concorrência. Foi conduzida pesquisa bibliográfica do tipo revisão narrativa de literatura. Os resultados apontam que o uso de abordagens do marketing, associadas ao fomento do cuidado, podem gerar melhorias e avanços no setor, através do maior engajamento entre equipes, da geração de afeição e de maior percepção de valor pelos clientes. Entende-se que práticas de marketing pautadas na teoria do cuidado podem propor relacionamentos mais humanísticos entre organizações, profissionais e consumidores, com repercussões positivas para todos os atores sociais envolvidos.

Palavras-Chave: Marketing; Organizações de Saúde; Teoria do cuidado humano.

ECONOMIA SUBTERRÂNEA E ECONOMIA INFORMAL: UMA BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Marçal Xavier Ferreira da Silva, UNITAU, marcal.econ@bol.com.br
Quésia P. Kamimura, UNITAU, qkamimura@gmail.com

Área Temática 10: Temas especiais

A economia subterrânea associa-se às situações de crise econômica e social. Tem consequências negativas, sobretudo se pensarmos que contribui para a diminuição da capacidade de investimento do Estado, para a injustiça fiscal e para o aumento das situações anômalas no mundo do trabalho. Desta forma, este artigo tem como objetivo buscar compreender as consequências da economia subterrânea. Assim, descrever os conceitos de Economia Subterrânea, apresentando seus indicadores e o cálculo (Método Monetário e Trabalho Informal) e como a atividade informal afeta diretamente a economia do País e da Economia Informal. Como método foi utilizado à pesquisa bibliográfica por meio de dados secundários, publicados em documentos como livros, sites, revistas científicas e relatórios. Como resultado, uma das principais consequências da Economia Subterrânea e Informal para a economia brasileira são a perda de arrecadação tributária e previdenciária. Assim, com a evasão de recebimento tributos pela ilegalidade, uma das alternativas do Estado é cobrar mais do setor que já paga impostos, que acarreta em redução das atividades econômicas. Como conclusão, algumas medidas para combater essa informalidade são a diminuição da burocracia, e principalmente dos impostos, redução dos gastos públicos, onde se deve eliminar o desperdício público pra criar condições de se reduzir a carga tributária. Os dados apresentados são do ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial), em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Portanto, este artigo procura apresentar, de uma forma resumida, mas objetiva, o conceito de Economia Subterrânea e poder divulgar quão importante é a pesquisa para a Economia como um todo.

Palavras-chave: Economia Subterrânea; Informalidade; Desenvolvimento.

DEMANDA RESIDENCIAL POR ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL (2004-2015)

Víctor Henriques de Oliveira, UFRGS, victorhenriquesoliv@gmail.com
Ricardo de Souza Tavares, UFRGS, s17tavaresricardo@gmail.com
Luís Antônio Tavares, IFSULDEMINAS luis.tavares@ifsuldeminas.edu.br

Área Temática 10: Temas especiais

O fornecimento de energia elétrica é um serviço indispensável ao funcionamento de qualquer economia, é uma condição básica para o desenvolvimento das atividades cotidianas dos indivíduos, empresas e administração pública, além de atuar na melhoria do bem-estar das famílias, à medida que elas passam a ter acesso a esse serviço. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar o impacto de variações de renda e preço sobre a demanda residencial por energia elétrica no Brasil durante o período 2004-2015, tendo em vista compreender o comportamento de consumo das famílias. Foram realizadas estimativas para a elasticidade da renda e do preço, a fim de identificar a magnitude dos seus impactos sobre o consumo de eletricidade. Para tanto, foi utilizado o modelo de vetores autorregressivos, em conjunto com testes de cointegração (posto e autovalor), que apresentaram resultados robustos para as elasticidades em questão, também permitiram verificar as relações de longo prazo das variáveis em estudo. Os resultados observados evidenciam que os consumidores, em média, reagem positivamente a elevações de renda, enquanto variações positivas na tarifa do serviço de eletricidade e nos preços dos eletrodomésticos impactam negativamente o consumo residencial de energia elétrica. O caráter pouco elástico dos componentes da demanda residencial por energia elétrica mostra que alterações na renda e nos preços têm como consequência uma pequena variação na quantidade consumida de energia elétrica. Estes resultados revelam a necessidade do desenvolvimento de políticas setoriais, nas quais os órgãos de regulação estabeleçam políticas tarifárias ótimas, com o objetivo de oferecer um serviço mais eficiente e acessível aos cidadãos brasileiros e, consequentemente, maximizar o bem-estar das famílias.

Palavras-chave: Demanda Residencial; Energia Elétrica; Cointegração

PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO

Ediane Canci, UNISINOS, ediane.canci@gmail.com

Área Temática 10: Temas Especiais

O presente artigo investiga as variáveis que permeiam o progresso técnico induzido e o seu impacto no crescimento econômico. Utiliza-se a teoria clássica do progresso técnico induzido e modelos de crescimento econômico construídos com base em identidades das contas nacionais e aplicados a dados empíricos. O objetivo deste artigo é interpretar os efeitos do progresso técnico induzido sobre as participações relativas de capital e trabalho e identificar os padrões de progresso técnico por meio da Relação de Distribuição Crescimento. O artigo faz uma revisão das concepções observadas na literatura recente sobre a teoria do progresso técnico induzido no contexto do crescimento econômico e investiga as razões pelas quais se pode esperar que o progresso técnico assuma uma forma particular. A análise do padrão de progresso técnico mostrou-se um valioso instrumento para interpretar os caminhos do crescimento econômico. Verificou-se que os capitalistas tendem a defender as suas taxas de lucro e adotar novas técnicas viesadas a economizar trabalho sempre que os custos trabalhistas elevarem-se em relação aos custos totais. Constatou-se que o progresso técnico com padrão Marx-viesado esteve presente em países industrializados e em países em desenvolvimento. Os resultados consistentes com esse padrão de progresso técnico revelaram que a produtividade do trabalho e a taxa de salário real tendem a aumentar na mesma velocidade. Segundo este padrão a taxa de lucro é determinada pela técnica utilizada e pela distribuição do rendimento, de tal modo que a técnica será escolhida apenas se a taxa de lucro esperada for maior que a taxa de lucro atual, dada a taxa de salário real.

Palavras-Chave: Crescimento econômico; Relação de Distribuição Crescimento; Progresso técnico induzido; Teoria clássica.

INVESTIMENTO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS: AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

Ana Paula Menezes Pereira, UDESC, ana.paula.menezes.pereira@gmail.com
Eduardo Henrique de Borba, UDESC, eduardo.borba14@gmail.com

Área Temática 10: Temas especiais

Visando contribuir na geração de evidências sobre a hipótese de que a qualidade institucional é um fator importante para a atração de Investimento Externo Direto (IED), busca-se identificar a relação entre a qualidade das instituições e a atração do IED para países com diferentes níveis de desenvolvimento. Para avaliar a influência dos indicadores institucionais na atração de IED, selecionou-se um conjunto de variáveis *proxies* para qualidade das instituições. Foram estimados modelos dados em painel, para 123 países, ao longo dos anos de 2011 a 2015. A variável dependente dos modelos foi o fluxo líquido de entrada de investimento externo direto expresso em percentagem do produto interno bruto. Como indicadores da qualidade dos arranjos institucionais foram utilizadas duas variáveis relacionadas à dimensão política: “ambiente político” e “estabilidade política e ausência de violência e terrorismo”. As variáveis institucionais devido à forte correlação foram aplicadas em modelos separados. Além das variáveis de interesse, ou seja, as institucionais, foram utilizadas variáveis de controle condicionantes do IED: inflação, taxa de câmbio, formação bruta de capital e taxa de crescimento anual do PIB. Inicialmente, foram estimados dois modelos com dados em painel, sem a utilização de variáveis instrumentais. E em seguida, estes modelos foram estimados com a inclusão de variáveis instrumentais, pelo método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios. As variáveis instrumentais procuraram captar aspectos referentes à formação cultural, refletidas na estrutura religiosa dos países. Conforme os resultados obtidos nos modelos, as variáveis institucionais confirmaram a hipótese teórica de que a qualidade das instituições impacta de maneira positiva sobre a atração de IED.

Palavras-chave: Instituições; Investimento Externo Direto; Modelo de Dados em Painel.

NOVAS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO INOVADORA SOB A ÓTICA DO DOCENTE REFLEXIVO

Darcy Ramos da Silva Neto, UFSM, netodarcy25@gmail.com
Renan Antônio da Silva, UNESP, lepp@rc.unesp.br

Área Temática 10: Temas especiais

Este é um trabalho ainda parcial e teórico que busca adotar uma concepção metodológica dos processos de educação, perpassando pela trajetória das inovações educacionais através da economia do conhecimento sob a ótica do docente reflexivo. Todo o estudo teórico desde os paradigmas da educação e como isso tem sido construído ao longo do tempo, as próprias metodologias ditas como “educação inovadora” e suas principais concepções, fazendo sempre menção em como a economia do conhecimento influencia todo esse processo educacional inovador. Pode ser visto que é necessário o despertar do interesse do educando, através do docente com todo seu aparato de ensino e pesquisa, sempre utilizando as vertentes da economia do conhecimento e a inovação contínua no processo de formação, não só profissional, mas também pessoal e social.

Palavras-chave: Economia da Educação; Metodologia; Docente Reflexivo.

EXPECTATIVA DOS AGENTES E OS EFEITOS DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS E FISCAIS CRÍVEIS NOS ÍNDICES SETORIAIS DA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA

Daniel Augusto de Souza, UDESC, fernando.esag@gmail.com
Adriano de Amarante, UDESC, adriano.amarante@udesc.br
Fernando Pozzobon, UDESC, desouza.esag@gmail.com
Patrícia Felini, UDESC, patricia.sf00@gmail.com

Área Temática 10: Temas especiais

Um ambiente de estabilidade macroeconômica é fundamental para a determinação de um nível ótimo de consumo e investimento e ou de alocações de recursos econômicos e financeiros por parte dos agentes econômicos como consequência de uma boa previsão quanto às condições futuras da economia. Este trabalho é motivado pelos estudos que propõem que a credibilidade da política monetária e a credibilidade da política fiscal afetam as decisões dos agentes econômicos. Dessa forma, este estudo buscou analisar para o Brasil em que medida as políticas econômicas críveis afetam os seguintes índices setoriais do Ibovespa: Índice Industrial (INDX), Índices de Empresas de Energia (IEE), Índice do Consumo (ICON) e Índice Financeiro (IFNC). Neste estudo busca-se testar a hipótese de que a credibilidade da política fiscal e da política monetária afetam os índices setoriais da Bolsa de Valores de São Paulo e seus retornos. Por meio de uma análise econométrica de cointegração e com o método do mecanismo de correção de erros (MCE), os resultados mostraram que a credibilidade da política monetária e a credibilidade da política fiscal não são cointegrados aos índices para o período compreendido entre 2002 a 2016. Por outro lado, as variações do Ibovespa afetaram o IFNC. No entanto propôs-se regressões entre os retornos e os índices de credibilidade, apontando significância estatística dos efeitos da credibilidade de política monetária sobre as taxas de retorno dos índices. Nas regressões de curto prazo os coeficientes não apresentaram significância estatística, mas o mecanismo de correção de erros respeitou a restrição e apresentou significância, mostrando que o ajuste é quase imediato para a equação de longo prazo.

Palavras-chave: Credibilidade; Política Monetária; Política Fiscal; Índices Setoriais.

PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETEs) EM SANTA CATARINA

Francisco Gelinski Neto, UFSC, f.gelinski@ufsc.br, fgelneto@gmail.com
Carmen Rosario O. G. Gelinski, UFSC, carmen.gelinski@ufsc.br

Área Temática 10: Temas especiais

Os problemas ambientais que afetam o homem são decorrentes em grande parte das poluições provocadas pela espécie. São, por exemplo, reduções de cardumes nas zonas costeiras dos oceanos devido à poluição dos mares, tempestades e secas extremas e chuvas ácidas em razão das mudanças climáticas por poluição atmosférica e destruição de biomas e florestas, são doenças respiratórias e neurológicas devido a gases emanados de esgotos mal tratados e ou sem tratamento. Este trabalho se preocupa com um tipo de poluição decorrente de gases tóxicos que podem ser emitidos nas estações de tratamento de esgoto (ETEs), ou seja, poluição do ar. Para tanto são estudadas as ETEs do Bairro Potecas em São José, administrada pela Casan e a de Jarivatuba, gerida pela Companhia Águas de Joinville. O objetivo central é analisar a situação das duas ETEs relativamente aos esquemas de tratamento das emissões de gases e verificar a percepção da população quanto aos problemas e soluções para o mau cheiro de gases emitidos. Especificamente verifica-se i) os efeitos perversos da poluição do ar; ii) os efeitos negativos das ETEs percebidos pela população; iii) tipos de tratamentos para eliminação de gases nas ETEs e outros. As entrevistas com técnicos e gerentes das empresas e com moradores do bairro Potecas/São José, aliadas aos dados secundários, permitiram, entre outras, as seguintes conclusões: As soluções para emissão de gases poluidores foram diferentes nas empresas verificadas. Água de Joinville mudou o processo com nova instalação passando para o tratamento aeróbico (não gera gases) e a Casan permaneceu no mesmo modelo com processo anaeróbico (gera gases), somente fazendo novos investimentos em reformas que já extrapolaram o prazo prometido e, portanto, continua gerando poluição o que tem causado protestos e insegurança na população local que percebe os efeitos deletérios da poluição gerada pela ETE.

Palavras-chave: Poluição; Tratamento de Esgoto; ETEs.

ELABORAÇÃO DE CARTILHA DE APOIO À REGULARIZAÇÃO LEGAL PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Jéssica Caronilda Almeida de Matos, UNESCO, jessicacaronilda@unesc.net

Domingos Joaquim Francisco, UNESCO, domingos@unesc.net

Melissa Watanabe, UNESCO, melissawatanabe@unesc.net

Michel Alisson da Silva, UNESCO, mal@unesc.net

Área Temática 10: Temas especiais

Para os empreendedores sociais, a missão pela busca da transformação social é nítida e central, o que acaba afetando a forma como estes empreendedores detectam e avaliam as oportunidades. Baseado na mudança social e com o objetivo de gerar impacto social, surgem algumas organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que para tornar viável a sua missão e os seus projetos, precisam obter recursos. Tal tarefa, não é fácil para a maioria, ressaltando que a captação de recursos se constitui como atividade fundamental para essas organizações e deve ser compreendida, assimilada e realizada, mesmo que indiretamente, por toda a organização. Dentro das limitações dessas organizações sociais no processo de arrecadação de recursos para a manutenção das suas atividades e com o intuito de prestar auxílio às mesmas, surge então, a necessidade da criação de uma cartilha de instruções que beneficiará esse tipo de organizações com vistas à captação de recursos. A ideia principal, surgiu a partir de um projeto de extensão universitário que impulsionou uma ação multidisciplinar de um grupo de pesquisa na Organização Social Casa Guido, no município de Criciúma. A partir de tal visita surge o objeto do presente trabalho, sendo ele: elaborar uma cartilha instrutiva de captação de recursos em organizações sociais. A metodologia utilizada tem o caráter de pesquisa qualitativa com a intenção de por meio de estudos de materiais bibliográficos e documentais sobre sustentabilidade financeira e os meios legais. Já como resultados preliminares, apresenta-se que outras organizações também apresentam uma série de dificuldades concernente a captação de recursos, ou seja essa cartilha iniciou na lógica de atender uma única unidade, porém resultou em uma ampliação do seu escopo. Desta forma, com a pretensão de orientar os gestores das organizações sociais sobre as principais leis de que se beneficiam essas organizações, a cartilha aponta como alvo principal o esclarecimento sobre as leis de incentivo e a arrecadação de recursos públicos, bem como proporcionar conhecimento aos gestores das organizações de como proceder e quais são as documentações necessárias para se credenciar mediante as fontes de fomento público. A reunião de conhecimento sobre as principais leis governamentais para prestar apoio às organizações encaminha principalmente para o credenciamento das mesmas, seu enquadramento legal e a capacitação de gestores que assumem a frente dessas organizações. A obtenção de recursos públicos e privados e conseqüentemente obtenção da independência financeira dessas organizações observou-se como fundamental para sua perenidade. Evidencia-se a necessidade de compreender as leis de incentivo fiscal do governo federal sendo que a obtenção de recursos por meio destas transporta consigo uma série de burocracias.

Palavras chaves: Sustentabilidade Financeira; Enquadramento Legal; Organizações Sem Fins Lucrativos.

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DE VARIÁVEIS EXÓGENAS E SEU IMPACTO NO ÍNDICE BOVESPA UTILIZANDO VETORES AUTO REGRESSIVOS

Leila Fernandes Ferreira, UNESC, leila_ff.turvo@hotmail.com
Ismael Cittadin, UNESC, ismaelcittadin@unesc.net

Área Temática 10: Temas Especiais

O objetivo deste estudo é analisar a relação de causalidade entre um conjunto de variáveis macroeconômicas e de mercado externo e interno exógenas e o retorno dos ativos no mercado acionário brasileiro, utilizando o enfoque multivariado VAR. As variáveis selecionadas foram a taxa de juros (SELIC), o câmbio, a taxa de juros americana no para o título do tesouro com maturação de 10 anos (R-CMT10Y), o índice de volatilidade de Chicago para o Brasil (CBOE ETF VXEWZ) e o retorno do mercado acionário brasileiro representado pela taxa de variação do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa). A análise foi feita a partir de testes padrão de raiz unitária, teste causalidade de Granger, e pela análise das funções de Resposta a Impulso (IRF). Com base nos resultados encontrados, verificamos que os testes Dickey-Fuller aumentado e Phillip-Perron, identificam que exceto a Selic, todas as séries são estacionárias em nível, e todas são estacionárias quando aplicado os testes em primeira diferença. O modelo VAR com a estimação a função resposta ao impulso mostra que o índice Bovespa sofre um impacto de menos de 0,5 desvio padrão negativo para choques nas séries de taxas de juros americana e índice de volatilidade, e, como as variáveis são estacionárias, retornam à normalidade depois de alguns períodos. Verificamos que a taxa de câmbio de forte efeito positivo sobre a taxa de variação do índice Bovespa. Existe causalidade entre as todas as variáveis, exceto o índice de volatilidade a partir da 3ª defasagem.

Palavras-chave: Variáveis exógenas; Ibovespa; Causalidade; VAR.

DIVERSIDADE DO COOPERATIVISMO EM DOIS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE(SC)

Silvia Marina Rigo, UNIARP, silvia.m.rigo@gmail.com
Liliane Josefa Orso Pinheiro, UNIARP, lilianejop@gmail.com
Carlos Odair Tavares Kussler, UNIARP, carloskussler0@gmail.com
Rosana Claudio Silva Ogoshi, UNIARP, rosana.ogoshi@uniarp.edu.br
César Augustus Winck, UNIARP, cesar.cepan@gmail.com

Área Temática 10: Temas especiais

O cooperativismo vem oportunizando desenvolvimento socioeconômico e melhoria na qualidade de vida na região do Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina. As cooperativas têm contribuído valorosamente para o desenvolvimento de Estados e municípios, promovendo melhorias na vida das pessoas e no crescimento da economia, mas, ainda são poucas as informações publicadas sobre o tema cooperativismo desta região na literatura. Deste modo, o objetivo do trabalho foi caracterizar o cooperativismo nos municípios de Videira e Fraiburgo, localizados na região da pesquisa. Para isso, foi organizado um estudo de caso com pesquisa de natureza qualitativa, objetivo descritivo e procedimento documental. A coleta de dados ocorreu através de: a) contato telefônico inicial, com as prefeituras, associações e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) com a intenção de listar as cooperativas dos municípios pesquisados; b) recebimento da listagem enviadas via e-mail, pelos órgãos citados; c) contato com as cooperativas para verificação de seu funcionamento e ramo de atuação; d) análise das informações obtidas e compilação dos dados. Conforme os resultados encontrados, identificou-se um total de 25 cooperativas, sendo 15 localizadas em Videira e 10 em Fraiburgo. Esse número pode ser explicado pela densidade populacional, pois Videira conta com população 34 % maior que o município de Fraiburgo. Sobre os ramos das cooperativas, Fraiburgo apresentou 60% no segmento agropecuário, 30% no de crédito e 10% no de produção. Já em Videira, os resultados dos ramos foram: 40% no agropecuário, 33,33% no de crédito, 13,33% no habitacional, 6,67% no de trabalho e 6,67% no de transporte. Os resultados do presente trabalho representam a característica da região do Alto Vale do Rio do Peixe, que possui vocação agroindustrial, a qual é desenvolvida por meio das atividades de produção de suínos, frangos, legumes, frutas e cereais em pequenas propriedades rurais, setor de serviços e indústrias ligadas ao agronegócio. Conclui-se que as cooperativas dos municípios de Fraiburgo e Videira tem predomínio do ramo agropecuário, e auxiliam no desenvolvimento do principal aspecto econômico regional, que é o agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio; Cooperativas; Desenvolvimento Regional.

EDUCAÇÃO PARA O ECODESENVOLVIMENTO EM BLUMENAU: O USO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS REGIONAIS EM PROJETOS DE EXTENSÃO

Daniel Wandrey, FURB, daniel.awandrey@hotmail.com

Emily Batschauer, FURB, emilybatschauer@gmail.com

Luciana Butzke, FURB, lbutzke@furb.br

Nazareno Loffi Schmoeller, FURB, nazareno@furb.br

Área Temática 10: Temas Especiais

O objetivo deste artigo é analisar a experiência de uso de dados socioeconômicos regionais em um projeto de extensão em escolas públicas de ensino fundamental de Blumenau no ano de 2017. A concepção e planejamento da experiência aconteceu no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão Análise Ambiental e Ecodesenvolvimento, juntamente com outros núcleos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Como objetivos específicos, destacaram-se: (a) relacionar a educação para o ecodesenvolvimento e as possibilidades do uso de dados socioeconômicos regionais; (b) descrever a concepção e planejamento da experiência; (c) relatar as experiências nas escolas e; (d) avaliar a experiência. O aprendizado decorrente dessa experiência reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre todos os níveis de ensino e entre todos os tipos de saberes. No enfrentamento de problemas complexos, como os ambientais, o conhecimento do lugar e da região amparado em dados é fundamental para que professores e estudantes reflitam e se posicionem no mundo e em relação aos problemas locais e regionais vividos e atuem na sua superação.

Palavras-chave: Problemas ambientais; Região; Dados socioeconômicos; Ensino; Blumenau; Santa Catarina.